



KARINA DIAS DA SILVA

**UM DISCURSO SOBRE GÊNERO EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE
DO SUL DO BRASIL. O QUE PENSAM, O QUE DIZEM, O QUE SENTEM, AS
ESTUDANTES DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ?**

CANOAS/RS, 2021

KARINA DIAS DA SILVA

**UM DISCURSO SOBRE GÊNERO EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE
DO SUL DO BRASIL. O QUE PENSAM, O QUE DIZEM, O QUE SENTEM, AS
ESTUDANTES DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ?**

Dissertação de mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade La Salle –
UNILASALLE, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestra em
Educação.

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Denise Regina Quaresma da Silva

CANOAS/RS, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586d Silva, Karina Dias da.
Um discurso sobre gênero em uma escola profissionalizante do sul do Brasil : o que pensam, o que dizem, o que sentem, as estudantes do programa jovem aprendiz? [manuscrito] / Karina Dias da Silva. – 2021.
185 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.
"Orientação: Prof^a. Dra. Denise Regina Quaresma da Silva".

1. Educação. 2. Jovens. 3. Mercado de trabalho. 4. Gênero (mulheres). 5. Orientação profissional. I. Silva, Denise Regina Quaresma da. II. Título.

CDU: 37.048.22

Bibliotecário responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

KARINA DIAS DA SILVA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestra, pelo Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade La Salle.

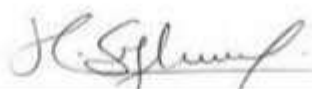
BANCA EXAMINADORA



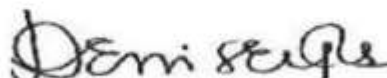
Prof. Dr. Gabriel Grabowski
Universidade Feevale



Prof. Dr. Gilberto Ferreira da Silva
Universidade La Salle



Profª. Drª. Hildegard Susana Jung
Universidade La Salle



Profª. Drª. Denise Regina Quaresma da Silva
Universidade La Salle, Orientadora e Presidente da Banca

Área de Concentração: Educação
Curso: Mestrado em Educação

Canoas, 03 de dezembro de 2021.

GRADECIMENTOS

Gratidão a Deus pela vida e por todas as oportunidades de trabalho e estudo. Venho agradecer às pessoas que fizeram parte da minha jornada, pois é o início de novos desafios.

Agradeço à Universidade La Salle pela oportunidade de poder concretizar este sonho, aos meus colegas de estudo pelos ensinamentos e pelas trocas de vivências.

Aos participantes desta pesquisa, em prol da educação e da formação de nossos Jovens Aprendizes.

Agradeço à minha professora e orientadora Dra. Denise Regina Quaresma da Silva, pela desconstrução que fiz em mim sobre as questões de gênero e pela nova construção que venho fazendo sobre essa temática de extrema relevância social e educacional.

Agradeço a uma pessoa muito querida, que está sempre comigo, todos os dias, meu esposo e companheiro Max, obrigada por entender minha ausência em função dos estudos de que gosto tanto.

Obrigada ao “Quarteto Fantástico”, minhas amigas queridas da Pós-Graduação em Psicopedagogia da Universidade Feevale, Sara Jaqueline Chaves Orestes, Cintia Michele Rangel Petry e Daniela Rocha da Silva pela parceria, pelas alegrias, pela troca de ideias e pelo incentivo!

Ao meu querido pai (*in memoriam*), onde estiver, sei que se sentiria lisonjeado pela pessoa que sou. Sempre me disse: “Se quiser ser alguém na vida, precisa estudar”, aqui estou!

Obrigada a todos(as) professores(as) convidados/as para a banca de qualificação e defesa desta dissertação.

Gratidão a todos(as) que fizeram parte desta jornada!!!

gratidão!

A temática do gênero merece toda a atenção e respeito sem prejulgamentos para entendermos o outro. É importante saber que somos todos possuidores de uma identidade de gênero que pode ser volitiva, construída e desconstruída ao longo da vida. Nesse sentido, para Simone de Beauvoir (1967, p. 9), “ninguém nasce mulher; torna-se mulher”.

Assim, investigamos que “[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades constituídas [...]” (BUTLER, 2019 p. 21).

Iniciamos assim, nossa viagem ...

É possível pensar que esse sujeito também se lança numa viagem, ao longo de sua vida, na qual o que importa é o andar e não o chegar. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto. (LOURO, 2008, p.13).

RESUMO

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa Formação de Professores, Teorias e Práticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade La Salle. Apresenta-se como objetivo geral, analisar as percepções, comportamentos e vivências das estudantes participantes do Programa Jovem Aprendiz, referentes as aprendizagens e inserção no mercado de trabalho, em uma instituição privada de educação profissional. Os teóricos norteadores do estudo foram: Louro (2008), Butler (2019), Quaresma da Silva (2015), Scott (1995), Kuenzer (2006), Tardif (2010), entre outros que auxiliaram na compreensão das análises de gênero e de temas afins. Trata-se de um estudo metodológico qualitativo, com estudo de caso. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados: entrevista semiestruturada e questionário aplicados com alunas/os inscritos no Programa Jovem Aprendiz, com idades entre 14 e 24 anos. Os resultados analisados, através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A partir dos resultados buscou-se observar, nas falas das alunas, suas perspectivas em relação a sua inserção no mercado de trabalho, abordando teóricos que discutem sobre gênero, mulher e mercado de trabalho. A pesquisa evidenciou o quando as alunas gostam do curso, e estão aprendendo novos conteúdos sobre temáticas inerentes a área da educação e preparação para o mercado de trabalho. Além de discursos sobre gênero, mulher e sexualidade, por exemplo, refletem a comportamentos importantes no ambiente de trabalho. Assim, como, o fortalecimento das meninas, mulheres que sonham e buscam um futuro melhor. Neste sentido, curso oportunizou a inserção no mercado de trabalho, além de seu desenvolvimento pessoal, profissional, protagonismo e empoderamento.

Palavras-chave: Jovem aprendiz. Adolescente. Educação. Gênero. Mercado de trabalho.

RESUMEN

Esta disertación forma parte de la línea de investigación en Formación Docente, Teorías y Prácticas Educativas del Programa de Posgrado de la Maestría en Educación de la Universidad LaSalle. Su objetivo general es analizar las percepciones, comportamientos y experiencias de los estudiantes que participan en el Programa de Jóvenes Aprendices, en cuanto al aprendizaje e inserción en el mercado laboral, en una institución privada de educación profesional. Los teóricos rectores del estudio fueron: Louro (2008), Butler (2019), Quaresma da Silva (2015), Scott (1995), Kuenzer (2006), Tardif (2010), entre otros que ayudaron en la comprensión de género y de temas relacionados. Se trata de un estudio metodológico cualitativo, con estudio y caso. Los instrumentos utilizados para la recogida de datos fueron: entrevistas semiestructuradas y un cuestionario aplicado a los alumnos matriculados en el Programa de Jóvenes Aprendices, con edades comprendidas entre los 14 y los 24 años. Los resultados se analizaron a partir del análisis de contenido propuesto por Bardin (2016). A partir de los resultados, se buscó observar, en las declaraciones de los estudiantes, sus perspectivas sobre su inserción en el mercado laboral, acercándose a teóricos que discuten género, mujer y mercado laboral. La investigación mostró cuánto les gusta el curso a los estudiantes y están aprendiendo nuevos contenidos sobre temas inherentes al campo de la educación y la preparación para el mercado laboral. Además de los discursos sobre género, mujeres y sexualidad, por ejemplo, reflejan comportamientos importantes en el lugar de trabajo. Así como el fortalecimiento de las niñas, mujeres que sueñan y buscan un futuro mejor. En este sentido, el curso brindó oportunidades de ingreso al mercado laboral, además de desarrollo personal y profesional, protagonismo y empoderamiento.

Palabras clave: Joven aprendiz. Adolescente. Educación. Género. Mercado de trabajo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caracterização das dissertações e Teses	98
Gráfico 2 – Identificação das Teses e Dissertações Selecionadas por Descritores	99
Gráfico 3 – Teses e Dissertações por área de Conhecimento Conforme a Classificação do CNPq.....	100
Gráfico 4 – Número de Pesquisas por área do Conhecimento e Nível – Mestrado.....	101
Gráfico 5 – Número de Pesquisas por área do Conhecimento e Nível – Doutorado	102
Gráfico 6 – Levantamento das Produções por Gênero.....	102
Gráfico 7 – Número de Dissertações e Teses Selecionadas por ano de Publicação	103
Gráfico 8 – Instituições onde as Teses e Dissertações Identificadas foram defendidas.....	105
Gráfico 9 – Levantamento dos autores(as) referenciados nas Teses e Dissertações Analisadas	107
Gráfico 10 – Metodologias Utilizadas nas Dissertações e Teses Analisadas	107
Gráfico 11 – Instrumentos de Coleta de Dados mais Utilizados pelos Pesquisadores.....	108
Gráfico 12 – Número de Pessoas com que o Jovem reside na sua Casa	136
Gráfico 13 – Quem Sustenta a Casa.....	136
Gráfico 14 – Renda Familiar.....	137
Gráfico 15 – Dispõe de Material Escolar para o Curso	138
Gráfico 16 – O Jovem Possui Vestimentas Suficientes para o Curso.....	138
Gráfico 17 – Sobre o Clima de Convivência Familiar	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis que Solidificam a “Lei de Aprendizagem” baseada na Orientação às Empresas através do SENAC e MTE	40
Quadro 2 – Conhecendo o Sistema S, Destacando a Instituição Pesquisada	42
Quadro 3 – Acontecimentos Históricos que marcam as Conquistas das Mulheres	61
Quadro 4 – Apresentação dos 98 Trabalhos Selecionados para Análise no Banco de Dados da CAPES	91
Quadro 5 – Apresentação de Produções e Teses por área de Conhecimento....	101
Quadro 6 – Amostragem dos Autores mais Referenciados	106
Quadro 7 – Seleção das Produções afins com a Temática.....	109
Quadro 8 – Teses e Dissertações Relacionadas Diretamente ao Estudo	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo Salarial x Escolaridade x Gênero	83
Tabela 2 – Dissertações e Teses Seleccionadas por ano de Publicação	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Base de Leis Inclusas no Manual de Aprendizagem criado pelo MTE	39
Figura 2 – Lei de Aprendizagem e SENAC	41
Figura 3 – Menino Veste Azul e Menina Veste Rosa	47
Figura 4 – Cartilha da DUDH e ODS	49
Figura 5 – Descrição da Cartilha da DUDH e ODS	50
Figura 6 – Principais Motivos do Abandono Escolar	55
Figura 7 – Comparativo de Evasão Escolar por Sexo	55
Figura 8 – Representação dos Acontecimentos Históricos das Conquistas das Mulheres através de uma Linha do Tempo	70
Figura 9 – Representatividade das Mulheres Indígenas	71
Figura 10 – Desigualdade de Gênero no Lar	79
Figura 11 – Comparativo de Gênero Salarial	82
Figura 12 – Amostragem das 98 Produções Analisadas por Regiões (Teses e Dissertações)	107
Figura 13 – Três Etapas da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin.....	124
Figura 14 – Desenvolvimento da Análise de Bardin.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
HeForShe	ElesPorElas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDICA	Instituto dos Direitos da Criança
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JA	Jovem Aprendiz
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQI+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e identidade gênero
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEM	Novo Ensino Médio
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSG	Programa SENAC Gratuidade
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UC	Unidade Curricular
UMC	União de Mulheres Cearenses

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 A Relevância e os Objetivos da Investigação	22
1.2 Relevância Acadêmico-Científica.....	24
1.3 Relevância Social.....	24
1.4 Objetivo Geral	25
1.5 Objetivos Específicos	25
2. REREFENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1 Educação Profissional no Brasil e Formação Docente.....	27
2.2 Aspectos Legais da Aprendizagem Profissional no Brasil.....	34
2.2.1 Educação e Trabalho: um princípio educativo para todos e todas	43
2.3 Costurando os Conceitos de Gênero	44
2.3.1 Gênero e Educação: construindo e desconstruindo Enlaces na Educação .	45
2.4 Historicizando o Olhar Sobre a Mulher no Brasil.....	56
2.4.1 Contextualização a História do Papel da Mulher na Sociedade.....	58
2.4.2 Direitos entre Mulheres e Homens	60
2.4.3 Que país é este: Luta das mulheres brasileiras em prol de seus direitos	62
2.4.4 Mulheres Indígenas Construindo a Nova História	71
2.4.5 As Quilombolas e seu Protagonismo Histórico.....	72
2.4.6 Mulheres Guerreiras Reconstruindo a História.....	73
2.5 As Resistências das Fronteiras do “Teto de Vidro”: até quando existirá Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho?.....	75
2.5.1 Evidenciando o Fenômeno Teto de Vidro	80
2.6 Adolescência, Trabalho Feminino e Gênero	86
2.7 Teses e Dissertações Brasileiras sobre Jovem Aprendiz, Aprendizagens, Gênero e Mercado de Trabalho: Análise da Produção da Década 2009/2019	89
2.7.1 Teses e Dissertações catalogadas no Banco de Dados - CAPES	89

3 CAMINHO METODOLÓGICO	120
3.1 Etapas do Procedimento da Análise de Conteúdo de Bardin 2016.....	124
3.2 Caracterização do Estudo	126
3.3 Participantes do Estudo.....	129
3.3.1 Procedimentos Éticos.....	130
3.4 Instrumentos de Coleta de Dados	130
3.4.1 Questionário	132
3.4.2 Entrevista Semiestruturada	133
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DE PESQUISA.....	134
4.1 Análise de dados	135
4.2 Análise dos Resultados dos Questionários	135
4.3 Análise dos Resultados das Entrevistas Semiestruturadas.....	139
4.3.1 Curso Jovem Aprendiz: A Primeira Experiência de Trabalho.....	141
4.3.2 Inserção da Mulher no Mercado de trabalho	145
4.3.3 Empoderamento Feminino: Aprendendo a se Posicionar na Empresa	147
4.3.4 O papel do/a docente no Processo Formativo e as Relações de Gênero no Contexto Escolar	150
4.3.5 Obstáculos a Continuidade do Trabalho e dos Estudos.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS UM LONGO CAMINHO A PERCORRER.....	156
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	176
APÊNDICE B – Termo de Assentimento (TA)	178
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	180
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	182
APÊNDICE E - Questionário	184
APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	185

1 INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado “Um Discurso Sobre Gênero em uma Escola Profissionalizante do Sul do Brasil. O que pensam, o que dizem, o que sentem, as Estudantes do Programa Jovem Aprendiz?”, vincula-se à linha de pesquisa Formação de Professores, Teorias e Práticas Educacionais, do Mestrado em Educação, da Universidade La Salle, Canoas/RS.

Ressalta-se o interesse da pesquisadora pelas questões de gênero surgiu logo no início dos estudos do mestrado, pois percebeu a relevância dessa temática para a área da educação. A autora deste estudo, iniciou sua trajetória profissional, no ano 1999 com 16 anos, em uma fábrica de calçados, não teve a oportunidade de fazer o curso jovem aprendiz. Trabalhava o dia todo e, estudava a noite para concluir o ensino médio na Escola Técnica Estadual 31 de Janeiro em Campo Bom/RS. Recorda-se de ter vivenciado uma educação bastante rígida pelo pai, que sempre lhe cobrou muito os estudos. Ao entrar na faculdade anos mais tarde, com 20 anos, mudou de emprego, atuando nas áreas administrativas das empresas, trocou de emprego muitas vezes na perspectiva de algo melhor. Sua rotina sempre foi trabalhar o dia todo, estudar a noite e, ainda fazia estágio aos sábados. Atualmente sua rotina não é diferente, trabalha o dia todo, agora com 39 anos, na sua área como Psicopedagoga da rede La Salle-Esteio/RS, mestranda e futura doutoranda em Educação.

A Instituição escolhida para realizar a investigação foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), de São Leopoldo/RS, local onde a pesquisadora fez parte do quadro docente, como professora do Programa Jovem Aprendiz. Por que o enfoque nas aprendizagens das alunas? Considerando o contexto das desigualdades de gênero em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, esta pesquisa aponta as desigualdades em termos salariais e de ocupação de cargos hierárquicos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, aborda-se o fenômeno *Glass Ceiling* (Teto de Vidro), apresentando o contexto sócio-histórico do papel da mulher na sociedade, a qual ainda carrega responsabilidades da cultura patriarcal. De acordo com a filósofa estadunidense Butler (2019, p. 21), “a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada, por seu fracasso em explicar os

mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais existentes”. Nesse sentido, a pesquisadora sentiu na pele as desigualdades de gênero, pois vem de um contexto familiar onde o pai (in memoriam) era o chefe de família e tomava as decisões, começou a trabalhar muito cedo, mulher, aluna jovem se inserindo no mercado de trabalho, sem experiência, lutando pelo seu espaço, sem se dar conta do tamanho das desigualdades entre homens e mulheres. Assim, quanto sua rotina era difícil, desde cedo já carregava consigo as responsabilidades da vida, aprendendo na prática, a lidar com as pessoas, enfrentar as dificuldades, direcionar a própria vida, mas sempre focada nos estudos.

Neste sentido, o tempo passou e as inquietações continuaram sendo desconstruída e, agora colocadas para fora de si mesma, de forma escrita.

A pesquisadora participa do grupo de pesquisa *ComGênero* da Universidade La Salle em Canoas/RS, coordenado pela Dra. Denise Regina Quaresma da Silva, onde surgem novos/as pesquisadores/as como Zeni Terezinha Gonçalves Pereira, Shirlei Alexandra Fetter, Glauce Stumpf, Marcos Rogério dos Santos Souza, Beatriz Floôr Quadrado, entre outros que vem abrangendo a temática gênero na área da educação.

O grupo de pesquisa Comgênero foi criado no início de 2020, objetiva desenvolver pesquisas à luz do conceito de interseccionalidade para as temáticas de gênero e sexualidades, articuladas com os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano/ e social antirracista no campo da Educação e os Direitos Humanos.

O estudo sobre as mulheres é bastante abrangente, pois em todas as épocas sempre existiu mulheres que lutaram e lutam por direitos de equidade¹. Assim, a pesquisa de Zenir Terezinha Gonçalves Pereira realizada em 2019 vem problematizar sobre: As Alunas Aprendem só porque são Esforçadas? O Imaginário Social das/dos Docentes de um Curso Técnico em Administração, Porto Alegre-Rs, e a autora concluiu que “discriminação e/ou preconceito envolvendo a aprendizagem das alunas, no curso Técnico em Administração, explicitamente existem situações, nas salas de aula que se traduzem em violência simbólica de gênero”. (PEREIRA, 2019 p.106).

¹ Equidade: “é uma forma de se aplicar o Direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Equidade>. Acesso em: 23 abr 2021.

A pesquisa de Shirlei Alexandra Fetter, vem problematizar e discutir sobre: A “Ideologia” do Azul e do Rosa: Um Estudo de Caso Sobre Sexualidade E Gênero Na Percepção dos Educadores da Rede Pública de Ensino em Parobé/RS, no que tange a disciplinarização de corpos e a negação de identidade, assim, o “imaginário presente na cultura docente, a homogeneização seria um fator de facilitação do trabalho pedagógico” (FETTER, 2020 p.12). A autora chama de “desafios contemporâneos” o paradigma as vezes dominante e/ou hegemônico, que leva a pertença do tema “identidade sexual e de gênero nas mediações de ensino, durante a prática diária de professores/as no Ensino Fundamental” (FETTER, 2020 p.12).

Através do nosso Grupo de pesquisa (GP), foi possível trocar ideias e vivenciar outras experiências, como a publicação do artigo intitulado “*Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero*”, com o colega Marcos Rogério dos Santos Souza. Propondo refletir sobre a temática sexualidade e gênero na perspectiva sócio cultural e sob as lentes do Palácio do Planalto e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Neste sentido rompemos com o discurso heteronormativo e machista promovido pelos agentes públicos do executivo federal brasileiro e propagamos os direitos humanos, como sendo direitos inerentes a todos e todas às pessoas.

Através deste estudo, evidenciou-se sobre a importância de criamos espaços para se poder refletir sobre a naturalização da cultura machista e heteronormativa, e assegurar que todos e todas possam fazer parte dos espaços sociais, e que as condições de acesso aos direitos, não seja única e exclusiva para homens brancos e héteros. É necessário que os governantes ocupem os cargos públicos e não façam destes espaços currais eleitorais e excluam as minorias, já historicamente excluídas de direitos.

Os estudos da colega Glauce Stumpf, retrata sobre *normalista a pedagoga: um olhar sobre o magistério a partir de uma perspectiva de gênero*, onde o estudo ressalta sobre a normatividade no contexto educacional, na formação básica de professor pelo magistério.

Assim como, a colega Beatriz Floôr Quadrado do GP – ConGênero, pesquisa sobre *concepção do "normal": as perspectivas docentes sobre gênero e LGBTQI fobia na educação escolar em Sapucaia do Sul, RS*.

O Grupo de Pesquisa ConGênero, prevê o lançamento de um ebook, com a produção individual de cada integrante, acerca dos discursos de gênero, educação e direitos humanos, para contribuir com a sociedade e provocar reflexões acerca de preconceitos. O ebook traz como o tema central na capa, “*Você nasce LGBTQIA + já o preconceito lhe é ensinado*”, com a imagem de um bebê vestindo roupas coloridas.

Por meio do grupo de pesquisa, tive a oportunidade de escrever artigos com outros colegas do grupo, assim como a participação em eventos, impulsionando os cursos de gênero, das identidades, a sim, como o respeito, as diferenças e as diversidades.

Nesse sentido, impulsiona a relevância da temática “gênero” para o contexto atual, como forma de eliminar barreiras e preconceitos sociais, construídos culturalmente, promovendo reflexões sobre o sofrimento e violência vividos por muitas pessoas, principalmente mulheres, na luta pelos “ditos” direitos.

Este estudo objetiva analisar através da fala das alunas, suas percepções, comportamentos e vivências das estudantes, participantes do Programa Jovem Aprendiz. Jovens que se preparam para se inserir no mercado de trabalho, através do curso oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, Instituição privada de ensino profissional de São Leopoldo/RS. Para muitas alunas, o curso é a primeira oportunidade de inserção no mercado de trabalho, para ganhar seu dinheiro, pagar os estudos e iniciar uma carreira profissional.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta o contexto histórico da educação profissional no Brasil a partir da criação dos primeiros colégios voltados ao ensino superior e técnico, chamados de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFETS (GARCIA; DORSA et al., 2018). Apresenta, também, a criação da Instituição de Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a partir da Lei nº 8621/1946, de 10 de janeiro de 1946, a qual objetiva preparar jovens para os desafios profissionais, seguindo os aspectos legais da Lei de Aprendizagem nº 10.097, de 2000 e também, da Constituição Federal de 1988, que garante aos jovens direito à educação.

A Lei de Aprendizagem, de 2000, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), dispõe, no Art. 402, que é menor “[...] para os efeitos desta Consolidação

o trabalhador de quatorze até dezoito anos”. Dispõe, ainda, no Art. 403, que “[...] é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. Já a Constituição de 1988, no Art. 7º - Inciso XXXIII, prevê “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

É nesse contexto que se insere o Programa Jovem Aprendiz, que visa preparar os jovens, como as alunas deste estudo, para os desafios profissionais, nesse programa, o jovem aprendiz tem como referência o docente (TARDIF, 2010). Sendo assim, a pesquisadora busca analisar as percepções, comportamentos e vivências das estudantes participantes do Programa Jovem Aprendiz, referentes as aprendizagens e inserção no mercado de trabalho, abordando as desigualdades de gênero nos dias atuais a partir do contexto histórico brasileiro.

O estudo possui um enfoque qualitativo. Metodologicamente, utilizou-se como instrumentos para a coleta de dados, entrevista semiestruturada, e questionário com questões fechadas, para a obtenção de dados sociodemográficos que foram respondidos por 3 alunas participantes do Programa Jovem Aprendiz no SENAC, em São Leopoldo/RS.

Para elucidar os dados demográficos do questionário o mesmo foi respondido também pelos/as alunos/as de uma das turmas da instituição.

Para discutir as questões de gênero, tomar-se-ão como referência estudos de Louro (2008), Butler (2019), Quaresma da Silva (2015) e Scott (1995), pesquisadores(as) que permitem compreender os conceitos e as desigualdades sociais de gênero. Os discursos sobre gênero permitem promover a quebra de paradigma do sistema binário que encerra a crença de que o gênero reflete o sexo biológico. Isso porque o gênero é construído de forma independente do sexo, “se torna um artifício flutuante, neste sentido, o homem do sexo masculino pode significar um corpo feminino ou masculino; da mesma forma a mulher e o feminino, pode significar-se um corpo feminino ou masculino” (BUTLER, 2003, p. 24). Assim, é possível compreender as identidades de gênero, já que homens e mulheres possuem as mesmas capacidades, ainda que culturalmente sejam definidas funções específicas para cada um deles.

Estabeleceu-se como objetivo geral; analisar as percepções, comportamentos e vivências das estudantes participantes do Programa Jovem Aprendiz, referente as aprendizagens e inserção no mercado de trabalho, em uma instituição privada de educação profissional.

E, como objetivos específicos buscou-se, (a) identificar os fatores que mobilizaram as estudantes a participarem do Programa Jovem Aprendiz; (b) examinar o processo formativo e as relações de gênero no Programa Jovem aprendiz; e (c) investigar fatos que possam impedir as alunas de concluir o curso dentro do Programa Jovem Aprendiz, tendo em vista sua não inserção no mercado de trabalho nesse momento.

Essa dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução, que contempla uma breve explanação da proposta de investigação e uma contextualização do tema. Assim, como sua relevância social e acadêmico científico, os objetivos, geral e específicos.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico com base em autores(as) que sustentam os conceitos relativos ao tema em estudo, como Louro (2008), Butler (2019), Quaresma da Silva (2015), Scott (1995), Kuenzer (2006) e Tardif (2010). Este capítulo contempla, também, um levantamento bibliográfico das consultas realizadas no catálogo de teses e dissertações da CAPES, referente a teses e dissertações defendidas dentro de Programas de Pós-Graduação de Instituições Educacionais Brasileiras, entre os anos de 2009 e 2019, utilizadas como embasamento e como contribuição para o campo acadêmico-científico. Para essa revisão, usou-se três descritores para a obtenção de maior aproximação com a temática: “jovem aprendiz, aprendizagens”; “alunas e mercado de trabalho” e “gênero, mulher e mercado de trabalho”.

O terceiro capítulo abrange o caminho metodológico. Nele, apresentam-se a caracterização do estudo, os objetos de investigação, os/as participantes, procedimentos éticos e os instrumentos de coleta de dados.

No quarto capítulo, apresenta a análise dos resultados, a partir do embasamento teórico de Laurence Bardin (2016). Assim, como as considerações finais sobre este estudo.

1.1 A Relevância e os Objetivos da Investigação

Fazer o curso de Mestrado sempre foi um sonho para a pesquisadora, porém distante por inúmeros fatores, até conhecer à Instituição La Salle/RS. Após fazer a inscrição para o curso de Mestrado em Educação, a estudante não tinha expectativa de passar na seleção. Ao sair o resultado, foi classificada em 3º lugar nas três linhas de pesquisa. Isso provocou um susto e ao mesmo tempo uma felicidade imensa.

O tema proposto para o estudo está relacionado à trajetória profissional da mestrandia, que começou a trabalhar aos 16 anos dentro de uma fábrica de calçados no ano de 1999. Assim como para muitos jovens de sua época, trabalhava o dia todo e estudava à noite, rotina que segue até os dias atuais. Adquiriu vasta experiência no contexto empresarial, atuando na área Administrativa e Recursos Humanos (RH). Em 2019, recebeu uma proposta para trabalhar no SENAC como Orientadora Educacional do Programa de Aprendizagem Profissional. Nesse momento, iniciou sua atuação vinculada fortemente à educação. Recentemente, concluiu o curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia na Universidade Feevale/RS. Ressalta-se que essa formação sobre a aprendizagem humana e o curso de Mestrado em Educação contribuem com a práxis de docente em sala de aula-multifuncional.

A pesquisadora trabalhou como docente no SENAC e percebeu os desafios de ser professor e a responsabilidade de preparar jovens para o mercado de trabalho, para muitos, seu primeiro emprego.

Nesse sentido, atuou muitos anos na área de Recursos Humanos, realizando processos seletivos e contratações, percebeu o quanto os jovens têm dificuldades, para ingressar no mercado de trabalho por causa de questões comportamentais, pela falta de oportunidades e até mesmo em função de condições econômicas.

Durante sua trajetória profissional, a pesquisadora atuou por 4 anos no setor de Recursos Humanos de uma empresa do ramo hospitalar, localizada em Novo Hamburgo/RS. Nessa empresa, a pesquisadora era responsável pelo recrutamento e pela seleção de pessoas, inclusive de jovens aprendizes. Com isso, ela percebeu o desafio de buscar bons perfis para o desenvolvimento profissional, embora muitas empresas se preocupem apenas com o fechamento da cota.

Após iniciar o curso de Mestrado e aprofundar seus conhecimentos sobre a história do Brasil, a mestranda percebeu o quanto as mulheres são consideradas “invisíveis”. Mas, graças aos movimentos feministas, muitas delas conseguiram mostrar seus valores e suas habilidades, amenizando, assim, o preconceito, embora a sociedade ainda seja culturalmente machista.

Os estudos realizados para a disciplina de “Seminário Temático: gênero, sexualidade e relações étnico raciais na educação” despertou o interesse da pesquisadora sobre a temática “gênero”. Em função disso, começou a olhar para o mundo sob uma outra ótica e passou a perceber o quanto as questões de gênero estão impregnadas no cotidiano das pessoas. Ainda assim, muitas vezes, as pessoas não se dão conta disso, por causa das raízes culturais machistas e até em decorrência do sistema patriarcal presente em muitos lares. Nesse sentido, o contexto social define as atividades do homem e da mulher, banheiros femininos e masculinos, menino usa azul e menina rosa.

A partir das reflexões sobre o interesse de pesquisar questões de gênero, o foco voltou-se para as aprendizagens de alunas do Programa Jovem Aprendiz, objetivando investigar suas perspectivas em relação ao curso, à sua visão de futuro e à inserção ao mercado de trabalho. Entendendo que ser docente e preparar os jovens é desafiador, buscar compreender o pensamento de alunas que fazem parte desse programa de aprendizagem, saber o que estão buscando com o curso, se o curso atende suas expectativas ou não, assim como identificar sua visão de futuro na área de atuação escolhida.

A proposta vem discutir sobre gênero, o papel da mulher na sociedade desde o contexto histórico, abordando políticas públicas e, como ela foi conquistando seu espaço, embora, nos dias atuais, ainda exista desigualdade salarial entre homens e mulheres, além de preconceitos sobre elas em relação a determinadas profissões.

O programa Jovem Aprendiz tem legislação própria. Desde sua criação, a Instituição SENAC, há mais de 70 anos, prepara jovens para o mercado de trabalho. É relevante, nessa pesquisa, abordar sobre as aprendizagens das meninas, considerando o contexto histórico das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

1.2 Relevância acadêmico-científica

Justifica-se a relevância acadêmica científica do estudo da temática gênero, destacando as aprendizagens das alunas através do Programa Jovem Aprendiz, buscando compreender, o que pensam e como se sentem em relação a sua preparação para o mercado de trabalho. Considerando as contribuições acadêmicas científicas sobre a temática, utilizou-se o banco de dados da CAPES, a partir dos seguintes descritores para o levantamento de pesquisas sobre o tema: Jovem Aprendiz, Aprendizagens (primeiro), Alunas e Mercado de Trabalho (segundo) e Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho (o terceiro), para analisar as produções sobre o tema defendidas no período entre 2009 e 2019.

1.3 Relevância Social

Por que investigar as alunas? Refletindo sobre as questões de desigualdade de gênero, as quais ainda se sobressaltam na sociedade no século XXI, surgiu o interesse de investigar os motivos pelos quais as jovens alunas buscam o programa de Aprendizagem Profissional do Programa Jovem Aprendiz, e suas perspectivas² sobre o curso e o mercado de trabalho, assim como suas expectativas³ em relação ao futuro e aos desafios na prática profissional na empresa e no futuro.

É relevante investigar a subjetividade das participantes frente a este novo mundo de desafios, o mercado de trabalho. Atualmente existe uma diferença muito grande em relação aos salários de homens e mulheres no mercado de trabalho, homens ganham em média 53% a mais do que mulheres, esse percentual pode ser ainda maior dependendo do cargo.

Ainda no século XXI, destaca-se a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nesse sentido, a pesquisa vem contribuir para a busca de políticas públicas, ressaltando o quanto é importante para as alunas ter a

² Perspectivas: Tudo o que se consegue ver ao longe; aquilo que os olhos alcançam desde um certo lugar; panorama. Sensação esperançosa; expectativa: a perspectiva de emprego. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/perspectiva/>. Acesso em: 29 out. 2020.

³ Expectativa: Estado de quem espera algum acontecimento, desejo intenso por algo próspero: expectativa de um bom trabalho. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/perspectiva/>. Acesso em: 29 out. 2020.

preparação para a inserção no mercado de trabalho, considerando suas perspectivas, expectativas, aprendizagens e sonhos.

Levando em conta as desigualdades sociais relacionada às questões de gênero, destaca-se a preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU) com problemas mundiais, incluindo direitos para as mulheres. Assim, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) vem proteger os direitos humanos, promover a igualdade de gênero e desenvolver o empoderamento das mulheres e meninas, para que possam desfrutar de plena igualdade de gênero esse livrar de todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos.

A partir do século XIX, no Brasil, surgiram os primeiros movimentos feministas de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e de luta pelo direito à educação feminina. O direito ao voto, liberdade sexual foram algumas conquistas decorrentes dessas lutas. Assim, as mulheres começaram a ter consciência de seu papel no contexto social, não ficando somente restritas aos cuidados domésticos e aos filhos.

Considerando a atuação profissional da pesquisadora como docente no Programa de Aprendizagem, surgiu o interesse de ouvir os educandos do curso, em especial, as meninas, essa nova geração que vem conquistando seu espaço.

1.4 Objetivo Geral:

O objetivo geral é analisar as percepções, comportamentos e vivências das estudantes participantes do Programa Jovem Aprendiz, referente as aprendizagens e inserção no mercado de trabalho, em uma instituição privada de educação profissional.

1.5 Objetivos Específicos:

- a) Identificar os fatores que mobilizaram as estudantes a participarem do Programa Jovem Aprendiz;
- b) Examinar o processo formativo e as relações de gênero no Programa Jovem Aprendiz;

- c) Investigar fatos que possam impedir as alunas de concluir o curso dentro do Programa Jovem Aprendiz, tendo em vista sua não inserção no mercado de trabalho neste momento.

A pesquisa foi realizada na empresa de Serviços Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituição de educação profissional, localizada na cidade de São Leopoldo/RS, que oferece às empresas uma parceria através Programa Jovem Aprendiz.

A escolha da instituição participante deu-se em função do trabalho desenvolvido há mais de 70 décadas, e sua história de contribuição para a capacitação profissional de qualidade. A Instituição tem a preocupação de preparar profissionais para a atuação em diferentes áreas do mercado.

O Programa Jovem Aprendiz não é diferente. Seu objetivo é preparar jovens, nas bases teóricas chamadas de UC (Unidade Curricular), afim de realizar a prática em uma empresa vinculada ao programa. A Instituição pesquisada, é conceituada no mercado, pela oferta de cursos profissionalizantes. Sua missão é educar para o trabalho. Isso se dá por meio do desenvolvimento de competências significativas de seus(as) alunos(as). Refletindo acerca da pesquisa e buscando respostas, foi possível identificar, os motivos que levarão as alunas a fazer o curso de Aprendizagem Profissional.

O curso de Aprendizagem Profissional do SENAC tem como proposta contribuir para o desenvolvimento profissional dos adolescentes e dos jovens. Atendendo, assim, a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta, inicialmente, o contexto histórico da educação profissional no Brasil e a formação docente, além de aspectos legais da Lei de Aprendizagem. Posteriormente, abordam-se outros aspectos como Educação e Trabalho: um Princípio Educativo para todos e todas - gênero e educação; conceitos de gênero (Contextualização histórica sobre o papel da mulher na sociedade - direitos entre mulheres e homens – desigualdades de gênero – teto de vidro – adolescência e trabalho feminino); revisão das teses e dissertações catalogadas no banco de dados da CAPES.

2.1 Educação Profissional no Brasil e Formação Docente

Contextualizando a formação profissional do Brasil, nos remetes uma reflexão ao passado, onde os primeiros povos habitantes de nossas terras, os índios, já desenvolviam suas aprendizagens, conhecimentos e trabalho partindo de sua cultura. Os escravos e os povos de classes mais baixas, tinham como ofício, trabalhos manuais como carpintaria, artesanato, tecelagem entre outros, as aprendizagens eram ensinadas de geração para geração.

Segundo Manfredi (2002), as diferentes formas de trabalho construídas ao longo da história de acordo com o desenvolvimento social, a força do trabalho pela produção de bens e serviços, movimentou e promoveu o desenvolvimento, determinando as relações entre grupos e classes na constituição de identidades sociais e culturais. Assim, com o desenvolvimento social, surge novas formas de organização de trabalho e de distribuição de riquezas. Para Manfredi (2002), “se construindo e reconstruindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da população e de distribuição de riqueza e poder” (p. 34).

A história da educação profissional no Brasil teve início em 1808, com a chegada família real chegou ao Rio de Janeiro, quando D. João VI criou os primeiros colégios para fornecer educação aos seus conterrâneos, artistas, vindo de Portugal entre outros. As primeiras instituições de ensino públicas criadas no Brasil estavam voltadas ao ensino superior, oferecendo cursos para a academia militar e para a

marinha e cursos de agricultura, desenho, economia e química. Aos poucos, criou-se instituições de ensino primário e secundário.

Por volta de 1889, no período do Brasil republicano, após a abolição dos escravos, era crescente a expansão industrial no Brasil, milhares de trabalhadores rurais ganharam espaço dentro das indústrias. A nova República Federativa do Brasil, em parceria com os estados, deu início à organização do ensino profissional. O então atual presidente Nilo Peçanha criou o decreto Lei nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando três escolas, consolidando o ensino técnico no Brasil. No ano de 1909, criaram-se as escolas técnicas de aprendizes e artífices, chamadas de CEFETS (GARCIA; DORSA, et al., 2018).

Para Noronha et al. (2009), por volta de 1930, a escola ganhou força para transformar o súdito em cidadão, ou seja, preparar o trabalhador para a indústria, o que marcou o início da formação de grupos para o trabalho. Nesse contexto, a escola era vista como fonte de desenvolvimento no sentido de ensinar a ler e a escrever e a preparar a criança, o jovem e o adulto na sua formação humana, na construção de identidade e também para o trabalho.

A escola, no contexto histórico final do século XIX início do século XX, teve um papel primordial. Nesse período, marcado pelas desigualdades sociais, a classe trabalhadora reivindicava seus direitos por meio de movimentos sociais, com o intuito de acabar com a exploração da mão de obra. Em função disso, as relações sociais estabeleceram-se de maneira conflituosa, pois uns tinham poder aquisitivo e outros pertenciam à classe trabalhadora, operária.

Cabe ressaltar a expansão industrial no início do século XX, marcado pelo fordismo, com a criação de esteiras na linha de produção, e o taylorismo, criado por Frederick Taylor, que consistia em uma técnica de organização de gestão. Enquanto uns produziam outros elaboram estratégias de administração. Esse foi um grande marco da história do mundo do trabalho, a separação do pensar e do fazer.

O espaço da educação profissional, pela sua proximidade com o mundo do trabalho, é um espaço de disputa de interesses econômicos e sociais. Para Grabowski e Kuenzer (2006), a formação dos trabalhadores dá-se pela necessidade de mão de obra qualificada. Já a separação do pensar e do fazer, a partir do sistema taylorismo-fordismo, fez surgir, conforme o mesmo autor, a separação da mão de obra, ou seja, a separação da força de trabalho do planejamento. Assim, passou-se

a dar, “para os supervisores, uma formação acadêmica intelectualizada e, para os trabalhadores, formação profissional em instituições especializadas ou no próprio local de trabalho” (GRABOWSKI; KUENZER, 2006, p. 73).

No início do século XX, a expansão industrial buscava expandir a produção. Alguns trabalhadores trabalhavam na esteira, seu tempo de produção era cronometrado, evitando saídas da linha produção para evitar tempos mortos. Outros proprietários e industriários eram responsáveis pela gestão e pela organização da produção com o intuito de expandir os negócios da época (SILVA, 2007). Com a criação do método taylorista, a escola implementou o ensino profissionalizante, valorizando o ofício do professor. Para Laval (2004), a profissionalização do ensino constituiu bons métodos de padronização do ato educativo.

Segundo Cunha (2005), os operários estrangeiros vindo para o Brasil, colaboraram com a força da mão de obra e domínio sobre o manuseio das máquinas, exigiram melhores condições de trabalho e salário e, assim impulsionaram a valorização do trabalho e também do ensino profissional.

A partir disto, a economia crescente e com o fortalecimento do comércio e da industrialização, surgiram novas formas de vida social. A população era heterogênea, formada por pessoas de diferentes culturas, raças e etnias, cabia à escola o papel de homogeneizar essa população, com a intenção de amenizar as diferenças e as desigualdades sociais. O papel da escola no Brasil, nessa época, era ensinar a ler e a escrever e a preparar o cidadão para o trabalho. Em países da Europa, no mesmo período, as escolas já se engajavam em outras matérias, como a preocupação com o desenvolvimento humano (NORONHA et al. 2009).

Cabe ressaltar a organização do ensino em meados do século XIX, serviu como base para futuras reformas educacionais. O decreto de Lei nº 7.247, de 19 de Abril de 1879, dispõe sobre a “Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio”, regulamentada a instrução primária e secundária da Côrte e determina conforme o Art. 4º “o ensino nas escolas primarias do 1º gráo do municipio da côrte constará das seguintes disciplinas: instrucção moral, instrucção religiosa, leitura, escripta, costura simples para as meninas” e também, “noções de economia social para os meninos, noções de economia domestica para as meninas, pratica manual de officios (para os meninos), trabalhos de agulha para as meninas”. (BRASIL, 1879). Entre outras

disciplinas destacou-se as direcionadas para meninos e meninas de acordo com a época.

O governo do Brasil, durante a Primeira República, entre 1889 e 1930, no final do século XIX e início do século XX, tinha ciência da heterogeneização da população, uma sociedade em amplo desenvolvimento. A única forma de lidar com as desigualdades era por meio da educação formal. A Lei Saraiva (Lei 3.029, de 09 de janeiro de 1881), valorizava o grau de instrução. Todos eram chamados de doutores quando diplomados. Em contrapartida, surgiu o preconceito contra os analfabetos da classe trabalhadora e os negros.

De acordo com Noronha et al. (2009), a pedagogia liberal apresentava a ideia de homogeneizar a nação e enfrentar as divergências trazidas pela industrialização e pelo crescimento social. Além de educar no sentido de alfabetizar as crianças, a escola oferecia o ensino profissionalizante para a produção capitalista. Assim o trabalho passou a ser visto como princípio educativo com conteúdo humanístico oferecido pela escola e preparação para o trabalho.

Para Xavier (2019) através da Lei Saraiva, de 1881, surgiram escolas noturnas para adultos, exigindo deles aprender a ler e a escrever. Mas essas escolas, nessa época, não foram eficientes para expandir o ensino dos adultos, embora o Estado Novo discutisse sobre a educação dos adultos com o intuito de difundir o ensino.

Por meio da educação e trabalho, surgiu, aos poucos, a identidade da classe trabalhadora, vista como cidadã de direitos. Nesse sentido, ocorreu uma mudança de comportamento e de estilo de vida. Do lar para fábrica, do lazer à escola, foi a proposta da pedagogia da escola nova (movimento liderado por Anísio Teixeira), momento em que a escola passou a ser disciplinadora para a excelência do tempo.

No Brasil, o Deputado Geral Ruy Barbosa (1849-1923), propôs a reforma do ensino, defendia a escola como obrigatória e laica no período de oito anos para a conclusão, no entanto sua proposta não foi aceita. Visto que anos mais tarde, sua proposta se tornaria referência na área da educação para o desenvolvimento de políticas públicas. Entretanto, Ruy Barbosa, defendia a proposta curricular de educação integral diferente de tempo integral, ou seja, não relacionado ao horário e ao tempo e sim numa educação significativa com pequenos intervalos para recuperar o esforço. Assim, na proposta de currículo de Ruy Barbosa, acrescentava-

se conteúdos e métodos para o desenvolvimento de habilidades de acordo com os padrões sociais da época. Na disciplina de educação física por exemplo, na apresentação curricular vista como moderna para época, meninas realizavam ginástica com movimentos leves e dóceis com doçura; já para os meninos era acrescido de exercícios militares, entre outras disciplinas básicas. (SCHEUERMANN et al, 2017).

Anos mais tarde, surge o movimento Escola Nova no Brasil foi liderado por Anísio Teixeira influenciado pela proposta educadora de John Dewey filósofo norte americano, com o objetivo de “educar a criança como um todo” nos aspectos físicos, emocional e intelectual, ensinando a criança a pensar, “Dewey acreditava que, para o sucesso do processo educativo, bastava um grupo de pessoas se comunicando e trocando ideias, sentimentos e experiências sobre as situações práticas do dia a dia”. (FERRARI, 2008).

Em 1932, Anísio Teixeira, assina o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o documento dispões da universalização da escola pública, de forma laica e gratuita como prioridade nacional. (MATUOKA, 2018).

Segundo Matuoka (2018), no Brasil a transformação da educação se concretizou por Anísio Teixeira, inspirado nas ideias de Dewey, criou a Escola-Parque na Bahia para crianças em turno integral, Anísio defendia a proposta de estímulo, reflexivo, senso crítico e cidadania.

Neste sentido, tanto a Escola Parque quanto a Escola Classe tinham a proposta de desenvolver o aluno de forma integral. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “prever a ampliação do Ensino Fundamental para tempo integral, a Lei nº 9.394/96 admite e valoriza as experiências extraescolares (Art. 3º, inciso X), as quais podem ser desenvolvidas com instituições parceiras da escola”. (MEC, 2006 p. 24).

[...] mantiveram-se análises críticas e focos de resistência à orientação dominante na política educacional, que tendem a se fortalecer, neste novo século, à medida que os problemas se agravam e as contradições se aprofundam, evidenciando a necessidade de mudanças sociais mais profundas. (SAVIANI, 2007 p.178)

Para Kuenzer (2002), “no seio das relações sociais determinadas pelo modo de produção da existência que o homem se faz homem, constituindo-se ao mesmo

tempo como determinado e determinante dessas mesmas relações” (p. 182).

Consoante Saviani:

[...] no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007, p. 154).

Antes da Proclamação da República, no período imperial, o papel da escola pública, em um momento de adequações, estava voltado para a instrução primária no Brasil. As escolas, que eram divididas de forma hierarquizada por classe social ensinavam a ler e a escrever com base na religião católica. Além disso, ensinavam costura e bordado e ensinamentos morais à terceira classe (GONDRA, 2018). Para Schwarcz (2019):

[...] o acesso às escolas foi franqueado à população livre e vacinada, contanto que as crianças não padecessem de moléstias contagiosas. A matrícula em escolas públicas era, não obstante, expressamente proibida aos escravizados e escravizadas, ratificando-se uma divisão verificada no próprio seio da sociedade (p.15).

O governo preocupava-se com a hierarquização e a homogeneização das classes do saber e das classes, exigindo do professor novos métodos. O contexto histórico da educação brasileira passou por várias mudanças. Anos depois, em meados de 1890, a escola pública continuava tendo de dar conta de problemas sociais (SCHWARCZ, 2019).

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o ministério da educação. Na mesma época, conforme Saviani (2007), por meio de decretos, conhecidos como Reformas Francisco Campos, assim, criados o Conselho Nacional de Educação, os estudos e as primeiras universidades brasileiras. Por volta de 1942, criou-se as leis de ensino, conhecidas como Reforma Capanema, atrelando o ensino à indústria. A criação do SENAI e SENAC foi um grande avanço na educação voltada para o ensino profissionalizante, dividindo-o por áreas: industrial, comercial e agrícola. Essa “concepção incorpora a categoria trabalho, reconhecendo a sua dimensão educativa, ao tempo que reconhece a necessidade da educação escolar vincula-se ao mundo do trabalho e à prática social” (GRABOWSKI; KUENZER, 2006 p. 299).

Atualmente a educação do século XXI é um tema discutido no contexto social, pois o entendimento é de que tal processo é responsabilidade do conjunto da sociedade, englobando a família, as instituições, os ambientes de trabalho, as organizações e os poderes públicos.

De acordo com a Lei nº 3552/1959, que “dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências”, o Art 5º ressalta, “os cursos técnicos, de quatro ou mais séries, têm por objetivo assegurar a formação de técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores” (BRASIL, 1959). Para consoante Mariotti (1999, p. 44), “a educação é importante para o desenvolvimento organizacional”.

Cabe ressaltar o surgimento de muitas instituições de ensino no século XX, que se mantêm até os dias atuais preparando pessoas para o mercado de trabalho, uma delas é o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), fundado em 1946. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 4.024/61, organizou o sistema de ensino no país, direcionando o funcionamento da educação e criando órgãos como o Centro Brasileiro de Pesquisa e, a educação do país foi se reformulando com a criação de novas Leis.

Em 1971, a antiga Lei nº 5.692/71, dispõe sobre Diretrizes do “Ensino Médio”, chamadas de 1º e 2º grau intitulado como profissionalizante, conforme Art. 4º inciso “§ 1º - A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino”, com o seguinte objetivo: “sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau”. (BRASIL, 1976).

Para Frigotto (2011) admite a restauração, na primeira década do século XXI, de práticas educacionais dos anos 1990, quando são estabelecidas parcerias entre o poder público e o privado, ampliando as instituições educativas públicas desde a educação básica, abrangendo conteúdos e métodos da área do conhecimento assim como métodos de produção ou socialização.

Nos anos de 1990, no Brasil, os olhares voltaram-se para a sala de aula como espaço de investigação. O número de pesquisadores da área da educação aumentou com o intuito de observar e analisar o fazer pedagógico do cotidiano,

considerando fatores, como dilemas e prática, a fim de compreender a prática educativa da escola (TARDIF, 2010).

Tardif (2010, p. 240) ressalta, em seu discurso sobre formação de professores, o reconhecimento dos sujeitos do conhecimento “que deveriam ter o direito de dizer algo a respeito de sua formação profissional”, porque parece pouco importar socialmente onde o conhecimento foi adquirido, se foi em uma universidade ou por meio de cursos técnicos. Em qualquer nível, o professor tem o dever de formar pessoas. Para reconhecer esse profissional (formador de pessoas), universidades americanas e canadenses buscam implementar vários cursos para professores de profissão, que participam da formação de futuros professores, através de parcerias com universidades, possibilitando, assim conviver e contribuir com os novos colegas de profissão.

O trabalho docente exige conhecimento de teorias e de didáticas para a atuação como professor que não possuem relação com o cotidiano do profissional (TARDIF, 2010). Assim, o nível de exigência do professor, muitas vezes, necessita dar conta de responsabilidades que vão além da sala de aula. Ele deve dar conta das exigências do mercado de trabalho, desenvolvendo potencialidades de alunos e alunas. Isso é, precisa desenvolver “[...] competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa” (KUENZER, 1998, p. 4).

Neste sentido, o docente tem o desafio não somente de dar conta de suas demandas como professor, mas também de preparar esses alunos/nas para os desafios e exigências do mercado de trabalho.

2.2 Aspectos Legais da Aprendizagem Profissional no Brasil

O contexto atual do Brasil em relação à educação nos últimos 05 anos, tem passado por algumas modificações que impactaram diretamente aos jovens, como a BNCC e o Novo Ensino Médio (NEM), que já prevê o direcionamento do jovem conforme sua afinidade para determinadas áreas do conhecimento, podendo optar por diferentes itinerários formativos sendo “Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas” (BNCC, 2018 p.469). Assim, “esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social” (BNCC, 2018).

Essas mudanças políticas educacionais, afetam diretamente aos jovens pela tomada de decisão precoce em relação as suas escolhas profissionais, principalmente as jovens mulheres, entre outros como pardos e negros. Os desafios profissionais para os jovens são muitos, pela busca de inserção no mercado de trabalho, porém não se tem garantias que assegurem seus direitos de forma efetiva, conforme a Medida Provisória nº 1.045/2021 Art. 66, dispõe sobre Requip - Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva, o qual não garante todos os direitos trabalhistas, além da exposição de jovens ao risco e situações de vulnerabilidades no trabalho.

Após visualizar o contexto atual e preocupante em relação ao futuro profissional dos jovens brasileiros, voltamos a história na abordagem da criação da Instituição SENAC, através da Lei nº 8621/1946, em 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC), organizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). De acordo com o art. 3º dessa lei:

o SENAC deverá também colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com ele se relacionar diretamente, para o que promoverá os acordos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal, exigindo sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos, ou estudantes a que provadamente faltarem os recursos necessários.

Segundo o II inciso,

nas localidades onde não existir estabelecimento de ensino comercial reconhecido, ou onde a capacidade dos cursos de formação em funcionamento não atender às necessidades do meio, o "SENAC" providenciará a satisfação das exigências regulamentares para que na sua escola, de aprendizagem funcionem os cursos de formação e aperfeiçoamento necessários, ou promoverá os meios indispensáveis a incentivar a iniciativa particular a criá-los (BRASIL, 1946).

Na mesma data em que foi criado o SENAC, foi promulgada a Lei nº 8622/1946, que dispõe “sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências”. De acordo com o Art. 1º dessa lei:

Os estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, que possuem mais de nove empregados, são obrigados a empregar e matricular nas escolas de aprendizagem do SENAC um número de trabalhadores menores como praticantes, que será determinado pelo seu Conselho Nacional, de acordo com as práticas ou funções que demandem formação profissional, até o limite máximo de dez por cento do total de empregados de todas as categorias em serviço no estabelecimento (BRASIL, 1946).

Dessa forma, surgiu a parceria entre a empresa comercial e o SENAC, responsável pela formação profissional, propondo estudo de conteúdos que possibilitem a preparação das pessoas para o mercado de trabalho.

No ano de 2000, para regularizar a inserção do jovem no mercado de trabalho, criou-se Lei nº 10.097/2000 - Lei de Aprendizagem, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei nº 5.452/1943. A Lei de Aprendizagem veio para regulamentar as condições de trabalho do jovem, garantindo seus direitos.

O SENAC, instituição propulsora de aprendizagem, oferece os cursos de formação profissional para os jovens aprendizes através da seguinte legislação:

O curso Aprendizagem Profissional em Comércio de bens, Serviços e Turismo tem a proposta de contribuir para o desenvolvimento profissional e pessoal de adolescentes e jovens. Além de atender à Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, aos Decretos-Lei nº 8622/46 e nº 9.579/18, visa também colaborar na construção de competências necessárias ao perfil dos profissionais que trabalham ou pretendem trabalhar nas diversas áreas desse segmento (SENAC, 2019).

Por meio da parceria do SENAC com as empresas, cumpre-se a Lei de Cotas, que diz respeito à contratação de 5 a 15% de jovens, conforme a CLT, Lei nº 5.452/1943, a qual dispõe, no Art. 429, que:

[...] os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento (BRASIL, 1943).

Para proporcionar o desenvolvimento profissional conforme a Lei de Aprendizagem, é preciso assegurar os direitos dos jovens de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual, no Art. 60. “[...] é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 1990).

Em 2005, por meio da Lei nº 5.598/2005⁴, o Ministério do Trabalho e Emprego – (MTE) criou o manual da aprendizagem, como base de orientação para a contratação. Essa lei foi revogada pelo Decreto nº 9.579, de 2018, que “dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, o adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências”. O Art. 44 dessa lei dispõe que, “para fins do disposto neste Capítulo, considera-se aprendiz a pessoa maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem” (BRASIL, 2018). Para preservar os direitos e a integridade do jovem, o Art. 45 define:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2018).

O manual criado pelo MTE solidificou a legislação e orientou as empresas contratantes dos aprendizes com base na legislação da CLT, no ECA e na Lei nº 10.097/2000 - Lei de Aprendizagem.

Ao proibir o trabalho aos menores de 16 anos, a Constituição da República de 1988 ressaltou a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. No Brasil, historicamente, a aprendizagem é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho -CLT (MTE, 2014, p. 11).

O manual da aprendizagem do MTE traz a CLT como base, citada anteriormente, seguida pelo Art. 432, “[...] duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de

⁴ Esta Lei foi revogada pelo decreto nº 9.579/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 26 dez 2021.

jornada" (Redação dada pela Lei nº 10.097/2000 Lei da Aprendizagem) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), "aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, também prevê, nos seus artigos 60 a 69, o direito à aprendizagem, dando-lhe tratamento alinhado ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente" (MTE, 2014 p.11). No que tange à aprendizagem, a Lei nº. 8.069/90, Art. 62, e a CLT, Art. 428, definem:

Aprendizagem é o instituto destinado à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são implementadas por meio de um contrato de aprendizagem, com base em programas organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades habilitadas (MTE, 2014, p. 13).

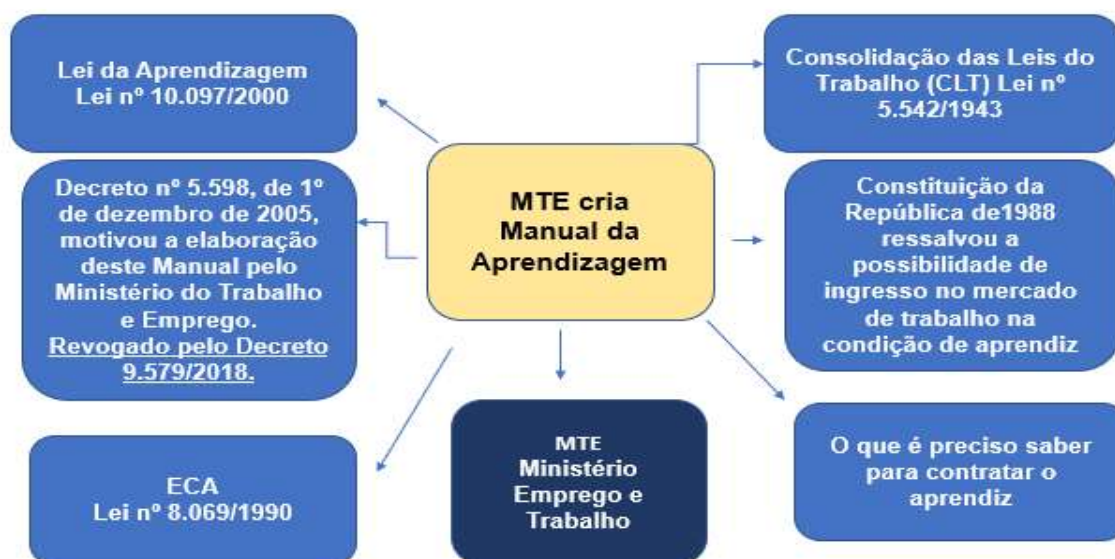
O MTE (2014) validou os Serviços Nacionais de Aprendizagem. Assim, as Escolas Técnicas de Educação, que tem por objetivo assistência ao adolescente e educação profissional, devem estar devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Os cursos são ministrados pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SESCOOP)⁵, empresas participantes do que se convencionou chamar "Sistema S".

Dessa forma, "o direito à profissionalização, por meio de contratos de trabalho especiais, está garantido na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069 de 1990)" (MTE, 2014, p. 7). Conforme o Art. 15, inciso V – prevê a "adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude" (SINAJUVE, 2013), na garantia de direitos e ações para pessoas com deficiência pelo item "a) estímulo à formação e à qualificação profissional em ambiente inclusivo", que seja para todos e todas sem discriminação ou preconceitos.

A seguir, na Figura 1, apresenta-se uma síntese das leis nas quais foi baseado o Manual de Aprendizagem.

Figura 1 – Base de Leis inclusas no Manual de Aprendizagem criado pelo MTE

⁵ SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Senac: Serviço Nacional Aprendizagem Comercial; Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Senat: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Importante ressaltar que, nos últimos anos, o Brasil tem se preocupado com a educação profissional dos jovens, criando políticas para sua inserção no mercado de trabalho, através de Programas de Aprendizagem Profissional vinculados ao Ministério do Trabalho (MTE). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atualizada pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais leis, como Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, vem garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho. O Quadro 1, que segue, apresenta as leis que solidificam a Lei da Aprendizagem.

Quadro 1 – Leis que solidificam a “Lei de Aprendizagem” baseada na orientação às empresas através do SENAC e MTE

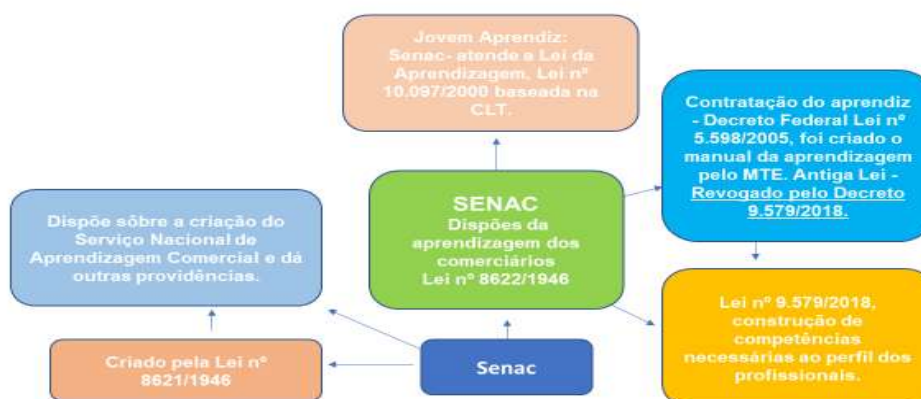
Dispõe a LEI	Nº da Lei	Ano	Observações	Órgão que atende a LEI.	Órgão que atende a LEI.
Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	Lei nº 5.542/1943	1943	Art. 432, "(...) duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada". (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000), segue Art. 431. "(...) contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas nos incisos II e III do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços".	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresenta o Manual da Aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz	MTE e SENAC
Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	Lei nº 8621/1946	1946	Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências.	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC	SENAC
Senac - Lei nº 8622/1946	Lei nº 8622/1946	1946	Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Através do Senac.	SENAC - Vem atender à Lei Federal nº 10.097/2000 e aos Decretos-Lei nº 8622/1946 e nº 9.579/2018. Tange ao desenvolvimento profissional de jovens.	SENAC
Constituição da República - 1988	Constituição	1988	Art. 432, "(...) duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada". (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000), segue Art. 431. "(...) contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem.	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	MTE e SENAC
Estatuto da Criança e do adolescente/ECA	Lei nº 8.069/1990	1990	Prevê direito a aprendizagem art. 60 ao 69	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	MTE
Lei de Aprendizagem	Lei nº 10.097/2000	2000	Inserção do jovem através do Programa de Aprendizagem.	SENAC - Vem atender à Lei Federal nº 10.097/2000 e aos Decretos-Lei nº 8622/1946 e nº 9.579/2018. Tange ao desenvolvimento profissional de jovens, incluindo Jovem Aprendiz.	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e SENAC
Lei dispões sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz.	Lei nº 9.579/2018	2018	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.	SENAC - Vem atender à Lei Federal nº 10.097/2000 e aos Decretos-Lei nº 8622/1946 e nº 9.579/2018. Tange ao desenvolvimento profissional de jovens, incluindo Jovem Aprendiz.	Decreto nº 5.598/2005 motivou a elaboração deste Manual da Aprendizagem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Revogado pelo Decreto 9.579/2018. ATENDIDO PELO SENAC.

A Lei nº 10.097/2000 - Lei de Aprendizagem, que trata sobre direitos e sobre a contratação dos jovens, ressalta, no Art. 403, que “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”, determinando um modelo de contrato de trabalho especial para o seu desenvolvimento profissional; um contrato com prazo estipulado de até dois anos, garantindo direitos e salário (BRASIL, 2000).

Neste sentido, reforçando que a Constituição Federal, reconhece a profissionalização como direito importante para os jovens, conforme o Art. 227, que dispõe “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

De acordo com o Estatuto da Juventude (2013), dispões sobre as diretrizes das políticas e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), o Art. 2º, vem reforçar perante a Lei os direitos fundamentais dos jovens, conforme inciso V – “promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem”. Não basta somente o jovem ter o direito a profissionalização, mas se faz necessário que se cumpra a Lei na íntegra, preservando todos os direitos, como proteção, acesso à escolarização e profissionalização de forma que o jovem não prejudique no seu desempenho escolar, assim como a frequência nas aulas. A seguir, na Figura 2, exemplifica-se como o SENAC se configura nessa legislação.

Figura 2 – Lei de Aprendizagem e SENAC



Ressalta-se que a pesquisa de campo para este trabalho será realizada no SENAC, Instituição que faz parte do chamado Sistema S, criada através de decreto Lei nº 8.621/1946, com base da Constituição Brasileira de 1988, conforme o quadro acima, com o propósito de promover formação profissional, além de acesso à cultura e ao lazer para os trabalhadores brasileiros. Segundo o MTE (2014), em seu manual, as instituições qualificadas para proporcionar os cursos de aprendizagem são denominadas de Serviços Nacionais de Aprendizagem:

1. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
2. *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);*
3. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
4. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);
5. Serviço Nacional de Cooperativismo (SESCOOP).

Como já visto, o SENAC faz parte do sistema S e tem como objetivo mudar vidas através da formação profissional. No Quadro 2, apresenta-se o Sistema S, destacando a instituição em que a pesquisa será desenvolvida.

Quadro 2 – Conhecendo o Sistema S, destacando a Instituição Pesquisada

1946	Senai	Decreto-Lei Nº 4.048/1942
	Senac	Decreto-Lei Nº 8.621/1946
	Sesi	Decreto-Lei Nº 9.403/1946
	Sesc	Decreto-Lei Nº 9.853/1946
1990	Sebrae	Decreto Nº 99.570/1990
1991	Senar	Lei Nº 8.315/1991
1993	Senat	Lei Nº 8.706/1993
	Sest	Lei Nº 8.706/1993
2001	Sescoop	Medida Provisória Nº 2.168-40/2001

Fonte: Sistema S o que é, importância e história⁶

⁶ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, 2019.

Nesta perspectiva, o quadro acima, ressalta a criação de instituições precursoras, para a formação profissional dos trabalhadores.

2.2.1 Educação e Trabalho: um Princípio Educativo para todos e todas

Para Kuenzer (1987), a inserção do aluno(a) nos postos de trabalho ocorre por meio de uma instituição formadora. Nesse sentido, o SENAC prepara os jovens para o mercado de trabalho, articulando teoria e prática através do Programa de Aprendizagem – Jovem Aprendiz. Conforme Fidalgo e Machado, “aprendizagem não é, nunca foi, um fenômeno exclusivamente escolar. Ela está, propriamente, no centro vital do campo de forças que constitui e mantém em movimento a cultura. A cultura é o contexto primário da aprendizagem” (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 124).

O trabalho e a educação são fontes transformadoras na vida homem. O desenvolvimento social capitalista e o crescimento da produção em massa no início do século XX deram espaço a um rompimento entre teoria e prática, surgindo uma educação voltada à preparação para o trabalho. No ano de 1909, surgiram os primeiros cursos profissionalizantes e as escolas de aprendizes, criados pelo governo, vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tratava-se de uma qualificação profissional direcionada às indústrias em expansão (KUENZER, 1987).

Para Kuenzer (1987), “a dimensão trabalho constitui-se como categoria central da qual se parte para a compreensão do fenômeno educativo e das articulações recíprocas entre estas duas dimensões – educação e trabalho”. O trabalho visto como princípio educativo em um processo de articulação entre a educação e o trabalho oportunizou à burguesia qualificação da mão de obra para o crescimento econômico e social (KUENZER, 1987, p.92). No contexto sócio-histórico do Brasil, a educação preparava a mão de obra para o trabalho, principalmente de homens.

A igualdade de gênero pressupõe que todos os homens e mulheres são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer escolhas na vida, sem limitações impostas por estereótipos ou preconceitos sobre papéis de gênero ou características dos homens e mulheres (OIT, 2007, p. 97).

Nesse sentido, o Programa Jovem Aprendiz traz uma oportunidade para todos e todas se inserirem no mercado de trabalho, relacionando teoria e prática.

2.3 Costurando os Conceitos de Gênero

A palavra gênero, etimologicamente, vem do Latim de *generu*, *genere*, que significa nascimento, origem⁷. Biologicamente, usa-se a palavra gênero na classificação de seres vivos por famílias e raças, como identificação do sexo biológico, utilizado culturalmente como sexo feminino e sexo masculino, ou identidade de gênero, atribuindo papéis sociais ou sexuais. No entanto, gênero pode ser um simples jeito de ser ou um estilo de vida, modo de pensar e agir. A palavra gênero é usada também para definições literárias de acordo com os assuntos ou características afins como lírico, drama, poético e musical.

Culturalmente, gênero parece ser um “drama” incompreensível socialmente, quando se fala das diferenças sexuais, das desigualdades de gênero e da discriminação de pessoas pelo seu jeito de ser e de viver. Segundo Scott (1995):

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas (SCOTT, 1995 p.88).

Os primeiros conceitos de gênero surgiram em meados de 1955, no século XX, introduzidos pelo sexólogo John Money como conceito científico. A ideia apresentada por Money é a de que não existe vínculo entre o sexo biológico (anatômico) e a identidade sexual do sujeito. Essa diferente relação passou a se chamar identidade de gênero (LATTANZIO; RIBEIRO, 2018). Para (LOURO, 2000, p. 40):

num longo e sutil exame da evolução dos conceitos de corpo e gênero, dos gregos até o século XX, Laqueur sugere que tem havido modificações fundamentais nos modos como nós vemos a relação entre o corpo masculino e o corpo feminino. Ele argumenta que, até o século XVIII, o discurso dominante ‘construiu os corpos masculino e feminino como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um único sexo’.

⁷ Conceito de gênero. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genero/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

Nos movimentos feministas, grupos de mulheres reuniram-se na busca por direitos, pela conquista de políticas públicas e pelo direito ao sufrágio⁸ feminino em meados de 1932. Assim, as feministas apresentaram ao mundo, de modo subversivo, a normatividade que difere do sexo biológico, mostrando as relações de gênero. A representação são termos polêmicos, serve como meio para buscar visibilidade às mulheres, para facilitar sua emancipação. Para Foucault (1982), no sistema jurídico e em ambientes de poder, os sujeitos passam a representar. Assim, os gêneros constituem a emanação, por meio da sua encarnação em atores sociais ou personagens míticos, de posições numa estrutura abstrata de relações que implica uma ordenação hierárquica do mundo e contém a semente das relações de poder na sociedade. (SEGANTO, 1998 p.03).

As construções conceituais sobre gênero foram tomando formas por diversos autores e pesquisadores, a exemplo de Beauvoir, quando disse “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (1970). Louro (2000) validou essa afirmação dizendo que “[...] através de múltiplas estratégias e táticas, ‘fixar’ uma identidade masculina ou feminina ‘normal’ e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero ‘normais’ a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual” (p.17).

A construção da identidade do sujeito faz parte do livre arbítrio, podendo ser construída culturalmente pelo imaginário dos pais. Para Beauvoir (1970), gênero é “variável e volitivo”, nesse sentido, torna-se uma escolha, ‘construído’, mas há um agente implicado em sua formulação, um cogito⁹ que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro” (BUTLER, 2003, p. 27).

Assim, para Scott (1995) define gênero como identidade instável. Para ela:

[...] a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável. Como sistemas de significado, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão de ambiguidades e de elementos de oposição, a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e (de) uma compreensão comum. A ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de

⁸Dicionário On-line de Português. Sufrágio: Voto em uma eleição. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sufragio/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

⁹Dicionário On-line de Português. Cogito: Vem do verbo cogitar. Pensar insistentemente sobre alguma coisa; refletir acerca de: cogitamos uma maneira de o convencer; cogitava. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=cogito>. Acesso em: 09 ago. 2020.

aspectos femininos - do potencial do sujeito para a bissexualidade - e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino (p.80).

De acordo com Louro (2000), o reconhecimento do sujeito pelo sexo biológico para distinguir as diferenças implica questões de desigualdades e hierarquias dos papéis previamente definidos, assim, mantém-se o poder enraizado na sociedade.

2.3.1 Gênero e Educação: Construindo e Desconstruindo Enlaces na Educação

Somos povos de diferentes etnias, costumes, crenças e culturas, a sociedade foi se moldando ao longo dos séculos baseando-se nas hierarquias de poder e lideranças. Desta forma se construiu culturalmente os papéis de homens e mulheres, nas tribos, nas comunidades quilombolas, nas sociedades em todas as classes sociais.

Partindo de um contexto sócio-histórico e cultural, nas definições de papéis constituídos desde a infância, é perceptível a prevalência do sexismo¹⁰ e do machismo. Neste sentido, o reflexo da construção cultural define quem veste rosa e quem veste azul, determinando brincadeiras para meninos e brincadeiras para meninas. Assim, o legado da cultura patriarcal passa de geração para geração, e homens e mulheres possuem papéis distintos na sociedade. Assim, em “[...] estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995 p. 75). Para Louro (2000, p. 8), “aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de ‘marcas’ biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada”.

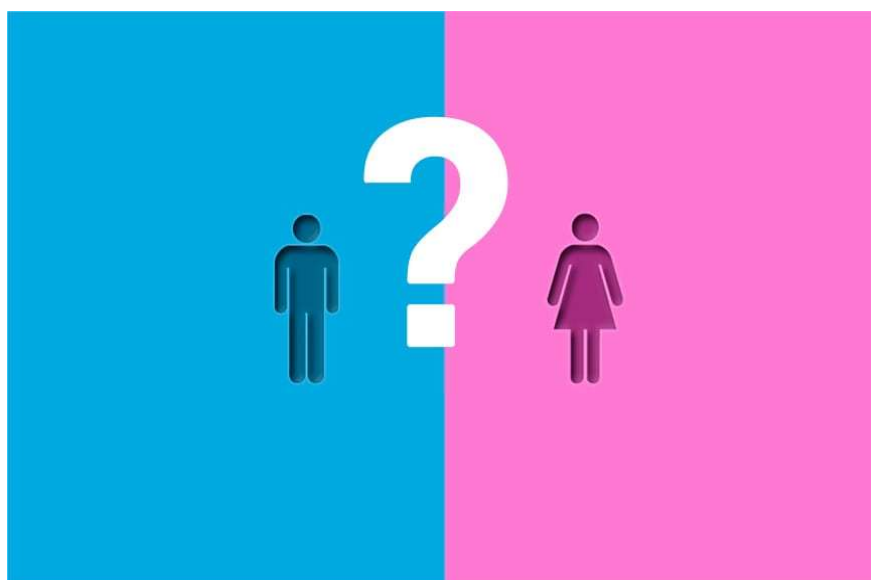
No contexto social, criam-se conceitos culturais sobre a infância, o brincar e, conseqüentemente, manifestações direcionadas aos papéis de gênero a partir do sexo biológico. Assim, definindo culturalmente pelo sexo biológico, quem brinca de carrinho e quem brinca de boneca. Para Quaresma, “as práticas cotidianas dos professorados estão relacionadas a padrões heteronormativos e a condutas

¹⁰ Dicionário On-line de Português: Sexismo: Atitude de discriminação fundamentada no sexo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo>. Acesso em: 20 de abril 2021.

resultantes de discursos sexistas que estão presentes na cultura e que são reproduzidos acriticamente” (SILVA *et al.*, 2015, p. 01).

De acordo com Scott (1995), o gênero é considerado um elemento presente nas relações sociais, percebidas e diferenciadas pelo sexo, “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, constituído pelas representações simbólicas e culturais (p. 86). A seguir a figura 3, faz uma representação cultural sobre o sexo masculino e feminino.

Figura 3 - Menino Veste Azul e Menina Veste Rosa



Fonte: Nascimento, 2019.

O Brasil apresenta resistências em relação aos discursos sobre gênero e desigualdades sociais, enraizadas de nossa cultura histórica de preconceitos. Para Louro (2008), “é uma menina!” ou “é um menino!”, é uma frase que causa muitas expectativas nos pais, curiosidade para saber o sexo biológico do bebê, o que já coloca em marcha todo um investimento de gênero sobre o futuro da criança. A imagem acima faz uma representação social cultural definindo papéis e funções de acordo com o sexo biológico. Assim, já direcionando o futuro da mulher, com uma indicação de sexo frágil, em contra partida ao azul representa o homem, o poder, supridor do sustento.

Para Louro (2008), essa expectativa dos pais em relação ao sexo biológico do bebê desencadeia um processo de “fazer”, de um corpo que assume uma

identidade, podendo ser feminina ou masculina, corpos com características físicas diferentes “às quais se atribuem significados culturais” (p.15).

De acordo com Butler (2019), o gênero é fluante. Assim, o homem com características masculinas pode se apropriar tanto de uma identidade de gênero feminina quanto de uma identidade de gênero masculina.

A mulher feminina, da mesma forma, pode se apropriar de uma identidade feminina ou masculina. Nesse sentido, é possível compreender que o corpo é assexuado, biologicamente possui um sexo que o definiu culturalmente como homem ou mulher, mas sua identidade de gênero será assumida pelo corpo que é assexuado. Assim, “[...] gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo” (BUTLER, 2003, p. 24).

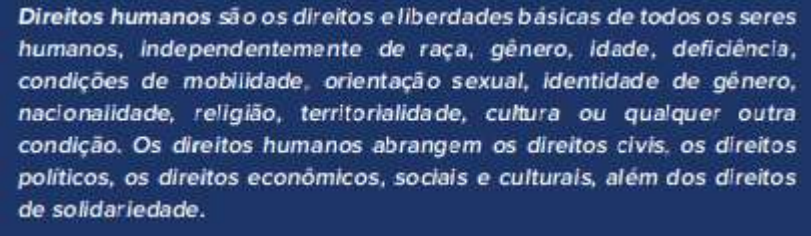
Falar e discutir sobre gênero na educação é fazer prevalecer os direitos humanos para todos e todas, independentemente de raça/etnia, credo ou orientação sexual, promover uma equidade de justiça e respeito social. Segundo o Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” e, conforme o Art. 7º, “todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (DUDH, 2009).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é um documento paradoxal¹¹, histórico mundial, abrange sobre os Direitos Humanos, que diz universalizar todos, sem discriminação. De fato, é difícil generalizar as pessoas, suas culturas, tradições, identidades de gênero, colocar todos num pacote e dizer que somos todos iguais. Não somos livres e não nascemos livres, a construção da liberdade humana perpassa pela cultura, costumes sociais. Volta-se ao passado para compreender a criação deste documento, a DUDH “foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1948, sendo a primeira vez na história que um compromisso global entre países foi firmado com uma proposta de direitos semelhantes para todos”. (DUDH e ODS, 2018).

¹¹Dicionário On-line de Português. Paradoxal: fundamentada em algo disponível em: <https://www.dicio.com.br/paradoxal>. Acesso em: 22 abr 2021.

Cabe ressaltar, que a DUDH possui uma abrangência voltada para América Latina e Brasil, criada em um período após a segunda guerra mundial (1939 e 1945) e holocausto (1941 e 1945), por isso, ganhou sentindo universal com o intuito de promover a paz, combater as desigualdades entre as nações. Assim, a figura abaixo é um recorte da cartilha – Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Conforme a figura 4 abaixo:

Figura 4 - Cartilha da DUDH e ODS



Direitos humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos, independentemente de raça, gênero, idade, deficiência, condições de mobilidade, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, religião, territorialidade, cultura ou qualquer outra condição. Os direitos humanos abrangem os direitos civis, os direitos políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais, além dos direitos de solidariedade.

Fonte: Cartilha DUDH e ODS. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/declaracao-universal-dudh/cartilha-dudh-e-ods.pdf>. Acesso em: 21 abr 2021.

Importante salientar, que o sujeito de direitos não é universal porque de fato não inclui todos/todas. Se realmente incluísse todos/todas não existiria movimentos sociais, lutas de muitas pessoas em busca de direitos. O que é universal é padronizado e, por isso, não inclui todos/as.

A figura acima, apresenta uma falsa ideia de “igualdade de direitos” porque não contempla todos/as, e o mesmo documento (cartilha DUDH e ODS), apresenta controvérsias ao citar a certidão de nascimento como posse de direitos a qualquer pessoa e reconhece a exclusão de povos, comunidades, privados de liberdade entre outros conforme aponta a figura 5 abaixo:

Figura 5 - Descrição da Cartilha da DUDH e ODS

No Brasil, a certidão de nascimento é o primeiro documento que possibilita a fruição de direitos, no país, a qualquer pessoa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002, o percentual de pessoas não registradas ao nascerem era de 20,9%, valor reduzido para 1% em 2014. Trata-se de grande avanço na documentação da população, mas alerta-se que ainda existem bolsões de ausência dessa documentação básica, que se concentram em algumas populações em situação de vulnerabilidade, como povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, população em situação de privação da liberdade, trabalhadoras rurais e pessoas LGBT.

Fonte: Cartilha DUDH e ODS. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/declaracao-universal-dudh/cartilha-dudh-e-ods.pdf>. Acesso em: 21 abr 2021.

Segundo Silva (2013), “todos é um todos de inclusão liberal e capitalista. Desse modo, universaliza-se o homem que nasceu livre, que por sua vez é aquele que vota e pode ser votado, do sexo masculino e que detém a propriedade dos meios de produção” (p.420). O sentido de *todos* no contexto atual, apresenta uma limitação restritiva, considerando aspectos culturais e identitários. Assim, o “reconhecimento da dicotomia eu/outro fica difícil pensar que o todos de fato possa incluir a todos”. Neste sentido, “pensar na existência de um todos de fato universal, como uma verdade absoluta ou mesmo um ideal a ser seguido é desconsiderar e anular as diferenças em/entre nossas culturas e sociedades, como se isso fosse possível” (p.422).

De fato a indicação de *todos*, “mostram que mulheres, crianças, deficientes físicos, minorias étnicas, presidiários e indígenas não estavam incluídos nesse sujeito-de-direito universal, no pré-construído da DUDH”. Assim, não se apropria do sentido tão universal se pensarmos “todos os homens, toda humanidade, todos os povos, não seria necessário essa verdadeira movimentação, de pré-construídos ao longo da história”. (SILVA, 2013, p.425).

O discurso para *todos* no sentido universal produz uma falsa ilusão de abrangência de todas as diferentes culturas, comunidades, sujeitos, percebível pela cartilha DUDH e ODS, inclusão e exclusão do sujeito de direito universal (SILVA, 2013).

Assim, ressaltando a importância de políticas públicas que de fato incluam todos/todas sem discriminação, observa-se a não inclusão de temáticas em

documentos educacionais, como forma de exclusão das diferenças culturais, sociais e de gênero.

Corroborando, Quaresma da Silva (2007) ao abordar a importância de implementação de políticas públicas na escola para falar sobre gênero e sexualidade, temáticas relevantes no processo de construção de identidades. De acordo com os Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹², dispõe:

[...] que o jovem valorize a vivência das práticas corporais como formas privilegiadas de construção da própria identidade, autoconhecimento” e assim, promovendo reflexão sobre as suas preferências, seus valores, preconceitos e estereótipos quanto às diferentes práticas corporais (BNCC, 2018 p. 497).

Falar sobre gênero, também é falar sobre direitos e respeito as diferenças, as diversidades do jeito de ser e viver de cada indivíduo. Neste sentido, cabe ressaltar a supressão ou melhor a exclusão, da palavra gênero na nova versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define as aprendizagens para os/as alunos/as nas etapas de educação básica respeitando seus direitos de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com a nova versão da BNCC (2017), é possível observar a exclusão da palavra “gênero” e “orientação sexual”, porém direitos humanos, diversidade, discriminação devem ser abordadas nas redes de ensino. A apresentação do termo gênero nesta nova versão, se refere apenas a gêneros literários/textuais/orais articuladas como práticas de linguagem.

O documento se refere a diversidade de organização curricular, incluindo diferentes autores, épocas, nacionais e países, relacionada a diferentes saberes como diversidades musicais, práticas artísticas, personagens, narrativas, cultural, linguística, diversidade entre os povos (se refere aos falantes de língua inglesa) e também de diferentes as manifestações culturais (música, dança, arte, literatura). Também a valorização da diversidade de opiniões individuais, grupos sociais sem preconceitos. Assim como, “cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o

¹² BNCC: Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 Agost 2021.

outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias”. (BNCC, 2017, p. 326).

Segundo Scottinni (2014), diversidade significa diferenças que compõe tipos, seres diferentes. Observando a BNCC (2017), o termo diversidade é abordado dentro dos componentes curriculares da educação básica que perpassa da educação infantil ao ensino médio. Assim abordados, “comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças” (p.385). E, também apresenta, “diversidade étnico-cultural indígena, africana, europeia e asiática”. (p. 389).

Desta forma, a diversidade é mencionada como “instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (p. 359). Assim, aborda sobre o “reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza. (BNCC, 2017 p. 363).

A abordagem de identidade não se reporta a gênero relaciona a construção de identidade individual, e sim a “diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas”, assim, o sentido da cidadania se reporta aos princípios do respeito e aos direitos humanos. (BNCC, 2017 p. 403).

Em suma, a nova BNCC (2017), parece fazer uma exclusão da abordagem sobre igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Camuflando dentro da diversidade e direitos humanos, num sentido amplo de acolher as diferenças. Assim, “reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um. Valorizar a diversidade de formas de vida”. (p.445).

As discussões sobre o tema gênero dividiu opiniões nos trâmites da PNE e BNCC e MEC, por fim o Conselho Nacional de Educação (CNE), aderiu as considerações do MEC no compromisso de elaborar outro documento abordando somente este tema. De acordo com a BNCC (2017), diversidade, “compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas

sociais de linguagem, respeitando as diversidades e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos” (p.492).

Desta forma, cabe ao professor trabalhar sobre a diversidade, atribuindo valor às diferenças por meio de ações educativas que propiciem uma aprendizagem significativa para a formação de cidadãos que possam trazer consigo a equidade no convívio social, trabalhando o resgate da autoestima dos alunos e das alunas em sala de aula.

Para Foucault (1982), a biologia da sexualidade, como forma de controle moderna, impede a livre escolha de identidade. O sujeito, caracterizado pela sua identidade primária, pelo sexo biológico, possui profundos elementos relacionados a outro sexo, que podem vir a aparecer, quando o indivíduo apresenta características muitas vezes opostas ao sexo biológico. Falar sobre gênero e sexualidade é respeitar a diversidade e fazer desenvolver habilidades em todos e todas sem discriminação por sexo, quebrando com o paradigma social que começa na educação primária onde já se definem papéis de homens e de mulheres pelo sexo biológico. Assim, é possível desenvolver o empoderamento da menina/jovem/mulher, para que ela se sinta competente na equidade em relação ao homem, principalmente em se tratando de mercado de trabalho. Dessa forma, ela se torna visível às desigualdades e à discriminação de gênero.

Já Quaresma da Silva (2012) aborda como se articulam as relações de gênero e de sexualidade na educação, onde se priorizam identidades desconsiderando outras. Em função disso, faz-se necessário trabalhar esses temas na formação de professores, promovendo reflexões sobre as hierarquias de gênero e a sexualidade na sociedade e no contexto escolar. Trabalhar a temática sexualidade com professores, também é abrir espaço de reflexão e fala sobre sua própria sexualidade, pois os discursos de gênero é um tema abrangente e atual para diferentes comunidades como LGBTQQs+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers e o “+” representa outras manifestações de gênero. Assim, reconstruir aos poucos uma nova sociedade rompendo com o sistema social do patriarcado.

As temáticas gênero e sexualidade vem agregar valores respeito as diferenças e ética, principalmente para jovens que se preparam para a entrada no mercado de trabalho.

O processo de formação de professores deve ser contínuo como uma forma de se desconstruir enlaces culturais do tempo do patriarcado, em que os valores levados aos alunos e às alunas, futuros profissionais de diversas áreas, possam promover a equidade em seu ambiente trabalho, em sua família e na sociedade fazendo prevalecer a igualdade de direitos. Conforme Freire (1996, p. 18), “por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”.

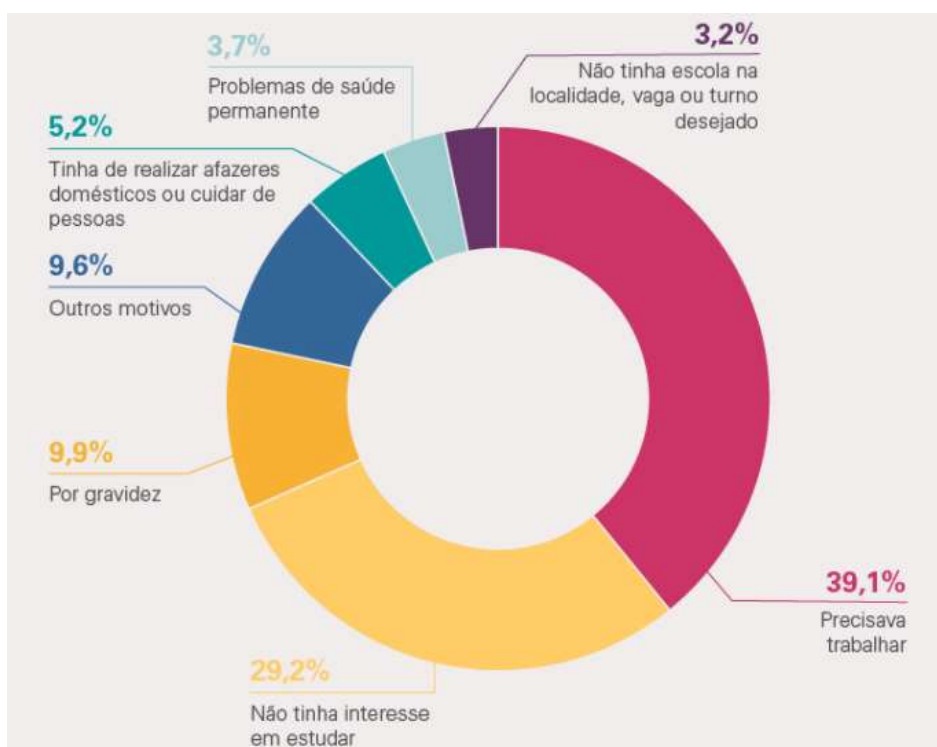
De acordo com Quaresma da Silva (2012), os estudos sobre gênero e sexualidade na educação devem iniciar na formação de professores, profissionais atuantes no campo da educação, promovendo uma política sustentável que ultrapassa o ambiente escolar, para que professor e alunos possam multiplicar valores contra a homogeneidade como forma de promover a diversidade e o convívio social em outros espaços de maneira saudável, respeitando as diferenças.

Importante ressaltar a falta de políticas públicas para a educação em relação à evasão escolar que também recai sobre a mulher quando se trata de gravidez, afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Para Quaresma (2016), na visão dos docentes, “são as alunas precisam ter mais conhecimento sobre a prevenção da gravidez, reforçando e perpetuando a suposição de que os cuidados acerca desta e dos filhos são responsabilidades do sexo feminino”. (p. 84). Assim, a autora, aponta esta questão como uma falha na educação sexual, que deve ser para ambos os sexos. Neste sentido, os dados abaixo reforçam a falta de empoderamento feminino, igualdade, direitos e políticas públicas.

Segundo os dados do IBGE em 2020, aponta o cenário do contexto brasileiro, a necessidade do trabalho e também fatores como desinteresse são as principais causa de evasão escolar. Temos no país aproximadamente 50 milhões de jovens entre 14 a 29 anos, em média de 20,2% não concluíram a educação básica de acordo com o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que traça um cenário do setor educacional em 2019. A pesquisa também aponta, a necessidade de trabalho dos homens nessa faixa-etária e o desinteresse dos homens (33,0%). Em relação as mulheres, incluindo pretas, pardas e brancas, a falta de interesse em relação aos estudos (24,1%), no sentido de não demonstrar interesse na busca pelo conhecimento, se aproximam de outros fatores também, a necessidade de trabalho e gravidez na

adolescência com (23,8%) e, incluindo os afazeres domésticos (11,5%). Nesses termos, a pesquisa aponta a gravidez como motivo importante da causa de evasão escolar. Conforme a amostragem da figura 6.

Figura 6 - Principais Motivos do Abandono Escolar



Fonte: PNAD Contínua Educação 2019.

A pesquisa ressalta a gravidez como um fator das causas da evasão escolar, abaixo a figura 7 apresenta o comparativo,

Figura 7 - Comparativo de Evasão Escolar por Sexo

	até os 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos ou mais
Total	8,5	8,1	14,1	17,7	17,8	15,8	18
Homem	9	7,7	13,6	17,4	18	16,9	17,5
Mulher	7,8	8,8	14,9	18	17,4	14,3	18,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

A pesquisa de dados PNAD educação de 2019, divulgada pelo IBGE, aponta que no Brasil, pessoas com 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio, e a Educação básica contempla a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Ressalta-se por conta da evasão escolar por necessidade de trabalho, os jovens não passam pelo Programa Jovem Aprendiz, pois um dos requisitos básicos de ingresso ao curso é estar estudando devidamente matriculado. Assim, outra questão preocupante é o trabalho informal que muitos jovens buscam por necessidade, não tendo seus direitos assegurados.

2.4 Historicizando o olhar sobre a Mulher no Brasil

O presente estudo discute o papel da mulher no contexto atual, através de sua representação social construída historicamente. As mulheres consideradas o “sexo frágil” da sociedade e, ainda no século XXI, muitas são submissas aos homens. De fato, certas responsabilidades ainda parecem pertencer à mulher, como o cuidado com filhos, com família e afazeres domésticos, em uma sociedade culturalmente possuída pela predominância masculina vinda de séculos passados.

Desde a construção histórica do Brasil, antes do seu descobrimento, o país era habitado por comunidades indígenas, que em sua construção cultural, homens e mulheres também possuem papéis distintos, assim como também nas comunidades quilombolas até os dias atuais. Corrobora Carmo (2020), “o papel da mulher é o de ser esposa, mãe, dona de casa e, em sua maioria, ajudante do marido nas tarefas da roça, e, assim, a tradição africana se mantém na comunidade negra” (p.283).

Confirme Maturana e Verden-Zoller (1993, p. 1), os aspectos patriarcais surgiram da maneira de viver europeia. Esses aspectos ainda estão presentes na humanidade moderna, chamada de cultura patriarcal, que “consiste em uma rede fechada de conservações”, características que fazem parte da vida cotidiana como as hierarquias, o poder, a autoridade, o controle e a dominação. Para Carmo (2020, p. 285):

[...] as comunidades remanescentes quilombolas, as populações indígenas e outras, encontram-se presentes, com suas tradições, cultura, saberes tradicionais que, ao longo dos séculos, são passados de geração a geração. Nas sociedades ocidentais, orientadas pelo patriarcalismo, onde há a supremacia dos homens nas decisões, a orientação e instrução dos filhos sempre ficou a cargo das mulheres e, com uma idade mais avançada, as meninas ficavam a mãe e os meninos acompanhavam o pai. (p.285).

Para Fernandes (2020), o modelo patriarcal vem desde o período do Brasil colônia, herança da cultura portuguesa. Patriarcal significa “regime familiar no qual o pai manda em tudo” (SCOTTINI, 2014, p. 622). Mulheres lutaram em determinadas épocas para a conquista de direitos adquiridos que prevalecem até os dias atuais. Segundo Rago (2019), as questões das mulheres nascem de lutas pela emancipação desse sujeito, que já foi definido como “sexo frágil”, “[...] na luta pela visibilidade da questão feminina, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos” (SCOTTINI, 2014, p. 377).

A palavra frágil remete a algo que pode ser quebrado, amassado. Scottini (2014) define frágil como “quebrável, fraco, inconsistente” (p. 420). Em se tratando especificamente do sexo feminino, frágil pode ser relacionado a fraco, aquele que é vulnerável.

Acerca dessa reflexão, no século XXI, os corpos ditos como femininos sofrem em função de questões de desigualdades de gênero em diferentes dimensões. Considerando a representatividade social da mulher, questiona-se de quem são as responsabilidades de cuidar da casa e dos filhos, servir o almoço e cuidar da casa e da família. E, ainda, trabalhar fora de casa e se deparar com desigualdades salariais em comparação aos salários dos homens, quando ambos exercem a mesma função. Nesse sentido, “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2000, p. 6).

A representatividade do papel da mulher visto pela sociedade aborda significados de acordo com a cultura, as crenças, as etnias, a religião e os mitos criados pela sociedade, trazendo raízes do contexto sócio-histórico e cultural.

Culturalmente, os papéis de homens e mulheres são definidos pelo sexo biológico. Dentro das regras sociais, após constatar-se o sexo do bebê, masculino ou feminino, culturalmente são determinados pela sociedade os deveres, relacionando os afazeres domésticos à mulher, enquanto aos homens cabe a

responsabilidade do sustento da casa. Na construção dos conceitos de gênero, surgiu diferentes formas de pensar, percebível que gênero sempre fez parte das relações de poder nas sociedades históricas e modernas, evidenciando quando a fala de igualdades, assim, “a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas” (LUGONES, 2014, p. 935).

Assim, os comportamentos dos corpos são propulsores de geração para geração. Nesse sentido, os corpos carregam sua bagagem cultural, pois homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido "gravados" em suas histórias pessoais (LOURO, 2000, p. 16).

Para Louro (2000), as fragilidades dos corpos, no que tange ao investimento cultural, caracterizam-se como estratégias de “fixar” uma identidade feminina ou masculina “normal” e “duradoura” (p. 17), definindo identidades de hétero para homens e mulheres, os quais se casam para dar continuidade à família, para ter filhos. Assim, repetem os mesmos estilos culturais em relação às identidades de gênero. Nesse sentido, tanto a família como a escola impulsionam a construção de identidades culturais determinando obrigações de meninos e meninas desde a infância, definindo papéis: meninos brincam de carrinho e meninas de boneca.

2.4.1 Contextualização a História do Papel da Mulher na Sociedade

No período do Brasil colonial, as mulheres eram responsáveis pelos cuidados domésticos e com os filhos. Até os dias atuais elas carregam essa sobrecarga de responsabilidade enraizada na cultura patriarcal, que constituiu culturalmente funções específicas para homens e mulheres até mesmo antes do descobrimento do Brasil. Nos dias atuais, há situações ainda remanescentes na cultura indígena, comunidade quilombolas, na cultura brasileira, no jeito que se constituiu a sociedade.

Segundo Lugones (2014), os civilizados são chamados de homens e mulheres, já povos indígenas, africanos/as e escravizados/as eram pertencentes de outra espécie como animais sexuais e selvagens. O homem colonial moderno, europeu, burguês, possuía aptidões para governar, um perfil social aceitável, homem, heterossexual, provido de razões e cristão. Já a mulher europeia burguesa,

tinha o papel de reproduzir, conservar sua pureza e ainda “estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (p.936).

Conforme Noronha (2009), no período da Primeira República, entre 1889 e 1930, no final do século XIX e início do século XX, as mulheres não votavam, não tinham seu trabalho reconhecido. Aquelas que necessitam trabalhar fora de casa, dependiam da autorização dos pais ou dos maridos. Vivenciando na pele as desigualdades sociais entre os sexos, grupos de mulheres reuniram-se para buscar seus direitos, surgindo os movimentos feministas sociais, porque estavam cansadas de serem propriedade dos homens e de terem de cumprir obrigações específicas para elas.

Assim, segundo LOURO (2000), a predominância sobre o que constitui o masculino e feminino vem da natureza da vida doméstica e do trabalho, criando grupos sociais em que as formas de poder moldam a vida sexual das pessoas. Dessa forma, o papel de poder definido pelo sexo fixa papéis e obrigações sociais de acordo com o sexo biológico. Lugones (2014), acentua que “os europeus brancos burgueses eram civilizados; eles eram plenamente humanos. A dicotomia hierárquica como marca do humano tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as”. O trabalho doméstico destinado ou feminino sempre existiu, no meio de povos, comunidades, abarcados pelo poder masculino, como índios e negros, que não eram considerados humanos e sim povos selvagens. (p. 936).

As mulheres, com muitas responsabilidades, trabalhavam na lavoura ou nas cidades nas linhas de produção para ajudar no sustendo da casa. A escola apresentava uma força primordial no sentido de transformação social do cidadão, porém, grande parte dos alunos eram meninos. Consoante Lopes et al. (2000), as mulheres brancas e negras, independentemente da classe social, “não tinham acesso à arte de ler e escrever” (p. 79), as mulheres eram caladas, meninas eram educadas para o cuidado e, desde de cedo, aprendiam as tarefas domésticas.

De acordo com Lopes *et al.* (2000), as mulheres da corte eram pouco alfabetizadas, suas leituras eram rezas; já as indígenas conseguiam burlar as regras e buscavam locais para estudar, uma educação voltada para o sexo masculino.

No século XVI, havia mulheres de diversas raças e etnias, brancas, negras, mulatas, todas eram submissas às mulheres brancas portuguesas. A ideia era

manter o padrão europeu. Os portugueses trouxeram uma leva de mulheres brancas para o Brasil, para reprodução e disseminação da cor branca, definindo a etnia dos futuros herdeiros.

No período do Brasil colonial e pós-colonial, as mulheres brancas não conheciam seu próprio corpo e muitas não conheciam seu noivo, seu futuro marido, antes do casamento. Dessa forma, a “lua de mel” era, muitas vezes, um verdadeiro estupro, não se permitia o prazer feminino.

Esse foi um período histórico marcado pelas desigualdades. As mulheres não tinham voz. Para Segato (1998, p. 1), no período pós colonial os estudos sobre o tema “tratam sobre a subalternidade no mundo contemporâneo, tomam a hierarquia de gênero, a subordinação feminina, como um protótipo a partir do qual pode-se compreender melhor o fenômeno do poder e da sujeição a este”.

Surgiu, então, com o crescimento do capitalismo, a preocupação de dar à classe trabalhadora, sem direitos e sem direito à escola, preparação para o mercado de trabalho. “[...] Essas vertentes obrigam-nos a enfrentar questões que são fundamentalmente sociais e históricas, obrigam-nos a perguntar: quais são as forças culturais que modelam nossos significados sexuais” (LOURO, 2000, p. 32). Não era uma preocupação da época desenvolver a intelectualidade, tampouco falar de questões sociais e de sexualidade.

2.4.2 Direitos entre Mulheres e Homens

De acordo com o Art. 5º, da Constituição Federal de 1988, “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. Conforme o parágrafo “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Porém, cabe ressaltar, a predominância, é uma das formas de poder camuflada presente até os dias atuais em diferentes comunidades sociais, conforme corrobora Segato (1998, p.3):

O que pode ser observado é o maior ou menor grau de opressão da mulher, o menor ou maior grau de sofrimento, o maior ou menor grau de autodeterminação, o maior ou menor grau de oportunidades, de liberdade, etc., mas não a igualdade, pois é do domínio da estrutura, e a estrutura que

organiza os símbolos, lhes conferindo sentido, não é da ordem do visível. O poder se revela, às vezes, com infinita sutileza.

Assim, evidencia-se que as mulheres lutaram em diferentes épocas, mesmo antes do descobrimento do Brasil, mulheres guerreiras que lutaram por justiça, proteção, dignidade e igualdade de direitos.

Até chegar à Constituição de 1988, a qual se intitula como Lei, a busca pela igualdade de direitos entre ambos os sexos e a caminhada marcada pelos movimentos feministas do Brasil sempre estiveram à frente na busca do direito de “igualdade” e “equidade”. Após a conquista de igualdade por meio da Constituição Federal, vieram outras, conforme pode ser visualizado no Quadro 3, que retrata os acontecimentos mais relevantes que marcaram a história do Brasil através da luta das mulheres em prol de seus direitos.

Quadro 3 – Acontecimentos Históricos que Marcam as Conquistas das Mulheres

Data:	Acontecimento:	Informações:
1910	Movimento Feminista de Leolinda. F. Daltró	Fundadora do Partido Republicano Feminino (PRF) - 1910
1916	Código Civil	Retrata a identidade da mulher submissa ao homem como autoridade.
1922	Federação Bertha Lutz	A fundadora em prol dos direitos civis e políticos das mulheres.
1928	1º Voto da mulher	Celina Guimarães Viana, aos 29 anos de idade, obteve seu registro aprovado para votar em uma eleição municipal de Mossoró (RN) em 1928.
1932	Código Eleitoral - Voto das mulheres	(TSE), no ano de 1932, reconheceu na mulher as mesmas capacidades de sufrágio igualmente aos homens.
1935	Antonieta de Barros	1ª Mulher Negra eleita Deputada Estadual em Florianópolis SC.
1949	Livro de Simone Beauvoir	Livro polêmico: "O segundo sexo"
1962	Código Civil - Fim da Tutela dos Maridos sobre as mulheres	A Lei nº 4.121 dispõe sobre a situação legal da mulher casada nos seguintes termos: "A mulher casada pode"...
1975	ONU Cria o Dia Internacional da Mulher	Ano de 1975, foi o ano ficou marcado como o ano das mulheres.
1979	União de Mulheres Cearenses (UMC).	Contribuíram para as lutas femininas como a criação da delegacia para mulher no Ceará.
1980	União de Mulheres do Município de SP. Amelinha.	Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como "Amelinha", funda a União de Mulheres do Município de São Paulo.
1985	CNDM - Conselho Nacional às Mulheres e 1º Delegacia de Defesa da mulher.	Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985, com o objetivo de promover políticas públicas para eliminar a discriminação contra a mulher. A Delegacia tem objetivo de atender mulheres vítimas de violência, agressões físicas e sexuais.
1988	Constituição garantia o Direito das Mulheres	Marco da história do Brasil, "Igualdade entre homens e mulheres".
1990	Escolarização Feminina	Nível de escolaridade feminina ultrapassa a dos homens.
2006	Lei Maria da Penha	Lei 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, aborda mecanismos de coibir a violência contra a mulher.
2010	ONU Mulher	Apoiar os movimentos das mulheres e feministas.
2014	ElesPorElas (HeForShe) - ONU	Movimento ElesPorElas (HeForShe) de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero.
2015	Lei do Feminicídio	A Lei vem proteger a mulher contra qualquer tipo de violência.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O Quadro 3 relembra acontecimentos históricos marcantes em prol dos direitos das mulheres, guerreiras que lutaram muito para a conquista do voto, da igualdade e da liberdade de tutela de pais e maridos. A criação do Conselho da Mulher, em 1985, ressaltou a necessidade de direitos na busca pela justiça e pela igualdade social para as mulheres, reafirmadas pela Constituição de 1988.

2.4.3 Que país é este: Luta das Mulheres Brasileiras em prol de seus Direitos

Ao pensar sobre os direitos atuais já conquistados, não se imagina quem foram algumas das mulheres que lutaram pelos direitos da mulher, através de movimentos feministas que ultrapassaram décadas, não só no Brasil. Segundo Duarte et al. (2019, p. 25), “[...] a vitória do movimento feminista é inquestionável”, pela luta das mulheres para se tornarem integrantes da sociedade e ainda pelo direito a frequentar a universidade, a escolher uma profissão digna, receber salário e também candidatar-se a cargos públicos.

A história das lutas das mulheres pelos seus direitos iniciou em meados de 1910 com uma mulher forte, guerreira, que lutou muito em prol do sufrágio feminino, chamada Leolinda Figueiredo Daltro. Para Karawejczyk (2014), Leolinda, mulher, professora, pioneira do movimento sufragista feminino no Brasil, foi fundadora do Partido Republicado Feminino (PRF) em 1910, grupo formado por mulheres que contava com apoio dos políticos. Sua luta era em prol da emancipação feminina.

No ano de 1917, Leolinda Figueiredo Daltro foi homenageada no carnaval do Rio de Janeiro. Os três grupos do desfile, chamados Democráticos, os Tenentes do Diabo e os Fenianos, ressaltaram, de alguma forma, o sufrágio feminino “voto, escolha por eleições” (SCOTTINI, 2014, p. 772), citando, direta ou indiretamente, Leolinda. O carro dos Fenianos chamava-se “O Voto Feminino”. Leolinda foi uma mulher guerreira, faleceu em 1935. Como diz em sua lápide, foi “percursora do verdadeiro feminismo pátrio propugnadora da mobilização dos humildes e humanização dos selvícolas”. Ela também lutou em prol da alfabetização da população indígena (KARAWEJCZYK, 2014, p. 65).

A Lei nº 3.071, de 1916, do antigo Código Civil, retrata a identidade da mulher submissa ao homem, o qual tem o poder e a autoridade. O Art. 05 declara que as mulheres “são-absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida

civil”. O inciso II diz que “as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal” também são incapazes (BRASIL, 1916). A esposa podia adquirir o nome do marido, porém o marido não podia assumir o nome da esposa, pois era considerado o chefe da família. O Art. 186, do antigo Código Civil, declara que, na situação de discordância entre homem e mulher, prevalece a vontade paterna. As mulheres não tinham vez, no casamento, “o marido é o chefe da sociedade conjugal”, conforme o Art. nº 233. O Art. nº 242 declara que “a mulher não pode, sem autorização do marido”, praticar o exercício profissional. A autorização do marido deve constar como instrumento público autenticado, conforme o art. nº 243, tendo a oportunidade de administrar somente na ausência do marido (BRASIL, 1916).

A criação do Código Civil Brasileiro, no século XX, foi muito relevante, pois, no período colonial, prevalecia a predominância dos homens como poder moral. 1916, por exemplo, foi um período em que as ações das mulheres eram voltadas aos afazeres domésticos. Para a prática de atos civis, necessitava da permissão do pai ou do marido, inclusive para o exercício do emprego. As mulheres eram vistas como “incapazes”. Foi graças às forças de movimentos feministas, onde as mulheres conseguiram ganhar voz e, assim conquistando seus direitos, mas ainda lutam por eles até hoje.

Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em agosto de 1922, no Rio de Janeiro, foi umas das principais líderes feminista brasileiras. Bertha lutou em prol da emancipação da mulher. As reivindicações das feministas eram por uma educação de qualidade para as mulheres, direito ao trabalho, além de direitos civis e políticos. Bertha foi uma mulher “das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres”. Publicou vários textos sobre direitos das mulheres, denunciando a opressão sofrida por elas (DUARTE et al., 2019, p. 35).

Ressalta-se que as mulheres engajadas nos movimentos feministas não mediam esforços na luta pelos seus direitos. Karawejczyk (2019) relata que Bertha Lutz, Carmem Portinho e Amélia Bastos, em maio de 1928, sobrevoam a capital federal jogando panfletos nos prédios do Senado e da Câmara Federal, na busca

pelos direitos das mulheres. Esse sobrevoo não foi vão, ele promoveu alteração oficial no código eleitoral anos mais tarde.

De acordo com o G1⁴, (2018), Celina Guimarães Viana, aos 29 anos de idade, obteve seu registro aprovado para votar em uma eleição municipal de Mossoró (RN), em 1928, antes do sufrágio feminino no Brasil, a mulher jovem, professora, incentivou outras mulheres da época a fazer o mesmo.

Duarte et al. (2019), contudo, refere que os políticos antifeministas não perderam a oportunidade de ridicularizar as mulheres, dizendo que a mulher era a “rainha” do lar e que possuía deveres femininos, que sua participação na política era incompatível. No entanto, “quando chega o ano de 1927, o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartini, antecipa-se à União e aprova uma lei em seu estado dando o direito ao voto às mulheres” (p. 36), para a felicidade nacional das feministas.

Duarte et al. (2019) roboram que, em 1932, o presidente Getúlio Vargas atendeu aos movimentos e cedeu o voto às mulheres, alterando o Código Eleitoral da época. A validação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu-se também no ano de 1932, com o projeto do Código Eleitoral, o qual reconheceu na mulher as mesmas capacidades de sufrágio dos homens, assim estendendo o voto para ambos os sexos, todos considerados cidadãos brasileiros. Em meados de 1980, o discurso era intenso sobre o voto da mulher, quando o anteprojeto da Constituição cogitou o voto a mulheres com títulos independentes, livres da tutela do pai ou marido (BRASIL/TSE, 2020).

A primeira mulher negra a ser eleita no Brasil, Antonieta de Barros, 1935 foi a 1ª Deputada Estadual, professora, jornalista e política lutou pela emancipação feminina, trabalhou na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, criou o dia do professor. Entretanto, foi na área da educação que Antonieta buscou forças para discutir sobre o papel da mulher na sociedade ela denominava de “uma nova forma de orientação intelectual”, percebendo necessidade de mudanças no contexto educacional de em Florianópolis. (ESPÍNDOLA, 2013).

⁴ G1 Globo.com. Esta foi a primeira mulher a se registrar como eleitora no Brasil. **Revista Galileu**, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2018/08/esta-foi-primeira-mulher-se-registrar-como-eleitora-no-brasil.html>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Em 1949, a publicação do livro “O segundo sexo”, de Simone Beauvoir, o qual aborda a liberdade, a feminilidade, desigualdades e submissão da mulher, foi de extrema relevância para as mulheres na conquista de direitos. O livro impulsionou os movimentos feministas no Brasil em prol dos direitos da mulher. Para Beauvoir (1970), “os que fizeram e copilaram as Leis por serem homens, favoreceram seu próprio sexo” (p. 16). Essa frase representa o poder moral do homem que prevaleceu por muitas décadas, ou prevalece ainda.

A Lei nº 4.121, de agosto de 1962, no art. nº 248, dispõe sobre a situação legal da mulher casada nos seguintes termos:

A mulher casada pode livremente: I. Exercer o direito que lhe competir sobre as pessoas e os bens dos filhos de leito anterior (art. 393). O inciso II – Desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que o marido tenha gravado ou alegado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, número 1); e ainda conforme inciso III – Anular as fianças ou doações feitas pelo marido com infração do disposto nos números III e IV do art. 285 (BRASIL, 1962).

Para Moser (1966, p. 18), chegou o dia da liberdade da mulher para fazer as coisas sem pedir autorização do marido, “as palavras independentes de autorização foram substituídas por livremente”, assim, “a enumeração dos atos permitidos à mulher casada tem-se transformado na cláusula geral da sua capacidade de agir irrestrita”.

Os movimentos feministas, aos poucos ganhando visibilidade e força em termos de justiça a favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres, uma luta para “desfazer” a submissão da mulher ainda enraizada pela cultura patriarcal. De acordo com Duarte et al. (2019), o ano de 1975 foi o Ano Internacional da Mulher, com metas e objetivos com o propósito de eliminar a discriminação contra a mulher e as desigualdades sociais. O dia 08 de março ficou definido como o dia da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os movimentos feministas ocorriam em vários países, onde grupos de mulheres lutavam pelos seus direitos, reivindicando igualdade de gênero, trabalho e proteção contra a violência. No Brasil, grupos feministas investiram em publicações, usando a imprensa como divulgadora. Para Duarte (2019), em 1975, por exemplo, foi criado o jornal Brasil Mulher, onde abordava questões polêmicas como aborto, mortalidade materna, mulheres na política, trabalho feminino,

prostituição entre outros assuntos como denúncias de violência, amamentação, produção cultural.

De acordo com Silva (2019), em 1979, foi formada, no Ceará, a União da Mulheres Cearenses (UMC). O grupo reuniu-se para promover debates em prol da mulher, abordando temas sobre violência, combate à ditadura militar, discussões feministas, identidade da mulher e desigualdades de gêneros. O grupo juntou-se através de mulheres que lutaram contra a anistia¹³ (SCOTTINI, 2014). Ressalta-se que em todas as épocas havia partidos políticos contra os movimentos feministas.

Em meados dos anos 1980, Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como “Amelinha”, fundou a União de Mulheres do Município de São Paulo. O objetivo do grupo era auxiliar mulheres para lutar pelos seus direitos. Foi através dos movimentos sociais feministas do grupo que garantiram reivindicações como a igualdade jurídica entre gêneros.

O grupo União de Mulheres de São Paulo atua há mais de 34 anos na luta pelos direitos das mulheres. O movimento teve significativa relevância na incorporação de direitos às mulheres inclusos na Constituição Federal de 1988. O grupo da União de Mulheres do Município de São Paulo promove desafios a fim de chamar a atenção para as questões de igualdade entre homens e mulheres; principalmente sobre o empoderamento da mulher, auxiliando em acessos como aos serviços públicos e à justiça (UNIÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2020). “Na década de 1980, grupos feministas ultrapassaram as divergências partidárias e se aliaram às 26 deputadas federais constituintes o ‘charmoso lobby do batom’ como forma de garantir avanços na Constituição Federal, tais como a desejada igualdade” (DUARTE et al., 2014, p. 43).

Para Duarte et al. (2019), a mulher tinha uma subordinação legal ao seio da família. Os movimentos feministas atribuíram reformas às leis, inclusive com projetos que contestavam o casamento, em que os homens eram denominados como chefe familiar.

Em 1985, foi criado o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), através da Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, com o objetivo de promover

¹³ Dicionário de Português On-line. Anistia é ato de perdoar os fatos ocorridos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/anistia/>. Acesso em: 06 Jun 2021.

políticas públicas para eliminar a discriminação contra a mulher, “assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País” (BRASIL, 1985). Também criaram as delegacias especializadas em atendimento à mulher. De acordo com a reportagem do SP notícias (2015), o estado de São Paulo “em 1985 foi o primeiro a criar a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)”, com atendimentos gratuitos para combater a violência contra a mulher.

Conforme Duarte (2019), o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão federal com autonomia administrativa, ligado diretamente à presidência, era responsável por organizar ações em prol da mulher vinculadas à saúde, à creche, ao trabalho, à educação, à mulher negra e rural e à legislação. Cabe ressaltar a *Carta das Mulheres Brasileiras*, ou seja, das feministas. Ela foi aprovada em “encontro nacional promovido em agosto de 1986 pelo CNDM, no Congresso Nacional, que contou com a participação de milhares de mulheres representando diversas organizações de todo país” (DUARTE, 2019, p.87).

Esse foi um momento de vitória para as mulheres do mundo inteiro na luta pelos seus direitos. Cerca de 80% das solicitações dessa carta foram incorporadas à Constituição de 1988. A carta promoveu, ainda, mudanças nos códigos civil e penal e na criação de políticas públicas para as mulheres, inclusive no que tange à igualdade de direitos entre ambos os sexos no casamento e na família. Além de direitos trabalhistas, relativos à saúde, a benefícios sociais e outros (DUARTE et al., 2019).

De acordo com o Art. 5º, da Constituição Federal de 1988, “[...] todos são iguais perante a lei”. Porém, Castro (2019) argumenta que a sociedade molda as pessoas, constituindo sua identidade de gênero na vida familiar. O pai é visto como autoridade moral, protetor, que decide tudo; a mãe é vista como cúmplice dos filhos.

As mulheres, aos poucos, conseguiram provar sua capacidade intelectual e principalmente moral em cada uma das conquistas. Cabe ressaltar que, em 1916, as mulheres eram consideradas como “incapazes” conforme o antigo código civil apresentado anteriormente. Para mudar essa realidade, suas lutas na história mostram suas conquistas, como seu espaço no mercado de trabalho e o acesso às universidades. Assim, “o movimento feminista foi, sem dúvida, um dos responsáveis pela politização da vida privada, ao desvendar as relações de poder embutidas no

convívio entre homens e mulheres, na família, além da esfera pública em geral” (DUARTE et al., 2019, p. 335).

Muitas mulheres iniciaram uma nova etapa em suas vidas ao buscar a escolarização, pois, antigamente, no período colonial, não foi lhes dado esse direito. Após a conquista de “igualdade”, regulamentada pela Constituição de 1988, na década de 1990, surgiu um novo marco na história, as mulheres haviam ultrapassados os homens em nível de escolarização de acordo com os dados do INEP.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais *INEP* confirmam que, nos anos 1990, o número de mulheres escolarizadas ultrapassou o de homens, 85% dos professores, principalmente na educação básica, são mulheres. “[...] O final dos anos 80, os homens estavam em vantagem em termos de média de anos de estudo. Esta posição se inverteu na década de 90, quando as mulheres melhoraram mais rapidamente o seu perfil educacional” (INEP, 2000).

O avanço de políticas públicas veio aos poucos, mas, apesar da criação da Delegacia da Mulher, em 1985, cada vez mais cresce a violência de gênero contra a mulher. A Lei 11.340, de 2006, conhecida como *Lei Maria da Penha*, apresenta meios de evitar a violência contra a mulher. O Art. 2º dessa lei ressalta que “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” e ainda “sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência” (BRASIL, 2006).

De acordo com Duarte et al. (2019), a violência contra a mulher, em meados de 1980, “foi um marco do feminismo”, milhares de mulheres eram vítimas de maridos, namorados, ex-companheiros, a situação se agravava ao agressor à medida que a violência foi sendo reconhecida como crime (p. 303).

A Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em 2010, a *ONU Mulher*, com o propósito de defesa aos direitos humanos das mulheres e para apoiar os movimentos das mulheres e feministas “entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais” (ONU, 2010). Dessa forma, a ONU promoveu uma visibilidade mundial para eliminar toda forma de discriminação contra a mulher.

O Movimento HeForShe (ElesPorElas) de 2014 criado pela ONU Mulher, aborda a Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero, um movimento mundial entre homens e meninos junto com mulheres na remoção de barreiras que impedem o crescimento feminino e assim construir uma nova sociedade.

O alcance da igualdade de gênero requer uma abordagem inclusiva, que reconheça o papel fundamental de homens e meninos como parceiros dos direitos das mulheres e detentores de necessidades próprias baseadas na obtenção deste equilíbrio. O movimento ElesPorElas (HeForShe) convoca homens e meninos como parceiros igualitários na elaboração e implementação de uma visão comum da igualdade de gênero que beneficiará toda a humanidade. (ONU, 2014).

Por meio da Lei 13.104, de março 2015, conhecida como *Lei do Feminicídio*, a violência contra a mulher foi incluída na lista de crimes hediondos. Essa Lei vem proteger as mulheres contra qualquer tipo de violência doméstica e familiar, aumentando a pena aos acusados (BRASIL, 2015).

Para Duarte (2019), ao afirmar que os dias atuais são chamadas de tempo “pós feministas”, pois não se tem como “negar a presença das mulheres na construção social de novos tempos”, o “pós” é uma fase posterior ao feminismo:

Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Para corroborar essa posição, basta que nos lembremos do salário inferior, da presença absolutamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção (DUARTE *et al.*, 2019, p. 45).

Cabe lembrar o nome de uma das feministas que lutou em prol do sufrágio feminino, Leolinda Figueiredo Daltro, que batalhou à frente de movimentos feministas para a aquisição de direitos. Consoante Karawejczyk (2014), “[...] apesar de todas as suas lutas e posicionamentos, Leolinda não procurou revolucionar o papel da mulher na sociedade, mas, sim reformar o papel dela, integrá-la de forma mais justa e igualitária na sociedade brasileira”, com direito à educação, tendo as mesmas oportunidades que os homens, podendo também participar da vida pública (p. 65).

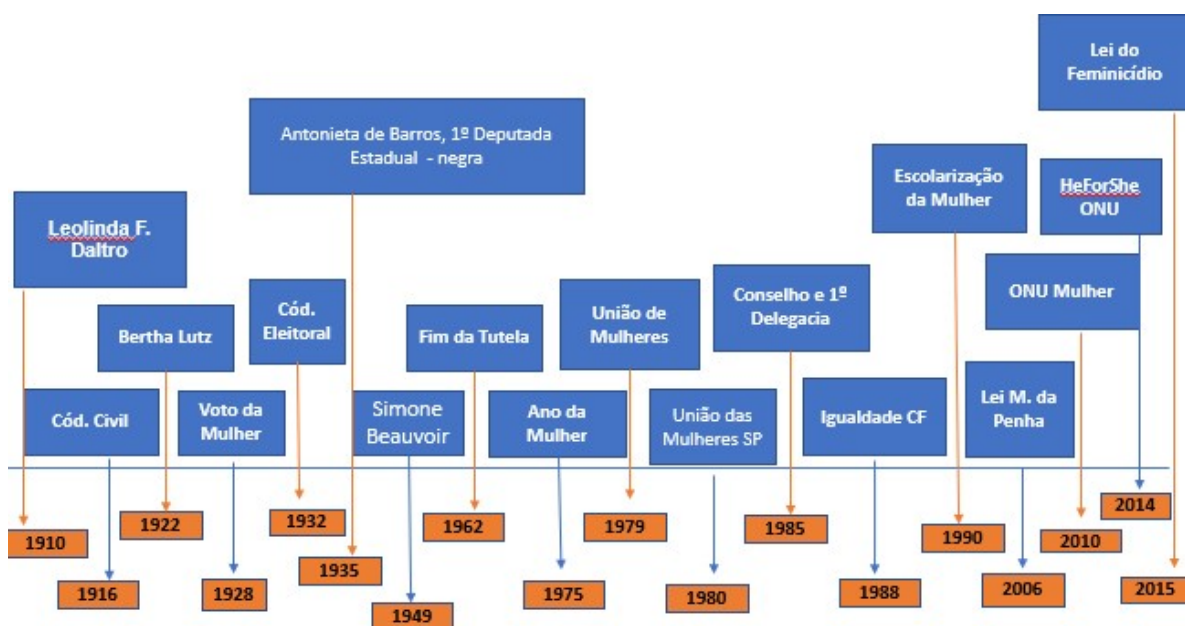
As mulheres conquistaram muitos direitos com o passar dos séculos. Foi preciso lutar com veemência por essa “igualdade social” que ainda parece estar somente escrita no papel, pois a realidade social dos dias atuais é outra. As mulheres continuam buscando igualdade em termos salariais e os cargos de

liderança ainda são ocupados pelos homens. Também continuam lutando contra a violência de gênero e buscando o respeito como mulher.

Culturalmente parece que estamos longe do desprendimento por inteiro da cultura patriarcal. Em muitos lares brasileiros, as mulheres ainda são responsáveis pelas demandas domésticas, enquanto o homem provém o sustento familiar. Nesse sentido, destaca-se a falta de políticas públicas em prol das mulheres, embora tenham sido de imenso valor as conquistas adquiridas mundialmente.

Assim, a representação da mulher nos dias atuais destaca-se no trabalho mundial promovido pela ONU com o intuito de chamar a atenção para os direitos das mulheres na busca por justiça e igualdade. Sob o questionamento “Que país é este?” Fixam-se as reflexões sobre a história do Brasil e as lutas das mulheres como Leolinda, que não terminam no século XXI. Em suma, refletir, independentemente do gênero biológico ou cultural, sobre o papel de cada um na sociedade, no lar, no trabalho ou no convívio social pode ser uma forma de amenizar as desigualdades, principalmente em relação as mulheres. Na figura 8, que segue, apresentam-se as principais conquistas das mulheres em uma linha do tempo.

Figura 8 – Representação dos Acontecimentos Históricos das Conquistas das Mulheres através de uma Linha do Tempo



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O gráfico acima mostra as lutas, conquistas, desafios enfrentados pelas mulheres guerreiras que lutaram e ainda lutam pela chamada “igualdade” que diz na Constituição Federal de 1988.

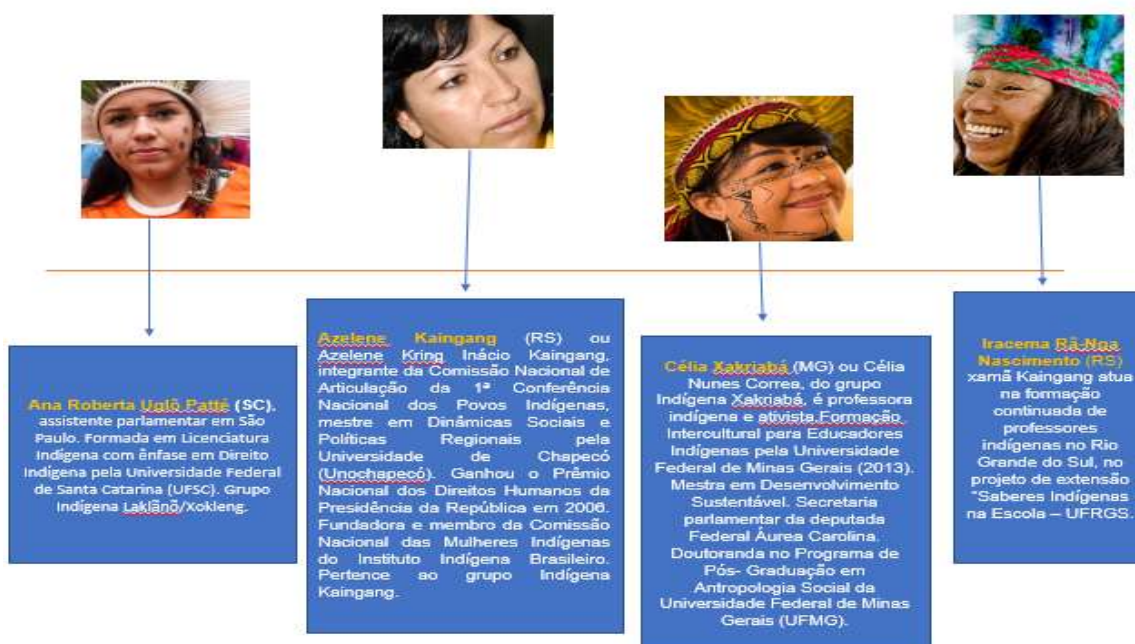
2.4.4 – Mulheres Indígenas Construindo a Nova História

Ao longo do contexto histórico brasileiro, sempre existiram mulheres brasileiras que lutaram pelos direitos de igualdades em diferentes épocas. Em relação aos índios habitantes antes do descobrimento do Brasil, estima-se em torno de 5 milhões divididos em tribos, onde todos/as se reportavam ao chefe/homem de sua tribo correspondente. Conectados em meio a natureza, viviam da pesca e da caça, mulheres cuidavam do lar e das crianças e homens do sustento e construção de ocas.

Para Amante (2019), as mulheres indígenas sofreram com a chegada dos portugueses, muitas foram roubadas de suas tribos para servir os europeus colonizadores, forçadas a ser arrumadeiras, esposas, prostitutas e outras funções destinadas à mulher. Muitas ainda lutam até hoje pela sua dignidade e direitos.

As lutas das mulheres indígenas são muitas, pela terra, água limpa, direitos básicos como a continuidade de viver sua cultura entre outros. A figura 9, abaixo é baseada na reportagem de Amantes (2019).

Figura: 9 Representatividade das Mulheres Indígenas



Fonte: Elaborado pela autora. Imagens: Disponível em: <https://caterinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/>. Acesso em: 24 abr 2021.

Segundo, Amante (2019), existe em média 43 mulheres indígenas que vem fazendo história no Brasil, para promover a igualdade e justiça na preservação de suas culturas e costumes.

2.4.5 As Quilombolas e seu Protagonismo Histórico

As comunidades quilombolas¹⁴ deixaram a sua marca de lutas na história brasileira, escravos fugitivos formaram suas próprias comunidades, na busca por dignidade e trabalho. A luta das mulheres foi mais sofrida, mesmo após a escravidão, as mulheres acumularam funções domésticas do lar, filhos, roça, animais, além de outros trabalhos pesados como quebrar coco e ainda trabalhar fora. Para Bernadete Pacífico, matriarca quilombola, moradora da comunidade de Pitanga dos Palmares no estado da Bahia, sentiu na pele o sofrimento da mulher negra, refugiada e, retrata “a violência que sofremos é uma violência pelo fato de sermos mulheres, essa é a primeira violência”. Dona Bernadete relata ter vivido a violência de diversas formas, física, psíquica e moral além de outras que envolvem

¹⁴ Quilombolas são os descendentes e remanescentes de comunidades formadas por escravizados fugitivos (os quilombos), entre o século XVI e o ano de 1888 (quando houve a abolição da escravidão), no Brasil. Disponível em: [https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm#:~:text=Quilombolas%20s%C3%A3o%20os%20descendentes%20e,da%20escravatura\)%2C%20no%20Brasil.](https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm#:~:text=Quilombolas%20s%C3%A3o%20os%20descendentes%20e,da%20escravatura)%2C%20no%20Brasil.) Acesso em: 26 abr 2021.

racismo, família, religião, território. Nesse sentido, “que as mulheres quilombolas do Brasil, realizaram, em Brasília-DF, entre os dias 13 e 15 de maio de 2014, o I Encontro Nacional, com o objetivo de consolidar a luta pela terra, avaliar as políticas públicas e promover o diálogo entre as várias organizações quilombolas do Brasil” (CONAQ, 2021).

Dandara mulher negra, considerada rainha do Quilombo dos Palmares, lutou pela liberdade, usando espadas e sua artes de capoeira, sua missão se destinara em proteger a comunidade do Quilombo de Palmares no século XVI (SOUZA e CARARO, 2017).

2.4.6 Mulheres Guerreiras Reconstruindo a História

Uma mulher negra, americana, educadora, ativista, escritora conhecida mundialmente que se inspirou na obra brasileira do educador Paulo Freire, teve seu livro publicado no Brasil em 2013 “*Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*”, a autora se chama Bell Hooks, feminista que retratou em seus livros as hierarquias de gênero das mulheres negras, “sempre estiveram no nível mais baixo. O *status* inferior nessa cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas, racistas e classistas como deficientes incompetentes e inferiores”. Publicou também livros infantis como: *Meu crespo é de rainha* em 2018 e *Minha dança tem história* em 2019 (SILVA, 2021)¹⁵. A escrita Bell Hooks promoveu a liberdade e luta pelas mulheres negras que ainda sofrem com o racismo e classismo.

Evidencia-se outra mulher guerreira, negra e escritora que retratou sua história de vida da favela, Carolina Maria de Jesus. Mineira, teve sua obra conhecida nacionalmente com a publicação do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, onde contou sua história dos tempos em que viveu na favela no estado de São Paulo. Assim, a *Casa de alvenaria* (1961); *Diário de Bitita* (1986); *Meu estranho diário* (1996) são algumas de suas obras. Carolina faleceu em 1977, sendo considerada uma importante escritora, que deixou sua marca na história brasileira, na busca de visibilidades de muitas mulheres negras. (SOUZA, 2021).

¹⁵ Revista Pensar a Educação em Pauta: Um jornal para a educação brasileira. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/aprendendo-a-transgredir-um-convite-a-leitura-de-bell-hooks/>. Acesso em: 05 Jun 2021.

A biografia retrata uma mulher negra, gay, pobre e feminista, Marielle Francisco da Silva (1979 a 2018), foi vereadora do estado do Rio de Janeiro, lutou em prol dos direitos humanos, na busca de políticas públicas para mulheres, negros e público LGBTI, não calou sua língua para denunciar o abuso de poder por parte da segurança pública do Rio de Janeiro. Mulher pobre, trabalhou como faxineira, vendedora ambulante, dançarina, anos mais tarde, graduou-se em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e fez mestrado em Administração Pública, em sua dissertação voltava sua análise para a política da segurança pública, às chamadas UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) do Rio de Janeiro (FUKS, 2020).

As vozes das mulheres muitas vezes são silenciadas de diversas formas pelo abuso de poder, no caso de Marielle Franco, não foi diferente. Nesse sentido, “línguas selvagens não podem ser domadas” fala da mexicana Anzaldúa, que sofreu preconceito por não falar corretamente inglês na escola, e usar o seu espanhol chicano criado nas divisas de fronteiras para se comunicar com pessoas de outros países. (ANZALDUÁ, 2009, p. 306).

No caso de Marielle Franco, sua língua selvagem, sua voz, foram caladas, por buscar justiça e denunciar os abusos de poder de policiais, que já vinham sendo observados há bastante tempo, conforme descreve Marielle em sua análise de dissertação. Corrobora Franco:

[...] trata-se de um período histórico no qual se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produto da ampliação da discriminação e da criminalização de jovens pobres e das mulheres, sobretudo as negras e pobres” (FRANCO, 2017 p.89).

Anzaldúa (2009), ao falar de si mesma, sobre o preconceito que sofreu por ser mexicanas e não falar corretamente o inglês e o espanhol, ressalta não calar-se mais e, não ter vergonha de si, da voz, “indígena, espanhola, branca. Eu vou ter minha língua de serpente – minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio”. (p.312). Assim, Marielle Franco, vereadora, socióloga usou a sua voz, gritou, criticou, denunciou, sendo porta voz de muitas pessoas, principalmente de mulheres na busca por dignidade e direitos. Infelizmente sua voz foi calada, mulher negra assassinada por lutar por direitos humanos e, quebrar o silêncio.

2.5 As Resistências das Fronteiras do “Teto de Vidro”: até quando existirá Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho?

Apesar do impulsionamento das mulheres no mercado de trabalho nos últimos tempos, ainda é visível perceber as desigualdades de gênero no nível salarial, em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho. E, considerando a herança cultural patriarcal, a tarefa doméstica ainda parece ser uma responsabilidade delas em muitos lares brasileiros. ¹⁶“O cansaço do trabalho materno está claramente associado ao desconforto da mulher, mas geralmente aparece na forma de angústia, sentimento de culpa, hostilidade reprimida ou distúrbios psicossomáticos” (BURIN, 2010, p. 10). Essas são características do que Burin (2010) denomina “teto de vidro”, chamadas de barreiras invisíveis as quais impendem o crescimento profissional da mulher no mercado de trabalho.

¹⁷Qual é o 'teto de vidro'? Este é o nome dado a uma superfície superior invisível na carreira laboral feminina, de difícil transferência, apesar de as mulheres apresentarem certificações e competências, sua carreira encontra uma barreira resistente denominada 'teto de vidro' (BURIN, 2010, p. 21).

Os discursos sobre o teto de vidro¹⁸ parecem sempre atuais, quando se fala dos corpos femininos, que enfrentam as desigualdades de gênero no dia a dia na busca pela igualdade, tanto dentro do lar como o mercado de trabalho formal.

Conforme o Art. 5º, da Constituição Federal de 1988, “[...] todos são iguais perante a lei” (BRASIL, 1988), mas, embora a Constituição do país já tenha completado 32, muitas mulheres ainda são dependentes dos homens por causa das desigualdades econômicas de gênero. ¹⁹Conforme Burin (2010, p. 11): “embora as

¹⁶ El cansancio por el trabajo maternal está claramente asociado con el malestar de las mujeres, pero suele aparecer bajo la forma de angustia, sentimientos de culpa, hostilidad reprimida o trastornos psicossomáticos” (BURIN, 2010, p. 10). (Traduzido pela autora).

¹⁷ “¿Qué es el "techo de cristal"? Se denomina así a una superficie superior invisible en la carrera laboral de las mujeres, difícil de traspasar”, apesar das mulheres apresentarem certificações e competências, sua carreira encontra uma barreira resistente chamada de “techo de cristal” (BURIN, 2010, p. 21). (Traduzido pela autora).

¹⁸ Teto de vidro: refere-se às barreiras invisíveis que impedem a ascensão da mulher no mercado de trabalho.

¹⁹ Burin (2010), “las mujeres si bien dependían de económicamente del padre – patrón participaba simultáneamente en la producción de bienes y en la reproducción” (p.11). (Traduzido pela autora)

mulheres dependessem economicamente do pai - o empregador participava simultaneamente da produção de bens e da reprodução".

De acordo com o levantamento de dados sobre o comparativo salarial por gênero no Brasil, percebe-se a questão da igualdade distante em relação aos direitos. Mesmo que se tenham políticas públicas para atender as necessidades das mulheres e promover a igualdade de gênero, o percurso ainda é longo. As mulheres conquistaram direitos por meio dos movimentos feministas, mas ainda carregam em sua bagagem o papel de mãe, esposa, cuidadora, administradora do lar. Destacam-se no mercado de trabalho pelas competências desenvolvidas, mas, ainda assim, muitos cargos de liderança são ocupados por homens. E, quando elas ocupam um cargo importante, seu salário não acompanha de forma igualitária. Então, Segato (1998, p. 2):

[...] estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas.

Nesse sentido, deu-se a busca por respostas sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho ainda presentes no século XXI, embargada pelas raízes culturais. As forças culturais moldam os corpos determinando comportamentos, mas os discursos sobre as igualdades, em uma visão geral, parecem estar ainda distantes da realidade.

Atualmente homens e mulheres administram sua rotina conciliando trabalho, às vezes com estudos, com filhos (sem filhos), com atividades extras. Esse é um reflexo da vida cotidiana brasileira, constituída de modos diferentes de viver.²⁰ "As mulheres foram reduzidas em tamanho e perderam as perspectivas: o trabalho doméstico, o consumo, a criação dos filhos, o privado e o íntimo dos laços emocionais tornaram-se seu "ambiente natural" (BURIN, 2010, p.11). Assim, é possível observar uma diferenciação entre o chamado "tempo livre" disponível para as mulheres e o disponível para os homens. "Contudo, herda, da descoberta das formas de ser homem e mulher e dos arranjos da formação sexo-gênero, a

²⁰ "Las mujeres se redujo de tamaño y perdió perspectivas: las tareas domésticas, el consumo, la crianza de los niños, lo privado e íntimo de los vínculos afectivos se convirtieron en su ámbito 'natural'" (BURIN, 2010, p.11). (Traduzido pela autora).

passagem da biologia para a cultura não é da ordem do instinto, ou seja, não é da ordem das determinações inescapáveis” (SEGATO, 1998, p.10).

Vaz (2019, p. 6) aponta para “o modelo de articulação entre vida profissional e familiar predominante no Brasil, pautado na delegação das tarefas domésticas e de cuidado dos filhos a outras mulheres”. Além disso, segundo Vaz, existem “tensões entre os sexos geradas pela repartição desigual das atribuições domésticas e familiares”. Isso porque o tempo livre das mulheres não é livre, pois precisa dar conta das ocupações do lar. Nesse sentido, cabe refletir sobre o espaço da mulher negra, que apesar das desigualdades sociais entre homens e mulheres, as mesmas sofrem com o fator do racismo.

A história da população negra e afrodescendente no Brasil demonstra que, apesar das melhorias políticas, educacionais e sociais importantes, percebe-se que a desigualdade racial segue reproduzindo-se, ainda que em novas formas de manifestações de preconceitos, racismo e exclusão escolar e social, na política, no acesso e permanência na Universidade, dentre outros espaços da sociedade brasileira. (CARMO, 2020 p. 300).

As mulheres, vistas como o sexo frágil no mercado de trabalho, carregadas de estereótipos sobre seu sexo biológico feminino, em contrapartida, carregam nos ombros as responsabilidades de cuidados da família, filhos e seu trabalho no lar e fora dele. Uma sobrecarga de trabalho que compromete a saúde mental de muitas mulheres, principalmente no enfrentamento de conflitos como divórcio, aborto, problemas de saúde, situações que afetam o aspecto emocional. Nesse sentido, cada vez mais se faz necessária a participação das mulheres como sujeitos sociais (BURIN, 2010).

Segundo Barreto (2016)²¹, em entrevista com Tânia Fontenele, especialista em gênero e coordenadora do *Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher*, abordou a questão da sobrecarga de trabalho das mulheres, dizendo que “o maior desafio que a população feminina ainda enfrenta é a questão da tripla jornada de trabalho – conciliar tempo para o trabalho, cuidado com os filhos e afazeres domésticos”. Ressaltou que o tempo de trabalho das mulheres é maior do que os homens,

²¹ BARRETO, Lane. Mulheres na Defesa: participação aumentou 97% nos últimos 16 anos. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/mulheres-na-defesa-participacao-aumentou-97-nos-ultimos-16-anos>. Acesso em: 13 jun. 2020.

“comparando os dois que trabalham fora, a mulher quando volta para casa ainda desempenha os serviços domésticos”.

Segue Barreto (2016), de acordo com a avaliação de Fontenele, as mulheres ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas, embora esteja havendo uma crescente inclusão delas no mercado de trabalho nos últimos tempos. Fontenele ressaltou: “penso que as mulheres seguem avançando, demonstrando que elas têm toda condição de desempenhar qualquer tipo de trabalho”. Fontenele, aponta também a participação feminina em cargos públicos “[...] no início de carreira, principalmente na base da pirâmide, há uma equidade de homens e mulheres. Mas, a partir do momento, em que os cargos de decisão vão aumentando, o percentual feminino diminui drasticamente”.

De acordo com Saraiva et al. (2018)²², as mulheres dedicam-se em média 18 horas semanais a atividades domésticas, incluindo cuidados de pessoas familiares ou afazeres domésticos, 73% mais tempo do que os homens (10,5 horas). Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, pessoas que trabalham menos horas (40h semanais) demonstram interesse em aumentar a carga horário de trabalho. Essas pessoas “são as mulheres que têm filho pequeno, que querem trabalhar mais, porém não conseguem, por não terem com quem deixar a criança”. Afirma.

No período da Primeira República, início do século XX, mulheres eram vistas como propriedades do pai ou dos irmãos e depois dos maridos, devendo cumprir com suas obrigações no lar e nos cuidados dos filhos, com respeito ao chefe de família, visto como autoridade moral. “Nas primeiras décadas do século XX as mulheres eram consideradas mais frágeis do que os homens, tanto física como socialmente. Assim sendo, algumas formas de trabalho eram consideradas inadequadas para as mulheres” (OIT, 2007, p.10)²³.

Ainda que exista uma predominância masculina enraizada culturalmente na sociedade moderna, é importante destacar que as mulheres têm sido ativas e muito

²² Notícias IBGE: SARAIVA, Adriana; BELLO, Luiz; RENAUX, Pedro. No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostrar-desigualdade>. Acesso em: 13 jul. 2020.

²³ Organização Internacional do Trabalho (OIT).

participantes na busca de uma nova modelação de sociedade, suas práticas cotidianas têm oferecidos espaços para definirem suas escolhas (LOURO, 2000).

Nesse sentido, dados do IBGE de 2016 revelam indicadores de gênero no que diz respeito aos direitos e às oportunidades entre homens e mulheres, as quais carregam a herança dos afazeres domésticos. Os resultados dessa pesquisa podem ser visualizados na Figura 10. Para Bárbara Cobo – coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE:

²⁴o Brasil já superou o gargalo da educação, porque hoje as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas isso ainda não está refletido no mercado de trabalho [...]. Ela está chegando mais escolarizada, então por que o rendimento ainda não está similar? Muito provavelmente ela está escolhendo ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível porque ainda tem a carga de afazeres domésticos extremamente pesada. (IBGE, 2020).

Figura 10 – Desigualdade de Gênero no Lar



Fonte: Dados do IBGE (indicador de 2016).

Conforme Boâs (2020), os dados do IBGE de 2019 apontam que mulheres que trabalham fora de casa, ainda trabalharam 18,5 horas a mais do que os homens. Essas são horas dedicadas aos afazeres domésticos da limpeza da casa,

²⁴ Reportagem do Educa IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

como lavar a louça e roupas, cuidar dos filhos, animais e outros. Assim, “as mulheres e as meninas continuam a enfrentar obstáculos na educação e na formação como resultado dos papéis de gênero que lhes estão determinados, trabalho doméstico, cuidar de familiares, casamento e maternidade precoces” (OIT, 2007, p. 72). Nesta perspectiva, as mulheres das novas gerações terão um longo caminho a trilhar, pois desde cedo já começam a ajudar a mãe, vó, tia nas tarefas doméstica e, muitas vezes ajudam a cuidar dos irmãos mais novos bebês para os pais.

2.5.1 Evidenciando o fenômeno Teto de Vidro

A identificação das identidades de gênero femininas e masculinas culturalmente são definidas antes mesmo do nascimento, com isso se agregam valores e se definem papéis sociais dos afazeres de homens e mulheres. Para Burin (2010), os estudos sobre o desenvolvimento da identidade genética são organizados de forma assimétrica, porque as mulheres exercem a maternidade e reproduzem subjetividades sociais femininas e masculinas diferenciadas, promovendo as desigualdades.²⁵ Assim, “enquanto as meninas podem se identificar mais direta e imediatamente com suas mães, os meninos não fazem o mesmo com seus pais” (BURIN, 2010, p. 13).

O espaço doméstico, tradicionalmente cultural, abrange a divisão e, assim, as desigualdades sociais iniciam dentro do lar, na distinção de papéis por gênero. Valida Fernandez (2019, p. 82) relaciona a isso “[...] as questões do trabalho doméstico, invisível, e da dupla jornada que as mulheres a ele submetidas precisam enfrentar”. Essa divisão desigual envolve uma relação próxima e afetiva da menina com a mãe, uma construção de vínculos que já prepara a menina para a maternidade, o cuidado com a casa e com o marido.²⁶ Assim, existe uma “identificação precoce que eles concordam é que em nossos modos de organização cultural familiar haveria um excesso de mãe e uma falta de pai na educação dos filhos” (BURIN, 2010, p. 16).

²⁵ Assim, “mientras las niñas pueden identificarse más directa e inmediatamente con sus madres, a los niños no les sucede lo mismo con sus padres” (BURIN, 2010 p. 13). (Traduzido pela autora).

²⁶ A “identificación temprana están de acuerdo es en que en nuestros modos de organización cultural familiar existiría un ‘exceso de madre’ y una falta de padre en la crianza de los niños” (BURIN, 2010, p. 16). (Traduzido pela autora)

A mulher, no século XXI, enfrenta desafios e preconceitos no mercado de trabalho, não obtendo seu real valor, isso parece ser invisível aos olhos de todos dentro da maior parte das empresas no Brasil, principalmente em relação à questão salarial, embora essa discrepância venha associada à cultura, mas também a disputas sociais, a conflitos, à definição de lugares ocupados pelo homem na sociedade (CAVALHEIRO, 2019). Burin (2010) reforça a necessidade de uma quebra de paradigmas no campo social, pois a grande demanda de trabalho tem afetado a saúde das mulheres, e a importância de flexibilizar pensamentos e condutas para evitar conflitos e problemas que resultem do modo de pensar construído culturalmente pelos modos de vida.

Além disso, percebe-se que é difícil uma mulher ascender profissionalmente e, quando ela consegue assumir cargos de liderança, sua remuneração é inferior à do homem. Esse fenômeno “[...] é conhecido na literatura internacional como glass ceiling (teto de vidro), uma referência às barreiras não-explícitas que impedem às mulheres ascenderem aos altos escalões das empresas” (COELHO, 2014, p. 143), são as chamadas barreiras invisíveis que impedem o crescimento e o desenvolvimento profissional da mulher. Ademais, considerando o nível do cargo dentro da empresa ²⁷“suas carreiras são necessárias duas vezes mais do que seus colegas homens para provar seu valor” (BURIN, 2010, p.22).

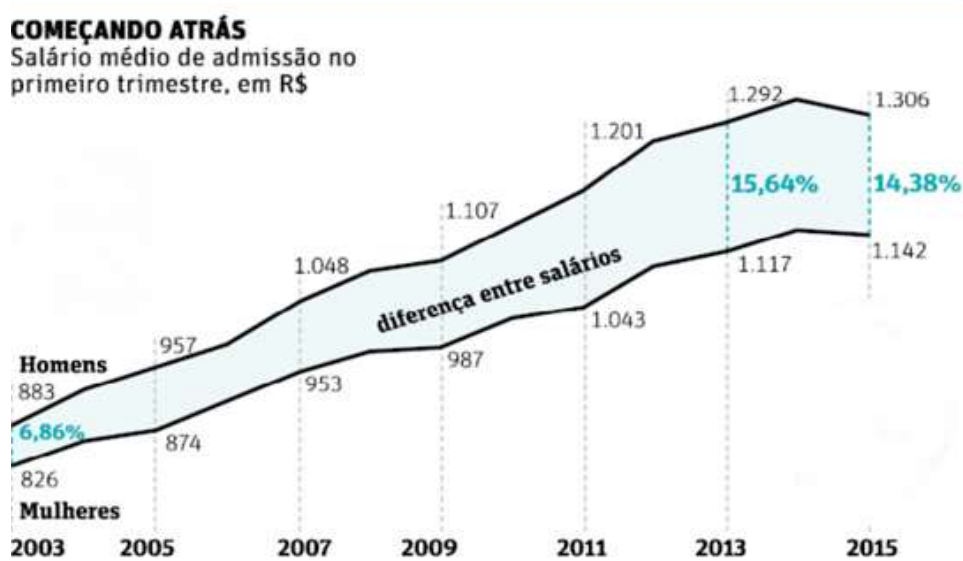
As mulheres que conseguem uma vaga no mercado de trabalho e que precisam assegurar o sustento da família, que são chefes do lar, ainda enfrentam a “[...] defasagem dos ganhos econômicos [...] quando comparados com aqueles indivíduos do gênero masculino com idêntica formação” (FERNANDEZ, 2019, p. 84). Muitas dessas mulheres, além de trabalhar fora e serem provedoras do lar, ainda necessitam dar conta dos afazeres domésticos e dos filhos. Fernandez (2019), quando aborda a realidade social e cultural, afirma que:

[...] as diferenças no valor do salário entre gêneros, em uma grande parte das ocupações, não tem causa biológica relacionada às diferenças nas habilidades ou na força física entre os sexos, mas possui sim um caráter social ainda hoje vigente na maior parte das sociedades, relacionado à atribuição das tarefas de sustento da família ao homem e de cuidados domésticos e reprodução da força de trabalho à mulher (KON *apud* FERNANDEZ, 2019).

²⁷ Sus carreras laborales se les exige el doble que a sus pares masculinos para demostrar su valía. (BURIN, 2010, p.22). (Traduzido pela autora).

Passou o tempo em que a vida das mulheres estava vinculada aos cuidados familiares e à maternidade, todavia, os “discursos politicamente corretos quanto à igualdade de oportunidades educativas e de trabalho, na prática, não se cumprem” (BURIN, 2010, p. 20). Na Figura 11, que segue, apresenta-se um gráfico com um comparativo entre salários e homens e mulheres.

Figura 11 – Comparativo de Gênero Salarial



Fonte: GUTIERREZ, 2005.

De acordo com Gutierrez (2015), do jornal folha de São Paulo, o mercado de trabalho parece ser favorável aos homens, com maior intensificação nos últimos 12 anos. A desigualdade de gênero, que aumenta ainda mais quando o homem possui mais escolaridade, não é um problema somente no Brasil. Além disso, as mulheres ocupantes de cargos tipicamente masculinos enfrentam exigências de seus colegas homens, quando elas erram, respondem pelo fato de ser mulher (BURIN, 2010).

Consoante Irene Natividad, presidente da Cúpula Global das Mulheres, essa discrepância em relação aos salários entre homens e mulheres não está associada à taxa de desemprego ou ligada aos *status* da economia do país. Ela é “[...] ‘directa’ – quando é feita uma diferença distintiva entre os sexos - ou aparentemente neutra, mas produzindo de facto desigualdade, constituindo deste modo uma discriminação” (OIT, 2007, p. 15). O levantamento de dados da OIT (2014) mostra

que “o salário mensal médio de um empregado do sexo masculino é 30 por cento mais alto do que do sexo feminino: R\$ 1.213,70 e R\$ 903,10” (p. 25). A Tabela 1, que segue, aponta o indicador salarial em relação ao nível de escolaridade. Não bastasse isso, o empregador-discriminador, segundo Becker (apud COELHO, 2014, p. 144), “prefere contratar um homem a uma mulher, mesmo que tenham produtividades idênticas”.

Tabela 1: Comparativo Salarial X Escolaridade X Gênero

Nível educacional	Total	Masculino	Feminino
Ensino fundamental	812.4	795.9	904.6
Ensino médio (colegial, secundário)	1,142.3	1,322.2	808.3
Ensino superior tecnológico (2 anos)	1,074.7	*	*
Ensino superior (graduação)	1,110.8	1,145.9	1,083.0
Pós-graduação	2,131.0	2,306.0	1,760.6
Total	1,109.7	1,213.7	903.1

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2014)

Observa-se, na Tabela 1, que as mulheres, mesmo tendo Graduação e Pós-Graduação, possuem desvantagem em relação aos homens. De acordo com Louro (2000, p. 9), para o “[...] reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade”. Nesse sentido, Burin afirma que as oportunidades continuam sendo dos homens.

[...] considerado o principal responsável pela educação dos filhos pequenos, cuidado da família e laços íntimos, de modo que quando há oportunidades de trabalho em condições de relocação e emprego de migrantes, aqueles que aceitam essas oportunidades continuam a ser homens, ambas as mulheres permanecem nos locais onde suas famílias e os laços de intimidade se desenvolvem. (BURIN, 2010, p. 20). (Traduzido pela autora).

Considerando-se a predominância masculina cultural, destacam-se o empenho e as lutas das mulheres na busca por direitos e pela igualdade social. Vale lembrar que a luta das mulheres pelos seus direitos iniciou em meados de 1910, começando pelo direito ao voto, conquistado em 1932. De acordo com Santos et al., (2014, p. 63), “o futuro dependerá da capacidade que homens e mulheres terão

para negociarem seus interesses e, apesar das diferenças, construírem um espaço de oportunidades iguais para todos”.

É importante ressaltar que mesmo em número menor as mulheres se destacam no mercado de trabalho, ocupando cargos de liderança, apesar de ainda existir preconceitos. Mas sua rotina do lar parece interminável. Mesmo com cargos de liderança nas empresas ainda têm outras responsabilidades fora da empresa, que lhe exigem demanda e atenção. Assim, necessitam trabalhar muito mais para provar que são capazes de enfrentar os desafios (SANTOS *et al.*, 2014).

Não basta conviver com a barreira do teto de vidro, muitas mulheres ainda enfrentam a chamada “fronteira de cristal”, imposta quando devem optar entre a carreira e a família (BURIN, 2010), quando ficam divididas entre ganhos financeiros maiores e a atenção aos filhos. Considerando a cultura patriarcal, maridos não aceitam que suas esposas tenham salários maiores do que os deles, visto que a responsabilidade de sustento da casa é do homem, uma subjetividade determinada culturalmente social pelo próprio homem ao longo dos séculos.

Infelizmente existem códigos sociais que impem ao gênero feminino limitações, há falta de políticas públicas contra a desigualdade de gênero. Muitas mulheres investiram tempo e dinheiro para construir suas carreiras e conquistar sua independência financeira, mas esbarraram com a resistência imposta a elas pelas exigências do mundo do trabalho. São fronteiras invisíveis que provocam sentimentos de inferioridade, trazem sobrecarga e afetam a saúde emocional da mulher (BURIN, 2010).

Uma forma de promover a igualdade é a criação de políticas públicas eficazes, como criação de programas e ações estratégicas específicas para mulheres, como forma de compensar as diferenças enfrentadas pela condição de gênero (ABRAMO, 2007).

Os dados mostram a desigualdade salarial existente, a predominância masculina sobre as mulheres e a sobrecarga de horas trabalhadas por elas, não remuneradas, fora do horário do trabalho formal. No que se refere às demandas no lar, cabe ressaltar a conscientização, para que homens e mulheres possam dividir suas rotinas da casa, o cuidado dos filhos e demais atividades de forma igualitária, a fim de que ambos tenham mais tempo livre para outras atividades de seu interesse. Segundo a legislação, “[...]medidas são dirigidas a um grupo específico e

destinam-se a eliminar e a prevenir a discriminação e a suprimir as desigualdades resultantes de atitudes, comportamentos e estruturas existentes, baseados em estereótipos sobre a divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres” (OIT, 2007, p. 20).

As desigualdades e responsabilidades da família ainda estão atreladas às mulheres, principalmente em se tratando dos filhos. Mesmo que a igualdade de gênero esteja prevista em lei (Constituição de 1988), a sociedade apresenta um contexto desigual em termos de oportunidades e salários. As políticas públicas atuais parecem não suprir todas as necessidades de igualdade de direitos.

2.6 Adolescência, Trabalho Feminino e Gênero

No seio da família, a criança cresce e se desenvolve. Nesse contexto social e cultural, as meninas parecem ter um destino traçado, observando as atividades do lar feitas pela mãe, as quais passam de geração para geração. O período da juventude, é momento de transformações pessoais e sociais de maneiras diferentes para cada indivíduo de acordo com suas bagagens históricas e culturais, assim corrobora Abromovay e Castro (2015, p. 14):

A juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico entre outras.

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança a pessoa na faixa etária entre 0 e 12 anos e, adolescente os jovens com idades entre 12 e 18 anos. Segundo Abromovay e Castro (2015, p. 13) a juventude “devem se agregar outras dimensões de análise que ressaltem a heterogeneidade presente na vivência da juventude de acordo com variados contextos e circunstâncias”.

Desde a infância, período de desenvolvimento cognitivo, pais, familiares e educadores auxiliam na construção da personalidade da criança, impondo opções de cores, atividades, roupas e brinquedos de acordo com o sexo biológico. A imposição de determinadas normas sociais conforme cada sexo fez com que, ao

longo dos tempos, homens e mulheres desenvolvessem habilidades diferentes, constituindo uma sociedade normativa de papéis definidos.

Os papéis de homens e mulheres, construídos culturalmente, mostram que os homens sempre carregaram consigo certo empoderamento e afinco para os negócios. Já as mulheres, desde o período da Brasil colônia, deviam cuidar do lar e de filhos, e no contexto atual as mulheres ainda carregam este fardo nas costas, ressalta Abramovay (2015), aponta que entre os jovens há uma probabilidade de menos oportunidades no mercado de trabalho e que os mesmos possuem ocupações como trabalho doméstico, família e filhos.

No século XIX, no Brasil, com a implementação das fábricas têxteis, as mulheres passaram a trabalhar tanto quanto os homens nas fábricas, mas continuaram sendo responsáveis pelas atividades do lar. Em função disso e também porque as mulheres tinham salário inferior ao dos homens, surgiram movimentos feministas na busca de direitos. Essa é uma realidade que ainda se mantém no século XXI.

As mulheres adolescentes do século XXI trazem consigo ideais e objetivos de vida e de profissão sem conhecer o passado e o presente das desigualdades de gênero do mercado de trabalho. Por isso compete, muitas vezes, ao professor a responsabilidade de promover o empreendedorismo e empoderamento do jovem no contexto social, principalmente das mulheres. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 4º, ressalta “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade”.

O empoderamento das mulheres e das meninas adolescente é social. Tanto a família como os educadores devem despertar esse sentimento e desenvolver habilidades para isso. No o período de pandemia da Covid 19, a ONU lançou um programa que busca “investir em aprendizagem e treinamento digital para jovens é essencial para construir coesão social e reduzir as desigualdades que bloqueiam o desenvolvimento humano” (ONU, 2020).

Visto que os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU lançados em setembro de 2015, consiste em promover ações humanitárias na busca pela liberdade, pela prosperidade e pela paz, conforme agenda até 2030. Nesse sentido,

o objetivo nº 05 “Igualdade de gênero”, da ONU, idealiza “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Já item 5.5 busca “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU, 2020).

Nesta perspectiva, a ONU ressalta que as desigualdades de gênero existem e, que são gritantes, assim busca conscientizar e promover esta igualdade, fortalecendo a autonomia, autoestima, empoderamento de meninas e mulheres. Jovens mulheres que tem a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho através do jovem aprendiz, por meio da Lei de aprendizagem enfatizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a qual também vem assegurar os direitos para todos/as.

O ECA e a Lei de Aprendizagem, Lei nº 10.097/2000, são instrumentos de prevenção ao trabalho infantil, garantindo direitos. A Lei de Aprendizagem é uma forma de inserção das jovens adolescentes no mercado de trabalho, explorando diferentes ambientes dentro das empresas, desenvolvendo seu empoderamento. Por meio do Programa Jovem Aprendiz, é possível preparar o jovem para os desafios do mercado de trabalho, trabalhando e promovendo seu protagonismo e seu espírito empreendedor. De acordo com o jornal online da Globo G1²⁸, empresas contrataram em média 386 mil jovens para o mercado de trabalho em 2017, com idades entre 14 e 24 anos, em todo o Brasil. Quanto ao “gênero dos candidatos contratados, meninos e homens preencheram 52,65% das vagas, enquanto meninas e mulheres ficaram com 47,35% das oportunidades”, de acordo com o (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Uma menina de 17 anos, guerreira levou um tiro em manifesto de luta pela educação de meninas, adolescentes. Malala Yousafzai, paquistanesa e ganhadora do prêmio Nobel da Paz 2014. Seu país é contra a educação feminina, mas para falar dos problemas enfrentados, a estudante criou um blog para falar sobre o quanto gasta dos estudos e os problemas de seu país. Logo a menina ganhou os noticiários, mais tarde sofreu um ataque dos talibãs. Seu primeiro pronunciamento

²⁸ GLOBO.COM. G1, 2018.

foi na Assembleia da ONU, reforçando que a educação é um caminho contra a guerra²⁹.

Uma história de sucesso é a de uma mulher empreendedora que experimentou as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. No ano de 1963, Mery Kay Ash lançou seu negócio de cosméticos no mundo do trabalho dominado pelo sexo masculino, promovendo o empoderamento da mulher, tornando empreendedora e independente financeiramente. Mary dedicou-se à capacitação das mulheres para torná-las consultoras de beleza na venda de produtos da marca Mery Kay. Em 1971, a empresa Mary Kay expandiu mundialmente e chegou ao Brasil em meados de 1998, para empoderar, inspirar, preservar e mudar a vida de muitas mulheres (MERY KAY, 2018).

Os desafios enfrentados pelas meninas jovens mulheres em relação a sua inserção no mercado de trabalho são muitos, considerando a cultura machista e patriarcal do Brasil. Nesse sentido, políticas de empoderamento fazem a diferença na vida de jovens mulheres, como, por exemplo, o “Caderno de Boas Práticas: Empoderamento de meninas”¹. Esse é um projeto do *Instituto dos Direitos da Criança* (INDICA) que ajuda mulheres jovens na busca do empoderamento, no reconhecimento de direitos, promovendo atividades para falar sobre desigualdades de gênero, empoderar meninas e ouvi-las (INDICA, 2016).

De acordo com dados do IBGE (2016), cerca de 60,9% dos cargos públicos no Brasil são ocupados por homens e 39,1% por mulheres cidadãos de direitos igualitários segundo a Constituição Federal de 1988. A pesquisa destacou também que a faixa etária das mulheres ocupantes de cargos de gerência varia entre 16 e 29 anos. Em relação aos rendimentos, enquanto o salário do homem era 2.306,00 por mês, a mulher recebia 1.764,00. Neste sentido, a falta de políticas públicas para mudar as estatísticas sentidas pela população jovens que se insere no mercado de trabalho e, busca seu espaço.

[...] a população jovem é a de 15 a 29 anos, levando em conta o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir principalmente o primeiro emprego, o que implica na necessidade de mais proteção social. (ABRAMOVAY; CASTRO 2015, p.18).

²⁹ GLOBO.COM. G1, 2014.

O caminho para mudar a realidade das desigualdades de gênero no Brasil é a educação, que possui papel fundamental para promover a igualdade e trabalhar o empoderamento das meninas jovens, mulheres que, no futuro, atuarão no mercado de trabalho, como forma de combater a violência e violação de direitos.

2.7 Teses e Dissertações Brasileiras sobre Jovem Aprendiz, Aprendizagens, Gênero e Mercado de Trabalho: análise da Produção da década 2009/2019.

Neste capítulo, apresenta-se a pesquisa realizada no catálogo da base de dados da CAPES³⁰, para ressaltar a relevância do tema e trazer as contribuições dos trabalhos analisados para a área da ciência. Para tanto, apresentam-se as teses e dissertações sobre a temática em estudo, defendidas em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em Instituições educativas, no período entre 2009 e 2019. A consulta ao banco de dados da CAPES foi realizada no mês de maio de 2020. As teses e dissertações identificadas possuem semelhanças com a temática pesquisada, ressaltando as questões de gênero.

2.7.1 Teses e Dissertações Catalogadas no Banco de Dados – CAPES

Para catalogar as teses e dissertações afins com a temática, utilizou-se o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), defendidas entre os anos de 2009 e 2019 em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* de Instituições brasileiras. Para realizar o mapeamento e a categorização dos trabalhos, a consulta foi realizada a partir dos seguintes descritores: “Jovem Aprendiz, Aprendizagens”, “Alunas e Mercado de Trabalho” e “Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho”. Os descritores escolhidos, na busca de aproximação com a problemática da pesquisa, que diz respeito às percepções de alunas que participam do Programa Jovem Aprendiz em relação a sua aprendizagem e a sua preparação para o mercado de trabalho. Durante a busca

³⁰CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Busca feita pelo banco de dados da CAPES. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: maio 2020.

pelos descritores, identificou-se em torno 10.000 produções entre teses e dissertações de cada um dos descritores.

Para realizar a análise as teses e dissertações selecionadas, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (1977, 2016), que consiste em trabalhar com palavras, significados e aspecto qualitativo, o que é “uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (p.44). Para tanto, foram considerados os resumos, características e palavras-chaves, o que permite classificar os elementos por afinidade com a temática.³¹A pesquisa no banco de dados da CAPES permitiu identificar as teses e dissertações que se aproximam com o tema proposto pelos descritores.

Ao iniciar a busca no banco de dados da CAPES utilizando o primeiro descritor “Jovem Aprendiz, Aprendizagens”, identificaram-se trabalhos relacionados à temática da pesquisa “Jovem Aprendiz” em uma visão geral. A busca pelo segundo descritor teve como objetivo evidenciar as questões de gênero no Programa Jovem Aprendiz, por isso utilizou-se o descritor “Alunas e Mercado de Trabalho”. O terceiro descritor “Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho” também focalizou o gênero com o intuito de investigar mais sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Para analisar a identificação direta ou indireta com a temática em estudo, dividiram-se os trabalhos em três grupos para afinamento de dados e categorização, conforme os descritores da pesquisa: “Jovem Aprendiz, Aprendizagens”; “Alunas e Mercado de Trabalho”; “Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho”.

Por meio da busca pelos descritores, foi identificado 98 produções entre teses e dissertações. Indiretamente todas estavam relacionadas à temática em estudos. Desses 98 trabalhos, 51 produções versam sobre “Jovem Aprendiz, Aprendizagem”; 42, sobre “Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho”; e 5 sobre “Alunas e Mercado de Trabalho”, por meio da busca pelos descritores no site da CAPES. No Quadro 4, apresentam-se as produções selecionadas.

³¹ A coleta de dados deu-se por meio da consulta ao banco de dados da CAPES, através dos resumos de teses e dissertações pesquisadas pelo descritor individualmente.

Quadro 4 – Apresentação dos 98 Trabalhos Seleccionados para Análise no Banco de Dados da CAPES

Nº	Autor(a)	Teses/ Dissertações	Ano	Título do Trabalho
1	Douglas Heliodoro F. da Costa	Dissertação	2019	Lei Nacional Da Aprendizagem Profissional: Problematizações De Uma Política Em Disputa No Mercado Da Formação Profissional
2	Vanessa Mariano de Castro	Dissertação	2019	A Formação Humana Sob O Jugo Do Capital
3	Cláudia Barbosa Lôbo	Dissertação	2015	O Programa Jovem Aprendiz Em Porto Velho-Ro: A Educação Para O (Des)Emprego.
4	Rachel Luiza Pulcino de Abreu	Tese	2019	“É algo socialmente construído”: gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes e estudantes
5	Thiago de Souza Moura	Dissertação	2019	Ressignificando a Gravidez na Adolescência na escola: como as percepções das alunas e dos alunos estão permeadas pelas relações de gênero?
6	Adriana Galvão Moura Abílio	Tese	2019	Diversidade Sexual E De Gênero Nas Relações De Trabalho : Afirmar Direitos E Promover Inclusão
7	Alcides Alves de Souza Filho	Dissertação	2019	Educação De Jovens E Adultos : Educação Da Pessoa E Processo Socioeducativo Na Universidade Aberta À Terceira Idade
8	Anyellen Mendanha Leite	Dissertação	2019	Educação, Gênero E Identidade Feminista : Relações De Saber-Poder Na Constituição De Subjetividades Docentes No Ensino Médio
9	Raphael Fernandes Gomes	Dissertação	2019	“Arreda Homem, Que Aí Vem Mulher!” – As Pombagiras De Umbanda E O Empoderamento Feminino
10	Luan Tofano Elias	Dissertação	2019	Bastidores Do Femicídio : Permanências Históricas Do Crime Em Cachoeiro De Itapemirim/Es (2001-2010)
11	Wilson Roberto Batista	Tese	2019	EDUCAÇÃO E GÊNERO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA
12	Camila Bordonal Clempi	Dissertação	2019	Variação Entre Futuro Sintético E Perifrástico Em Textos Escritos: um estudo diacrônico sobre o papel do gênero feminino na mudança linguística
13	Carina Pfaffenseller	Dissertação	2014	A Formação De Jovens Para O Mundo Do Trabalho A Partir Da Lei Da Aprendizagem
14	Carla Santos	Dissertação	2019	As Mulheres Na Indústria : Estudo Das Representações Sociais E Estratégia Como Prática Social

15	Carmelita Vaz da Costa	Dissertação	2016	Diagnóstico Dos Fatores Que Contribuem Para A Retenção De Jovens E Adolescentes Contratados Pelo Projeto Adolescente Aprendiz
16	Fábio Andó Filho	Dissertação	2019	MIGRANTES “EDUCÁVEIS”: Trajetórias de trabalho e educação de adultos nas migrações
17	Cláudia Leão de Carvalho Costa	Dissertação	2017	Estudo da formação pelas atividades de aprendizagem e trabalho em alternância no “Programa Jovem Aprendiz” segundo a lei 10.097 de 2000.
18	Larissa Marin da Costa	Dissertação	2019	Políticas De Promoção De Igualdade De Gênero Nas Últimas Décadas : Uma Análise Do Conselho Nacional De Direito Da Mulher E Pró-Igualdade De Gênero.
19	Danielle Schio R. Rockenbach	Dissertação	2015	Jovens Aprendizes Contemporâneos – “Eu Acredito É Na Rapaziada” – Problematizando O Programa De Aprendizagem Profissional
20	Natália Regina Silva Nadaletto	Dissertação	2019	A Apropriação Feminina Dos Espaços Domésticos Em Habitações De Periferia
21	Isadora Barbosa Varella	Dissertação	2019	MEMÓRIA SOCIAL E TRABALHO: as mediações do trabalho na prisão feminina
22	Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos	Dissertação	2019	MEGERAS (IN)DOMADAS: MEGERAS (IN)DOMADAS: discurso de ódio antifeminista nas redes sociais
23	Marília Aguiar Façanha	Dissertação	2019	E Se Te Contassem Outra História: Gênero E Feminismo No Ensino De História
24	Raniery Parra Teixeira	Dissertação	2019	“Ideologia De Gênero”? As Reações À Agenda Política De Igualdade De Gênero No Congresso Nacional
25	Vanessa Carolina Neves dos Santos	Dissertação	2019	TRABALHO (DO) MENOR: os sentidos do trabalho para o aprendiz
26	Hávila Maria Abreu Barbosa	Dissertação	2019	Empreendedorismo Feminino e o Conflito Trabalho-Família: Um Estudo Com Confeiteiras Natalenses
27	Leonardo Araújo Lima	Dissertação	2013	As Disposições Pedagógicas Da Política Pública De Educação Profissional Em Cursos De Formação Inicial E Continuada: Um Estudo De Caso Sobre O Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz
28	Denise Valéria Oliveira Nunes	Dissertação	2019	Narrativas De Mulheres-Engenheiras Sobre Formação Profissional E Mundo Do Trabalho : reflexões e contribuições para o curso de Engenharia Civil de um Instituto Federal

29	Suzana Silveira de Almeida	Dissertação	2013	Educação não formal e o Programa Jovem Aprendiz : Educação não formal e o Programa Jovem Aprendiz: uma análise sobre os seus resultados pelo olhar dos jovens e educadores
30	Carlos André Araújo Menzes	Dissertação	2019	Rasgando Uniformes E Descosturando Normas De Gênero No Espaço Escolar
31	Cristina Célia Correia	Dissertação	2016	Levantamento da trajetória do egresso após o término do Programa Jovem Aprendiz
32	Luana Almeida de Moura	Dissertação	2019	Organização Das Mulheres Indígenas De Roraima (Omir): Uma Análise Das Demandas E Reivindicações Das Mulheres Indígenas Na Luta Por Direitos
33	Emanuelle Cristiane de Almeida Silva	Dissertação	2019	A ESCOLA PÚBLICA E O SENTIDO DO TRABALHO PARA JOVENS CONCLUINTEES DO ENSINO MÉDIO
34	Everton Cordeiro Mazzoleni	Dissertação	2015	Análise Da Empregabilidade Juvenil : Um Estudo Comparativo Entre Jovens E Instituições De Aprendizagem.
35	Fernanda Fonseca Machado	Dissertação	2017	Programa Jovem Aprendiz E Mercado De Trabalho : Uma Análise A Partir Dos Alunos Egressos Dos Cursos Promovidos Pelo SEST/SENAT No Município De Pelotas (2015)
36	Terezinha Rosália de Albuquerque B. da Silva	Dissertação	2017	Um Estudo Sobre Os Jovens Aprendizes : Repercussões Familiares E Sociais
37	Rita de Cássia Assis Alves	Dissertação	2019	Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam em ensino técnico profissionalizante.
38	Iracema Souza de Jesus	Dissertação	2018	Experiências Da Primeira Inserção Profissional: um estudo de jovens do Programa Jovem Aprendiz do estado da Bahia 2015 – 2017.
39	Fabiula Cátia Capeletto	Dissertação	2018	Gênero E Mercado De Trabalho : A Inserção Da Mulher Em Cargos De Chefia Na Indústria Metalmeccânica De Erechim
40	Márcia Cristina Souza de Oliveira	Dissertação	2019	Mulher e o mercado formal de trabalho : interseções entre divisão sexual do trabalho, discriminações e representatividade política
41	Emilly Lima Matos	Dissertação	2019	Análise da participação da mulher no mercado de trabalho e no crescimento econômico brasileiro, de 2002 a 2018

42	Eva Daiane Almeida de Góes	Dissertação	2019	Intersecções Entre A Violência Doméstica Contra A Mulher Negra E As Configurações Afetivas: Condicionantes Históricas, Políticas Públicas E Impactos Sociais No Sul Da Bahia
43	Graciela Regines de Paula N. Santos	Dissertação	2019	História Oral De Mulheres Em Cooperativas: O Processo De Empoderamento Pela Educação Social Na Educação De Jovens E Adultos
44	Joana Gal Pereira	Dissertação	2019	Mulher Rural: Consumo E Comunicação Nas Roças De Camboriú/SC
45	Lídia Sarges Lobato	Dissertação	2019	O Currículo E Seus Efeitos Na Subjetividade De Uma Mulher artesã Do Miriti
46	Lucélia Silva de Sales França	Dissertação	2019	Ensino De História E Letramento Na Eja: Costurando O Conceito De Trabalho Com Estudantes-Operários Do Pólo Das Confeções Do Agreste
47	Luciana Nery dos Santos	Dissertação	2019	História dos direitos do trabalho nos séculos XX e XXI: atividades para alunos do ensino médio da educação de jovens e adultos
48	Mariana Marzoque de Paiva	Dissertação	2019	Produção Científica sobre Gênero em Orientação Profissional : uma análise das publicações da Revista Brasileira de Orientação Profissional
49	Paulo Roberto Moraes da Luz	Dissertação	2015	PROGRAMA JOVEM APRENDIZ : um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho.
50	André de Oliveira Silva Pereira	Dissertação	2019	POR UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA Educação De Jovens E Adultos : Análise De Uma Formação Continuada De Professores Da Eja Do Município De Vera Cruz/Bahia
51	Waldir Irineu da Silva Junio	Dissertação	2016	Programa Jovem Aprendiz Como Inclusão Social: Inserção No Mercado De Trabalho Por Meio Da Aprendizagem
52	Flávio Alves da Silva	Dissertação	2016	Oportunidades Sociais E O Programa Jovem Aprendiz : Uma Análise À Luz Do Pensamento De Amartya Sen
53	Michele Aranha C. dos Santos	Dissertação	2019	Política E Gênero Entre Vozes E Lentes Do Poder Judiciário: Produção De Discursos e Imagens De Mulheres Políticas Em Peças Publicitárias do TSE (2014 E 2016)
54	Adriana Siqueira Correia	Dissertação	2015	Hospitalidade E Acolhimento No Terceiro Setor: Educação E Trabalho Para Jovens Surdos
55	Cládia Maliszewski Escouto	Dissertação	2019	A Geografia Já Saiu Do Armário? Diálogos Sobre Gênero, Sexualidades E Escola
56	Luciane Amalia Bitello	Dissertação	2013	Análise Da Contribuição Do Programa De Aprendizagem Profissional Do Senac Canoas/Rs Para Inserção Do Jovem No Mercado De Trabalho A Partir Do Desenvolvimento De Competências Profissionais

57	Fernanda de Figueiredo C. Leiras	Dissertação	2019	Significações De Alunas E Alunos Cotistas Do Ensino Médio Técnico Integrado Do IFMS/Campus Corumbá Sobre Suas Perspectivas De Futuro
58	Fernanda Ribeiro Polzin	Dissertação	2019	O Estágio Obrigatório Como Instrumento De Inserção No Mercado De Trabalho
59	Jéssica Sapore de Aguiar	Dissertação	2017	EXISTO PORQUE RESISTO: Práticas de re-existência de jovens mulheres aprendizes frente às assimetrias de gênero
60	Natália Terroso Pereira	Dissertação	2019	Duração Do Desemprego Do Jovem Brasileiro
61	Fernanda Lottermann	Dissertação	2019	“É COMO SE EU NÃO EXISTISSE”: A formação profissional e as repercussões na saúde do jovem aprendiz
62	Eduardo Pinheiro Monteiro	Dissertação	2019	A Violência Contra As Mulheres No Ambiente Digital
63	Eliane Luiz Espíndula de Souza	Dissertação	2019	“Quem Faz A História Sou Eu”: A Inserção Feminina Na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Com Ênfase no Município de Florianópolis Entre os Anos de 1983 e 2018
64	Elienne Maria Barbosa Ramos	Dissertação	2013	A Inserção Da Mulher No Mercado De Trabalho No Maranhão : um estudo das décadas de 1990 e 2000
65	Gabriela Mariano Mendonça	Dissertação	2019	Protagonismo feminino na Organização de Controle Social (OCS) do assentamento Milton Santos na região de Americana/SP
66	George Luiz Gonçalves Fontes	Dissertação	2013	Avaliação Do Programa Jovem Aprendiz Senai – Areias : Avaliação Do Programa Jovem Aprendiz Senai – Areias: Um Estudo a Partir da Percepção dos Gestores e Treinandos
67	Helena Silva de Oliveira	Dissertação	2019	Relação professor-aluno na Educação de Jovens e Adultos (EJA) : ênfase no processo de ensino e aprendizagem
68	Isabel Cristian Servilha	Dissertação	2018	Avaliação De Desempenho Dos Jovens Aprendizes Do SENAC NAS ORGANIZAÇÕES
69	Jean Costa Souza	Dissertação	2019	Violência Doméstica Contra As Mulheres: Recepção De Campanhas Publicitárias De Enfrentamento Às Violações De Gênero a Partir do Olhar de Vítimas e Autores
70	Jesiane de Souza Martins Lopes	Tese	2019	Associações Entre Satisfação No Trabalho E Comprometimento Organizacional Afetiva
71	Juliana Kunz Siveira	Dissertação	2016	Juventudes E Jogos De Tempo: Produção De Subjetividades Entre Memórias E Expectativas De Trabalho

72	Juliana Martins Garcia Kuzma	Dissertação	2019	Gênero e Educação Superior: Protagonismo De Mulheres Indígenas Em Mato Grosso E Rondônia
73	Juliana Aparecida de Lima	Dissertação	2019	Discriminação de gênero no Direito Tributário Brasileiro
74	Luciany Oliveira Ferraz	Dissertação	2019	Educação Profissional Para Jovens: Um Estudo Baseado No Egresso Do Programa De Aprendizagem Do Senac Jundiá
75	Lucyana Sobral de Souza	Dissertação	2013	"Abordagem De Gênero Sobre A Experiência De Alunos Integrantes Do Projovem Urbano Na Cidade De Aracaju–Sergipe"
76	Nilva Celestina do Carmos	Dissertação	2019	Programa Mulheres Mil: Uma Análise Multidimensional
77	Marcia Helena M. Retiz	Dissertação	2014	O Jovem E O Mercado De Trabalho: Uma Análise Da Inserção Através Do Programa Jovem Aprendiz Implementado Pelo SENAC em Sorriso/MT
78	Ieda Fraga Santos	Dissertação	2019	ESTUDO DE RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: desconstruindo estereótipos para promover a equidade
79	Cíntia Lúcia Camaratto	Dissertação	2019	Do Curriculum Vitae À Autonarrativa: Uma Proposta De Currículo Para Jovens Aprendizes Nos Sistemas Produtivos
80	Rosiléia dos Santos Amatto Pires	Dissertação	2013	Formação Profissional E Juventude: Análise De Um Programa De Qualificação Derivado Da Lei Do Aprendiz
81	Sandra Moreira Moura	Dissertação	2013	Avaliação das Políticas Públicas para a Qualificação e Inserção Profissional: um Estudo Sobre a Casa das Juventudes de Rio Formoso - PE
82	Karla Kely Rogério da Silva	Dissertação	2015	JUVENTUDE E TRABALHO: Representações Sociais de Trabalho por jovens aprendizes em Recife
83	Leila Silva de Moura	tese	2018	JUVENTUDE E TRABALHO: O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO
84	Juliana Rodrigues de Albuquerque	tese	2019	Violência de Gênero: Crenças legitimadoras por adolescentes
85	Ana Carolina Brito Brandão	tese	2019	Gênero, Governança e Direito à Cidade: O Lugar Das Mulheres Na Agenda Urbana Internacional
86	Ana Paula Leite Nascimento	tese	2019	Juventudes Em Cena No Cotidiano Escolar: Movimentos De (Re)Produção De Silenciamentos, Regulações De Gênero, Subversões E Resistências

87	Débora Chaves Meireles	tese	2018	Gênero E Mercado De Trabalho No Brasil
88	Pauline Freire Pimenta	tese	2019	“ Lugar De Mulher É Na Reitoria ”: Análise Discursivo-Crítica Das Formações Identitárias E Das Relações De Poder De Mulheres Do Alto Escalão Nas IFES Mineiras
89	Wagna Marquis C. de Melo Gonçalves	tese	2019	As Políticas De Mercado De Trabalho Para A Juventude Na “Agenda De Trabalho Decente” Dos Países Brics
90	Camila de Pieri Benedito	tese	2019	“ MARIA QUE ME ENSINA A SER MULHER ”: Religião e Gênero no Santo Daime
91	Vera Lucia Neves	Dissertação	2016	Reflexões E Reflexos: Trabalho, Juventude E Aprendizagem . Uma Análise A Partir Do Programa Adolescente Aprendiz Do Centro De Educação Santa Rita Do Município De Campo Mourão, De 2005 A 2015.
92	Deise Mara de Souza Leite Pereira	Dissertação	2019	Análise Do Projeto Político Pedagógico Da Educação De Jovens E Adultos Do Município De Salvador/Bahia: Um Discurso Dialógico?
93	Zoraia da Silva Assunção	tese	2014	Metrópole Digital: O Jovem Aprendiz Na Educação Tecnológica
94	Aline Tosta dos Santos	Dissertação	2010	“ APERTANDO AQUI E ALI ”: Mulheres chefes de família nas tramas do cuidado e da provisão
95	Cláudia Maria Inácio Costa	Dissertação	2012	AS CONSTRUÇÕES DA CIDADANIA: as juventudes e suas percepções sobre o território do Grande Bom Jardim - Fortaleza.
96	Sólon Nogueira de Lima	Dissertação	2009	O SENAI E A INSERÇÃO DO JOVEM APRENDIZ NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL
97	Fernando Henrique dos Santos	Dissertação	2011	UMA ANÁLISE ESTATÍSTICO-ESPACIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM BELO HORIZONTE / MINAS GERAIS 2006 a 2010
98	Helena Maria Diu Raposo Monteiro	Dissertação	2015	MULHER, TRABALHO E IDENTIDADE : Relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O Gráfico 1: apresenta o número de teses e dissertações inseridas e categorizadas para este estudo.

Gráfico 1 – Caracterização das Dissertações e Teses



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Considerando o primeiro descritor Jovem Aprendiz, Aprendizagens e o segundo Alunas e Mercado de Trabalho, percebeu-se a relevância de pesquisas já realizadas sobre a temática jovem aprendiz para esta investigação, uma vez que a maioria das dissertações e teses localizadas foram desenvolvidas em instituições como o SENAC, Senai, Pronatec e CIEE⁹. Esses trabalhos não abordaram diretamente as questões de gênero, como se propõe nesta pesquisa. Além disso, nenhuma das teses e dissertações analisadas abordou, de forma direta, as percepções das alunas sobre sua aprendizagem e sobre sua preparação para o mercado de trabalho.

A busca pelo terceiro descritor, Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho, revela a crescente importância da temática gênero nas pesquisas, principalmente nos últimos anos, como um ponto muito positivo. Essas pesquisas retratam o papel da mulher no contexto social, seu empoderamento, questões de discriminação, a mulher no mercado de trabalho em cargos de chefia, mulheres que sustentam a casa e mulheres que lutam pelos direitos de outras mulheres.

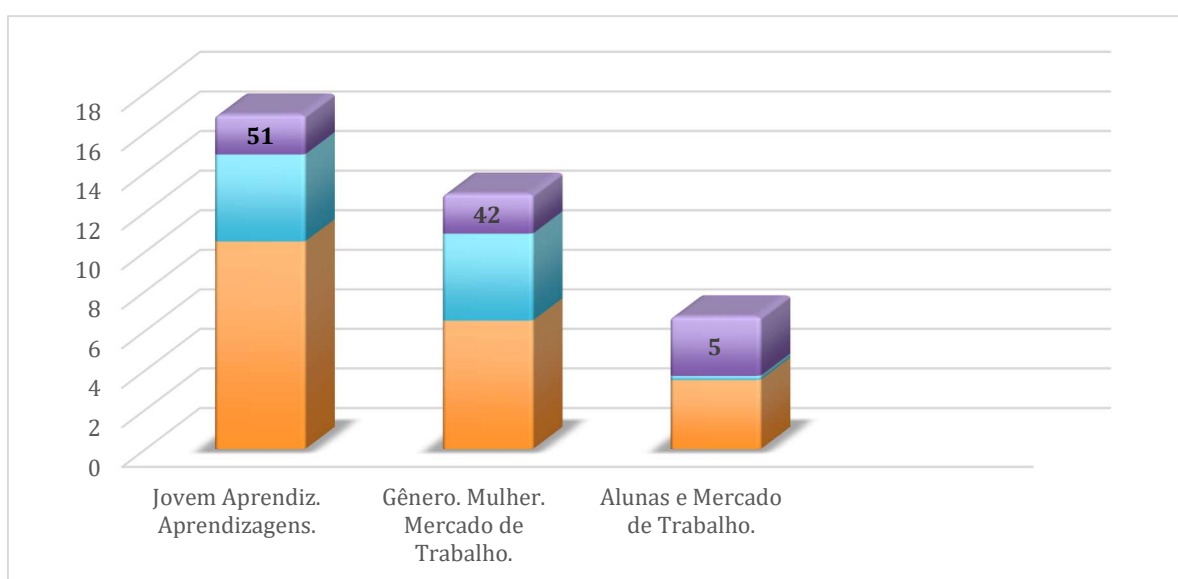
Ainda referente ao terceiro descritor, é importante ressaltar que as alunas do Programa Jovem Aprendiz também são mulheres/jovens inseridas no mercado de trabalho, que vivenciam situações de incertezas e insegurança em relação ao seu futuro. Nessa perspectiva, este estudo é importante para promover o

⁹ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, conforme Lei nº12.513 de out. 2011. (PRONATEC). Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

empoderamento da mulher/jovem na conquista de seu espaço no mercado de trabalho, em uma sociedade de predomínio masculino em cargos de poder.

O Gráfico 2 apresenta a quantidade de produções afins encontradas para cada descritor, considerando-se Jovem Aprendiz, Aprendizagens o primeiro descritor, Alunas e Mercado de Trabalho o segundo e Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho o terceiro.

Gráfico 2 – Identificação das Teses e Dissertações Seleccionadas por Descritores



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

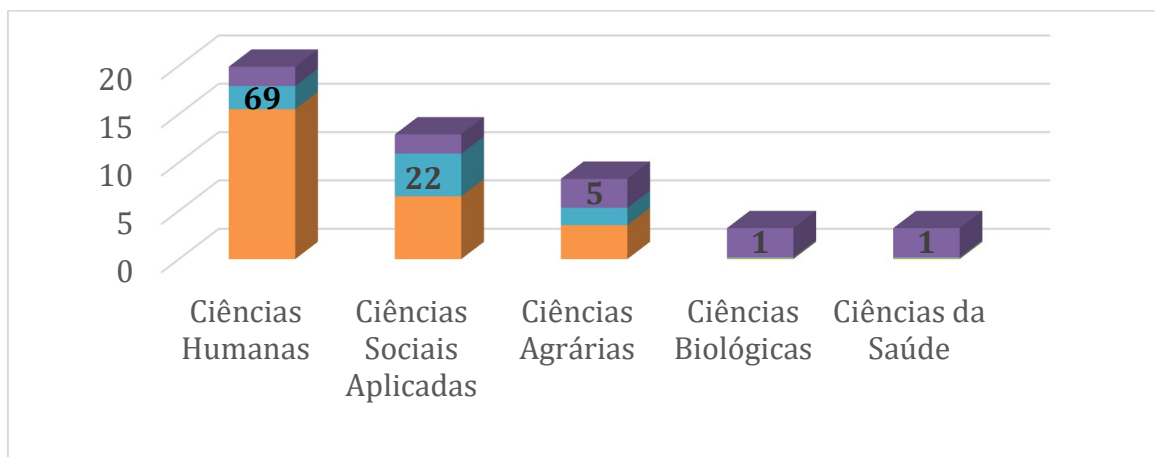
No Gráfico 3, apresenta-se a classificação das teses e dissertações seleccionadas por área de conhecimento. O gráfico mostra grande concentração de pesquisas na área das Ciências Humanas³² (69 produções), cujo foco de estudos é o ser humano. Na área das Ciências Sociais Aplicadas³³, localizou-se 22 produções. Contudo, observa-se também o interesse de outras áreas do

³² Ciências Humanas: têm um caráter múltiplo ao mesmo tempo em que engloba características teóricas em ramos tais como linguística, gramática e filosofia, engloba características práticas através do jornalismo, comunicação social e direito, além de englobar características subjetivas quando entra-se no ramo da arte. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%AAsncias_humanas. Acesso em: maio 2020.

³³ As Ciências Sociais Aplicadas são o ramo das ciências que visa às aplicações do conhecimento para a solução de problemas práticos. As ciências aplicadas são importantes para o desenvolvimento tecnológico. Seu uso no cenário industrial é normalmente referenciado como pesquisa e desenvolvimento. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%AAsncias_aplicadas. Acesso em: 25 out. 2020.

conhecimento pela temática em estudo, como as Ciências Agrárias³⁴ (5 produções) e as Ciências Biológicas³⁵ e as Ciências da Saúde³⁶ (com 1 produção cada), totalizando as 98 produções.

Gráfico 3 – Teses e Dissertações por área de Conhecimento Conforme a Classificação do CNPq³⁷



Fonte: Elaborados pela autora com base na consulta à CAPES, 2020.

O Quadro 5 mostra que 69 dos 98 trabalhos encontrados foram desenvolvidos na área das Ciências Humanas, 60 dissertações e 9 teses. Na área das Ciências Sociais Aplicadas, 22 trabalhos, 18 dissertações e 4 teses. Na área

³⁴Ciências Agrárias: compõem uma área multidisciplinar de estudos envolvendo campos como Engenharia agrícola, Agronomia, Agroecologia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Agropecuária, Ciências de Alimentos e Engenharia de Aquicultura, e que visa a busca do aprimoramento técnico, o aumento produtivo e melhorias no manejo e preservação dos recursos naturais. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%A7ncias_agr%C3%A1rias. Acesso em: maio 2020.

³⁵Ciências Biológicas: Biologia é a ciência que estuda a vida e os organismos vivos. A biologia está dividida em vários campos especializados que abrangem comportamento, origem, evolução e distribuição da matéria viva, além dos processos vitais e das relações entre os seres vivos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Biologia>. Acesso em: maio 2020.

³⁶ Ciências da Saúde: ou ciências médicas são as áreas de estudo relacionadas com a vida, a saúde e a doença, e incluem a medicina humana, a biologia, a medicina veterinária, a biomedicina, a enfermagem, a fonoaudiologia, as análises clínicas, a farmácia, a Ciências do Esporte, a educação física, a odontologia, a psicologia, a terapia ocupacional, a nutrição, a fisioterapia e a engenharia biomédica, entre outras. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%A7ncias_da_sa%C3%BAd. Acesso em: maio 2020.

³⁷Base de dados da CNPq: Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>. Acesso em: maio 2020.

das Ciências Agrárias, 5 dissertações e na das Ciências Biológicas e da Saúde uma dissertação em cada.

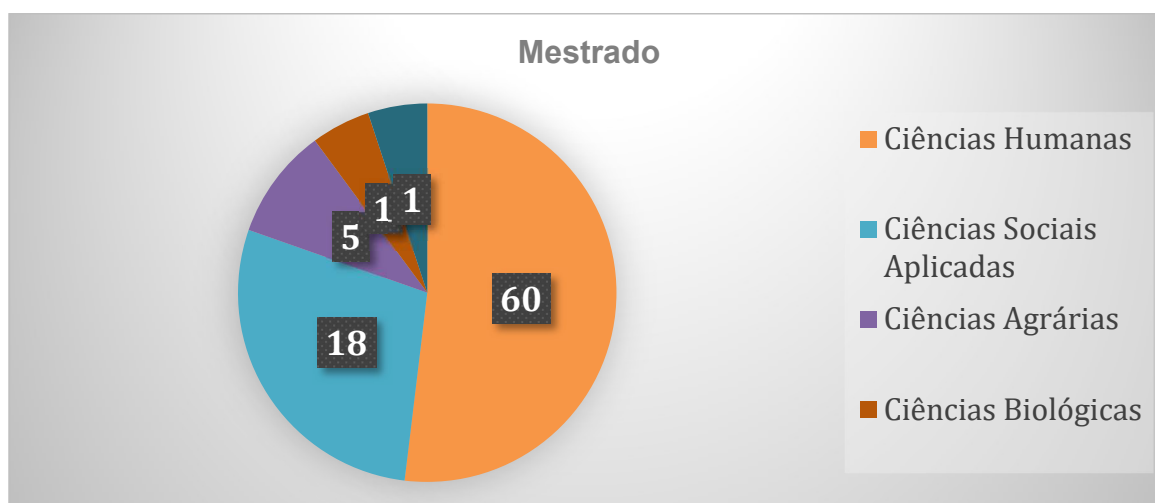
Quadro 5 – Apresentação de Produções Dissertações e Teses por área de Conhecimento

Área de conhecimento	Mestrado	Doutorado
Ciências Humanas	60	9
Ciências Sociais Aplicadas	18	4
Ciências Agrárias	5	0
Ciências Biológicas	1	0
Ciências da Saúde	1	0
Total de Trabalhos	85	13

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Observando-se o Gráfico 03 e o Quadro 05, é possível concluir que o maior número de trabalhos foi realizado na área das Ciência Humanas, com (85) dissertações e, (13) teses, no que tange à temática em estudo. No Gráfico 4, que segue, é possível visualizar o número de dissertações selecionadas por área do conhecimento.

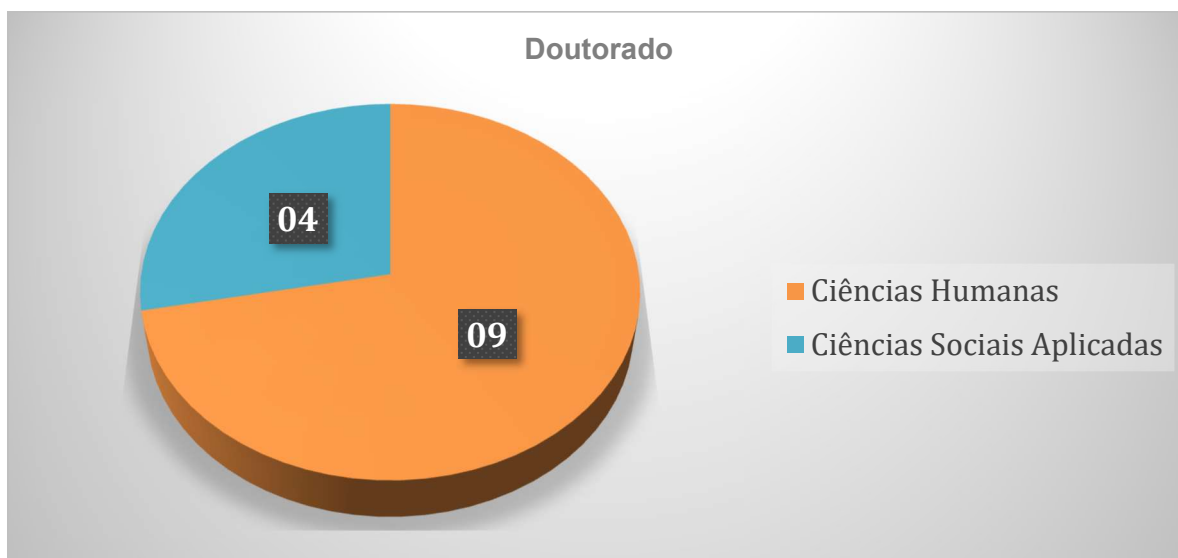
Gráfico 4 – Número de Pesquisas por área do Conhecimento e Nível – Mestrado



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No Gráfico 5, é possível visualizar o número de teses analisadas por área do conhecimento: Ciências Humanas (9 teses) e Ciências Sociais Aplicadas (4 teses).

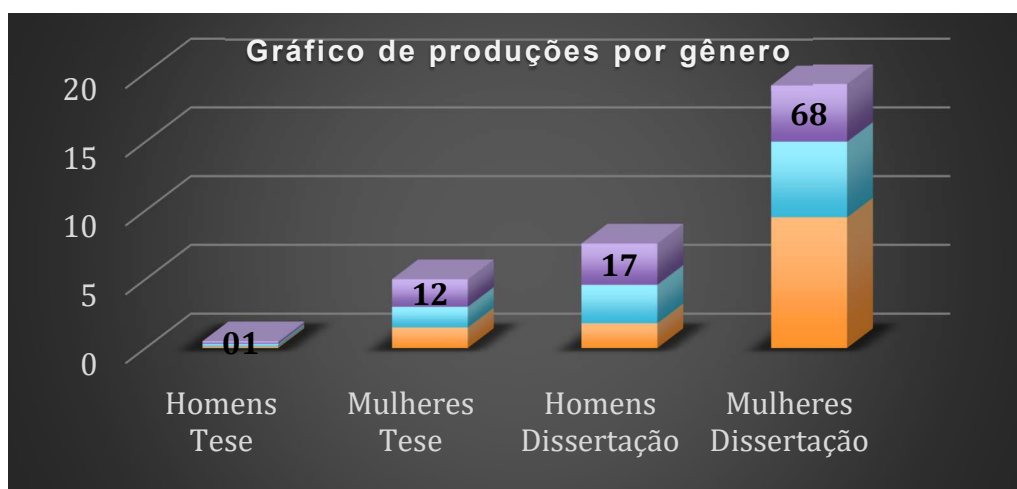
Gráfico 5 – Número de pesquisas por área do conhecimento e nível – Doutorado



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No Gráfico 06, que segue, é possível visualizar a estratificação das 98 produções selecionadas a partir dos descritores Jovem Aprendiz, Aprendizagens (primeiro); Alunas e Mercado de Trabalho (segundo); e Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho (terceiro) entre os anos de 2009 e 2019 por gênero. A análise do gráfico revela que o maior número de produções foi realizado por mulheres, tanto de dissertações quanto de teses.

Gráfico 6 – Levantamento das Produções por Gênero



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Na Tabela 2, a seguir, apresenta-se o levantamento das teses e dissertações selecionadas por ano de publicação.

Tabela 2 – Dissertações e Teses Selecionadas por ano de Publicação

Ano da publicação	Quantidade
2009	1
2010	1
2011	1
2012	1
2013	8
2014	3
2015	7
2016	6
2017	4
2018	5
2019	61
Total:	98

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ao analisar o Gráfico 7, que segue, é possível verificar que a maior quantidade das produções selecionadas para este estudo foi desenvolvida em 2019, quando houve um aumento considerável. Entre elas, destacam-se produções sobre o Programa Jovem Aprendiz, sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho e também sobre gênero. Analisando-se os resumos das teses e dissertações do ano de 2019, é possível identificar o interesse pelas questões de gênero e também sobre a mulher no mercado de trabalho.

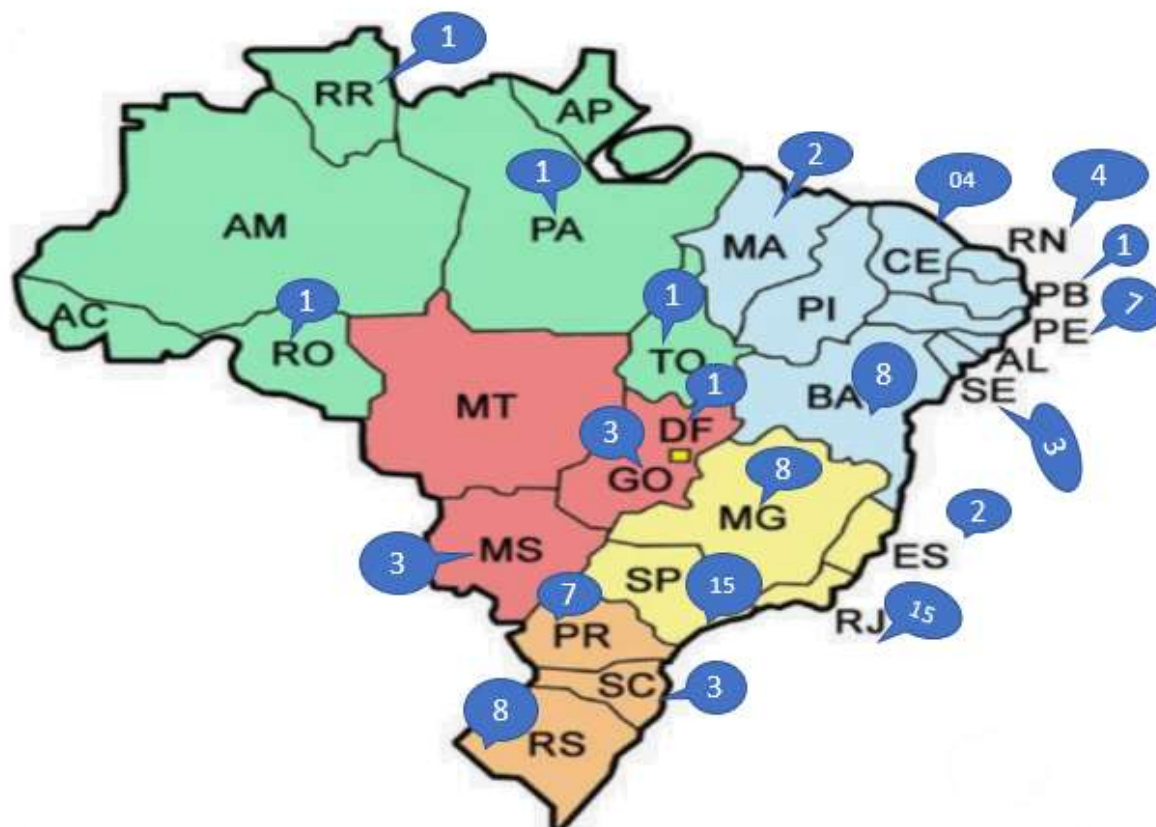
Gráfico 7 – Número de Dissertações e Teses Selecionadas por ano de Publicação



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Apresenta-se, a seguir, a estratificação dos trabalhos selecionados por tipo de instituição desenvolvidas em (instituições públicas ou privadas) e pelos estados onde foram realizadas as pesquisas. A Figura 12, apresenta as produções defendidas por estado.

Figura 12 – Amostragem das 98 Produções Analisadas por Regiões (Teses e Dissertações)



Fonte: Imagem do Google. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/576320083551631769/>. Acesso em: 06 set. 2020. Adaptada pela autora, 2020.

Com base na Figura 12, vê-se que a maior parte dos trabalhos foi realizada no Rio de Janeiro (15) e em São Paulo (15). Percebe-se uma proximidade entre os dois estados em relação às produções sobre temáticas como gênero e educação dos jovens com enfoque na aprendizagem, Programa Jovem Aprendiz e Lei de Aprendizagem.

O estudo também mostra os estados onde ocorreu a defesa das teses e dissertações. A maioria das pesquisas desenvolvidas pelos acadêmicos são de instituições públicas, conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Instituições onde as Teses e Dissertações Identificadas foram defendidas



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

O Quadro 06 abaixo, apresenta os autores(as) mais citados nas dissertações e teses. Para tanto, analisou-se os resumos e também as referências bibliográficas. Considerando as 98 teses e dissertações, foi possível encontrar 184 autores(as) mais referenciados nos estudos.

Os autores mais citados em teses e dissertações sobre a temática gênero, defendidas em cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em instituições educativas no período entre 2009 e 2019, consultadas na base de dados da CAPES: Scott (1990,1995, 2017), citado em 31 produções; Louro (1999, 2001, 2008, 2014, 2016, 2019), citado em 22 produções, Foucault (1987,1989 ,2002, 2016) citado em 19 trabalhos entre teses e dissertações; Beauvoir (1980, 2009), referenciada 6 vezes e Butler (2003, 2013) citado 3 produções. Na temática educação e trabalho destacam-se Frigotto (1995, 2010, 2012), citado em 25 produções; Kuenzer (1998, 2000) referida em 10 trabalhos; e Saviani (2007, 2013), citado em 17 trabalhos.

Como base metodológica, Bardin (1977, 2009) foi identificada em 20 produções e Gil (2008) em 17. Já Bourdieu (1983,1989, 2002, 2007, 2015) aparece

15 vezes. Ressalta-se, ainda, que Bernard Charlot (2006) foi citado em 4 trabalhos e Humberto Eco (2012) em 2 produções entre os trabalhos analisados.

A síntese dessa análise pode ser visualizada no Quadro 6, a seguir

Quadro 6 – Amostragem dos Autores mais Referenciados

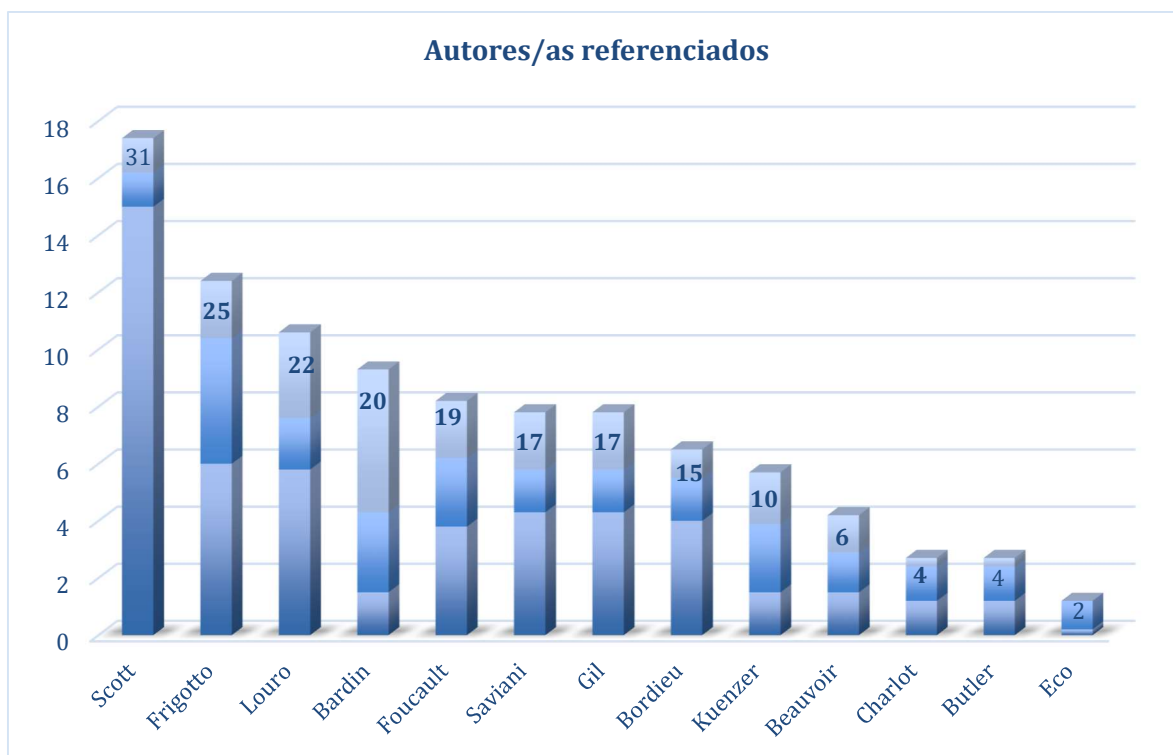
Autores	Anos	Quantidade
Scott	1990,1995,2017	31
Louro	1999,2001,2008,2014,2016,2019	22
Foucault	1987,1989,2002,2016	19
Beauvoir	1980,2009	6
Butler	2003,2013	4
Frigotto	1995,2010,2012	25
Kuenzer	1998,2000	10
Saviani	2007,2013	17
Bardin	1977,2009	20
Gil	2008	17
Bourdieu	1983,1989,2002,2007,2015	15
Charlot	2006	4
Eco	2012	2

Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Os autores(as) citados estão alinhados com a proposta deste estudo, no que tange à investigação sobre a aprendizagem e as perspectivas das alunas (gênero), inseridas no contexto educacional pelo Programa Jovem Aprendiz, com relação a sua preparação para o mercado de trabalho.

O Gráfico 9, a seguir, mostra o número de vezes que cada um dos autores foi citado nas teses e dissertações analisadas.

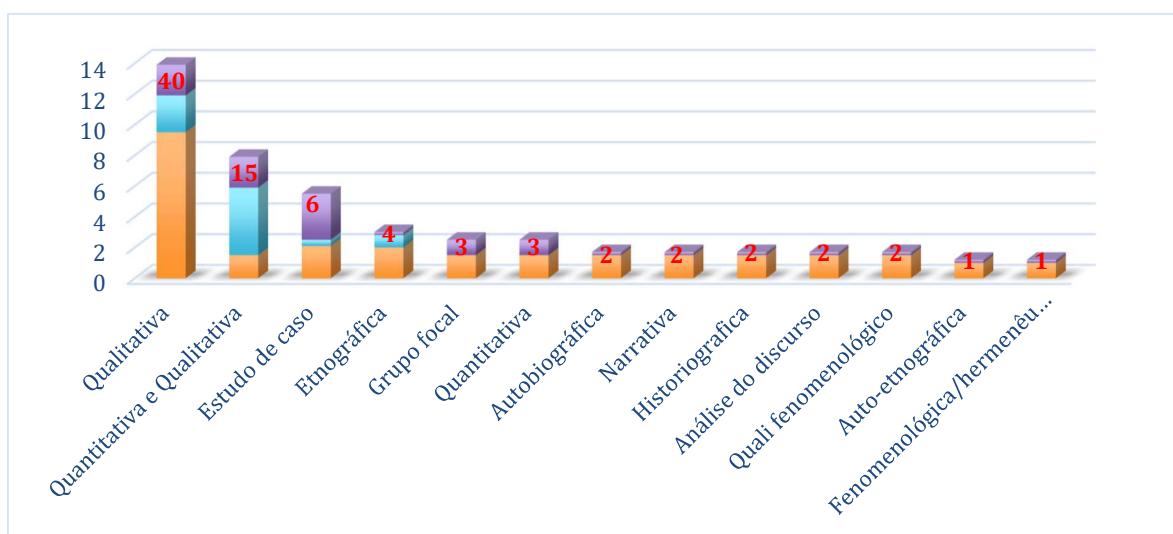
Gráfico 9 – Levantamento dos Autores(as) Referenciados nas Teses e Dissertações Analisadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O Gráfico 10 refere-se às metodologias mais utilizadas pelos pesquisadores. Identificou-se 40 produções desenvolvidas pela abordagem qualitativa; 15 produções pela abordagem qualitativa e quantitativa, observando também, outros métodos de investigação.

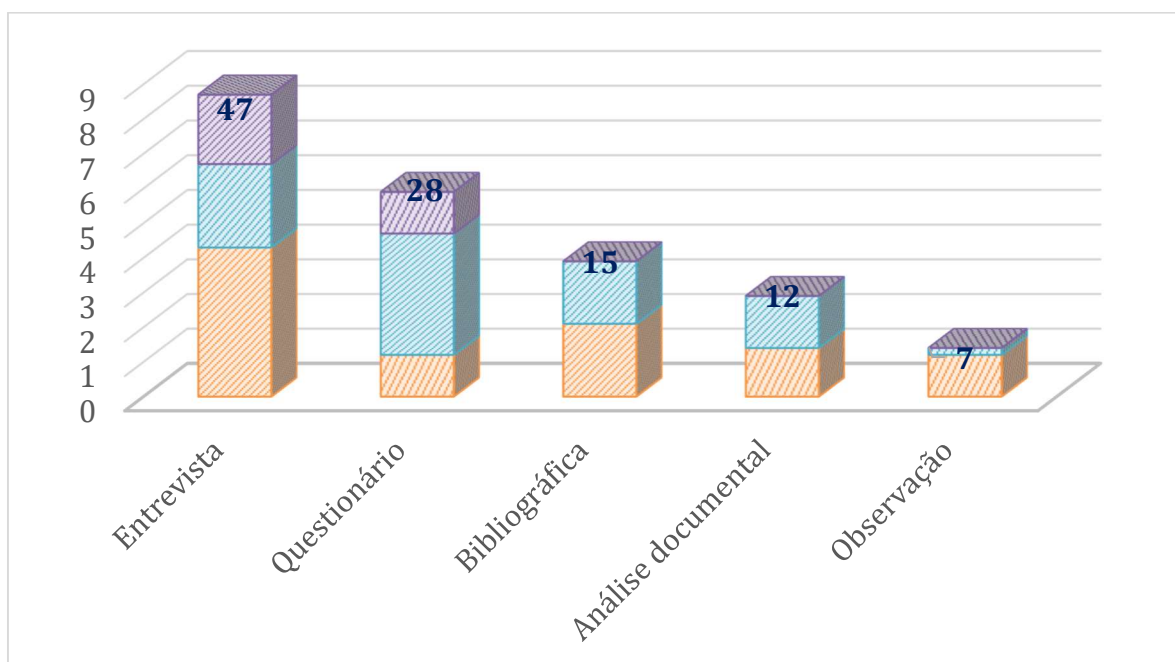
Gráfico 10 – Metodologias Utilizadas nas Dissertações e Teses Analisadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No Gráfico 11, podem ser visualizados os instrumentos de coleta de dados mais utilizados nas teses e dissertações analisadas. Neste sentido, observou-se o instrumento mais utilizado, foi a entrevista, que foi usada em 47 produções das teses e dissertações analisadas. Para essas entrevistas, foi usado um roteiro semiestruturado. O segundo instrumento mais usado foi o questionário, identificado em 28 das produções acadêmicas selecionadas. Em 15 trabalhos, foi realizada pesquisa bibliográfica; em 12, pesquisa documental e, em 7 trabalhos, foi realizada também observação. Considerando que entre as 98 produções analisadas, os pesquisadores utilizaram-se de mais de um instrumento para a coleta de dados.

Gráfico 11: Instrumentos de coleta de dados mais utilizados pelos pesquisadores



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ressalta-se que a pesquisadora optou pelos descritores como forma de aproximação entre as teses e dissertações revisadas e a temática em estudo, buscando contextualizar a problemática das perspectivas e aprendizagens das alunas em relação a sua preparação para o mercado de trabalho. A partir dos descritores, buscou-se um refinamento para chegar às “alunas, gênero” buscando teses e dissertações para corroborar a proposta do tema investigado.

Todas as produções analisadas indiretamente possuem uma relação com o estudo. Não foi identificado um trabalho que abordasse especificamente “as alunas”, englobando o enredo do tema proposto. Muitas produções abordam a inserção do jovem no mercado de trabalho, a temática do gênero no ambiente escolar, a mulher retratando o empoderamento feminino e os desafios do cotidiano das mulheres. É preciso considerar que as alunas participantes desta investigação são mulheres já inseridas no mercado de trabalho.

Por meio da busca pelos descritores Jovem Aprendiz, Aprendizagens, Alunas e Mercado de Trabalho e Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho identificaram-se em torno de 10.000 produções (por descritor) entre teses e dissertações, selecionadas, categorizadas e armazenadas em arquivo para análise. Das 98 produções analisadas, identificou-se 28 que abordam a temática gênero (alunas, mulher) e jovem aprendiz, as quais se aproximam com o estudo. A partir da análise qualitativa das produções, foi realizada a análise de conteúdo com base na proposta de Bardin (1977, 2016), conforme as categorias apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Seleção das Produções afins com a Temática

Jovem aprendiz, Aprendizagem	Alunas e Mercado de Trabalho	Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho
Produções 13	Produções 05	Produções 10
Total:		28 Produções

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A análise das 28 produções, considerando-se os critérios de inclusão, resultou em 12 produções diretamente relacionadas ao estudo no que diz respeito ao gênero e a jovem aprendiz. Essas produções encontram-se incluídas na pesquisa.

Na dissertação intitulada “**Significações de alunas e alunos cotistas do ensino médio técnico integrado do IFMS/campus Corumbá sobre suas perspectivas de futuro**” (LEIRAS, 2019), a autora fez uma investigação por gênero, sobre a perspectiva de futuro dos jovens do ensino médio, abordando política de cotas. A pesquisa desenvolveu-se no Campus do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), localizado na região do Pantanal, no estado do Mato

Grosso do Sul. Como objetivo geral destacou: “analisar e compreender as significações de alunas e alunos cotistas do ensino médio técnico integrado do IFMS/Campus Corumbá sobre suas perspectivas de futuro, de acordo com o gênero dos participantes, evidenciando os fatores que determinam e influenciam suas escolhas” (LEIRAS, 2019, p. 21). A metodologia foi qualitativa com a utilização de entrevistas semiestruturadas com 7 alunos, na faixa etária entre 16 e 18 anos. Em relação ao gênero, a pesquisa de Leiras destaca que o percentual de mulheres que concluem o ensino médio e o superior é mais elevado do que o de homens. A autora também abordou conceitos de gênero, a partir de Louro (2008) e Scott (1989), no que tange às perspectivas das alunas entrevistadas, destacando o interesse delas em dar continuidade aos estudos, conforme mostra a fala das alunas entrevistadas “eu, tipo quer ir mais além, fazer faculdade, superior”, e a dúvida com relação à escolha do curso e da carreira profissional: “tô decidindo ainda, entre Psicologia e Biologia” e ainda “queria fazer ou Gastronomia ou Fisioterapia” (LEIRAS, 2019, p. 145). Em suma, a autora destaca a perspectiva dos jovens e seu desejo pelo ingresso no ensino superior federal.

A pesquisa de Souza (2013), intitulada “**Abordagem de gênero sobre a experiência de alunos integrantes do Projovem Urbano na cidade de Aracajú-Sergipe**”, objetivou analisar as relações que os jovens participantes do *Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (Projovem Urbano)* estabelecem com as temáticas educação e trabalho, abrangendo o diálogo sobre educação, trabalho, qualificação, gênero e juventude. O trabalho buscou identificar o que pensam os jovens, homens e mulheres integrantes do Projovem, sobre as representações que estabelecem entre educação e trabalho. Para tanto, foi utilizada uma metodologia quanti-qualitativa, com estudo de caso, baseado em entrevistas semiestruturadas e questionário com alunos, professores e coordenadores da escola, com um total de 169 alunos participantes. No que diz respeito ao gênero, a pesquisadora, apoiada em Louro (1997), concluiu que, em determinado período, o percentual de homens que entraram no mercado de trabalho foi maior do que o de mulheres, embora o nível de escolaridade (ensino superior, mestrado e doutorado) das mulheres fosse superior ao dos homens. No que tange aos projetos profissionais dos alunos entrevistados, destaca-se o desejo de participarem de outros cursos

profissionalizantes e a inserção no mercado de trabalho: “o trabalho é uma maneira de sobrevivência que a gente tem, de conseguir as coisas que a gente quer” (SOUZA, 2013, p. 111), relato de uma das alunas entrevistadas, solteira com um filho. Souza (2013) aborda na pesquisa, ainda, a ausência das mulheres nos estudos, justificada por algumas por causa da demanda de afazeres domésticos e por outras por precisam convencer seus cônjuges. Em suma, a autora conclui que as mulheres que possuem filhos apresentam perspectivas positivas em relação ao futuro. Elas esperam ter inserção no trabalho e independência financeira após o curso.

Robora Santos (2019), em sua dissertação **“Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade”**, objetivou desenvolver um aplicativo (App), um jogo educativo, para desconstruir os estereótipos de gênero presentes nos contextos científicos e tecnológicos. Para a discussão sobre as relações de gênero, usou (LOURO, 1997, 2013; SCOTT 1995). A investigação foi realizada no IFS Campus Aracaju/SE, instituição pública da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A metodologia de sua pesquisa foi qualitativa e quantitativa, com uso de pesquisa participante, bibliográfica e observação. Para a análise dos dados qualitativos, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011). A discussão central do trabalho foi sobre educação profissional, relações de gênero, equidade e jogo digital, abordando a divisão sexual do trabalho e a entrada das mulheres na área científica tecnológica. Tudo isso pautado na cultura sexista. Segundo os dados da pesquisa de Santos (2019), a maioria das mulheres inseridas no mercado de trabalho são responsáveis pelos afazeres doméstico, acumulando, assim, funções. Segundo a pesquisadora, “trata-se, sobretudo, de desconstruir e despolarizar estereótipos que fixam a mulher em um lugar pré-determinado pela divisão sexual do trabalho e pela naturalização do que sejam qualidades femininas” (SANTOS, 2019, p. 36). Ela evidenciou que a mulheres são a maioria no ensino médio/técnico conforme o Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo INEP em 2014. No que tange ao ensino técnico da instituição participante, há mais homens do que as mulheres efetivamente matriculadas nos cursos técnicos. “É pertinente destacar que o perfil das/os estudantes é composto por: quatro mulheres e 12 homens; são jovens que se concentram na faixa etária de 12 a 25 anos” (SANTOS, 2019, p. 61). Em suma,

a foi criado o jogo “É jogando que se aprende a viver em igualdade: construção de games”. O jogo encontra-se disponível para download na *Play Store* para celulares Android, por meio do link: <https://play.google.com/store/apps/details?id=edu.ifs.ciem>.

Quanto à representação social de gênero, a dissertação de Santos (2019) aborda a seguinte temática: **“As mulheres na indústria: estudo das representações sociais e estratégia como prática social”**. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa, com base na análise de conteúdo de Bardin (1977). O objetivo geral foi “compreender, a partir da perspectiva das mulheres funcionárias de indústria automotiva de Curitiba as representações sociais atribuídas por elas no que se refere às ações estratégicas trabalhadas” (SANTOS, 2019, p. 8). As entrevistadas ocorreram com 08 mulheres trabalhadoras da indústria automotiva localizada na região metropolitana de Curitiba/PR.

A pesquisa aborda a representação do papel da mulher no contexto histórico, traz a trajetória das entrevistadas até chegar no cargo atual; assim como a discriminação dessas mulheres por parte dos homens dentro da indústria em função de seus cargos. Em relação à perspectiva de futuro, as entrevistas trazem o interesse das mulheres em relação aos estudos, sobre como iniciar novos cursos, fazer um pós, cursar inglês.

Conforme Santos (2019), no Brasil, quase 70% dos cargos gerenciais ainda são ocupados por homens. Em suma, no que tange às ações estratégicas, a autora concluiu, através da pesquisa e por meio da fala das entrevistas, que “elas vislumbram outras mulheres em cargo de gestão” (p. 92).

Na sequência, apresenta-se a dissertação de Costa (2019), intitulada: **“Políticas de promoção de igualdade de gênero nas últimas décadas: uma análise do conselho nacional de direito da mulher e pró-igualdade de gênero”**, a qual problematizou a exclusão da mulher nas relações de trabalho ao longo da história, abordando sobre discriminação e o papel submisso da mulher. Costa (2019) objetivou uma discussão sobre a igualdade de gênero através de iniciativas governamentais.

A autora voltou na história e abordou a figura da mulher como frágil e meiga, submissa ao homem, herdada da cultural portuguesa. Destacou Scott (1995) em

suas abordagens sobre gênero no que tange à divisão de atividades masculinas e femininas na divisão de papéis sociais. Assim, lembrando o marco da história e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, através da Lei nº 7.353/1985, relatou sobre o “reconhecimento do Estado quanto às desigualdades de gênero e a imposição de um papel inferior às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 23), considerando o código civil de 1916, que trazia restrições à mulher, que era vista como incapaz. A autora fez uma abordagem histórica, ressaltando o papel da mulher contextualizado na história, as desigualdades e as conquistas com a Constituição de 1988, a qual diz, no Art. 5º, que “todos são iguais perante a lei”. Costa destacou, ainda, em sua dissertação, a discriminação através de uma amostragem gráfica, abordando a desigualdade de gênero em nível de desemprego. Comparando as mulheres com os homens, ele verificou que a renda masculina era mais alta do que a feminina nos períodos investigados. Concluiu dizendo que “a luta pela igualdade feminina permanece sendo um desafio a ser superado, o processo de globalização não significa melhores condições de vida para grande parte da população, ao contrário, trazem novos desafios às minorias sociais” (COSTA, 2019, p. 77).

Na dissertação **“História oral de mulheres em cooperativas: o processo de empoderamento pela educação social na educação de jovens e adultos”**, Santos (2019) conta sobre a história de 5 mulheres trabalhadoras de uma cooperativa e como elas promoveram seu empoderamento por meio da educação social. Para tanto, analisou o discurso oral de trabalhadoras da cooperativa atuantes no movimento de Economia Solidária de Salvador através da Educação Social EJA (Educação de Jovens e Adultos), “[...] Educação Social pode ser entendida como a prática da área de conhecimento da Pedagogia Social, engloba as práticas educativas que acontecem fora do ambiente escolar” (p. 34). A pesquisadora aborda as desigualdades de gênero entre masculino e feminino com embasamento em Louro (1995; 1997) e Scott (1989) no que tange ao contexto histórico “retrato de pura discriminação sexista” (p. 24) e à emancipação feminina vinda através da inclusão no mercado de trabalho relacionado às lutas e conquistas das questões de gênero.

Através da análise de conteúdo de Bardin (2009), a autora apresenta a compilação da história e as entrevistas das mulheres participantes do estudo, que

obtiveram mudanças positivas em função do trabalho desenvolvido na cooperativa, assim promovendo seu empoderamento com a mediação da escolarização. Em suma, para compreender o lugar da mulher na sociedade brasileira, a educação é primordial para a conscientização sobre seus direitos.

“Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam em ensino técnico profissionalizante” é o título da dissertação apresentada para o Mestrado em Psicologia por Alves (2019). Essa dissertação teve como objetivo geral descrever como mulheres que moram em Curitiba e que têm tripla jornada constroem os significados através de suas multitarefas: atividades do lar, profissionais e educacionais. A pesquisa foi realizada com 9 mulheres participantes do curso de Podologia e Estética do SENAC. A metodologia usada foi qualitativa, descritiva e exploratória com entrevistas semiestruturadas. As entrevistas analisadas por meio de análise de conteúdo de Bardin (2004). Alves (2019) investigou a negociação de tarefas no lar, evidenciando que os homens possuem dificuldades com as atividades domésticas no sentido igualitário. Os discursos da pesquisa destacam a independência da mulher e sua necessidade de qualificação, assim como a articulação de tarefas domésticas com a vida profissional. Destaca a “participação feminina no mercado de trabalho venha crescendo, uma das maiores lutas das mulheres é desafiar a estrutura patriarcal” (ALVES, 2019, p.12), ressaltando o rendimento salarial maior dos homens. A pesquisa evidencia que os homens ganham mais do que as mulheres mesmo sem escolarização adequada para a função. Alves (2019) traz o simbólico acerca do papel da mulher na sociedade e as relações sociais construídas entre homens e mulheres a partir do sexo por meio de Scott (1995) e retrata as desigualdades de poder a partir de Louro (2003). A pesquisa relembra também a luta dos movimentos feministas em prol do sufrágio. No que se refere à motivação para o trabalho, destaca-se a fala de uma das entrevistadas: “o meu objetivo, assim, é abrir uma, tipo assim, abrir uma empresa para mim”. A autora concluiu a dissertação dizendo que as atividades do lar são sobrecarga para as mulheres. Além disso, muitas delas sofrem com a discriminação. Finaliza com a frase “fica evidente a importância de refletir sobre e trabalhar a conscientização da sociedade perante os papéis masculinos e femininos” (ALVES, 2019, p. 68).

Já Aguiar (2017) abordou como tema central **“Existo porque resisto: práticas de re-existência de jovens mulheres aprendizes frente às assimetrias de gênero”**. O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar como é ser jovem mulher e como as meninas vivenciam sua condição juvenil através de entrevistas e observações, realizadas com 12 jovens mulheres participantes do Programa Jovem Aprendiz. A autora problematizou questões de desigualdade de gênero e re-existência no mundo do trabalho e na sociedade, marcada pela discriminação sexista, e as responsabilidades da mulher com os trabalhos domésticos. Assim, abordando conceitos sobre gênero, discutiu a luta dos movimentos feministas em busca de direitos, contextualizando as desigualdades entre homens e mulheres. Aguiar (2017) concluiu que as jovens aprendizes participantes buscam, combatem, florescem e constroem novos espaços de luta à procura de mudanças nas relações sociais como forma de desestabilizar práticas machistas. Assim, as jovens aprendizes buscam “[...] uma luta de re-existência contra as normas de gênero que regulam e governam suas condutas no âmbito social” (AGUIAR, 2017, p. 119).

De acordo com Meireles (2018), sua tese problematiza **“Gênero e mercado de trabalho no Brasil”**, discutindo questões de desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Destaca como objetivo “contribuir para um diagnóstico sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e apontar fatores que possam estar atuando nas desvantagens delas em relação aos homens” (MEIRELES, 2018, p. 115). A metodologia utilizada foi a análise teórica da técnica da microeconometria³⁸ com aplicação de dados longitudinais obtidos nos microdados da RAIS, o que permitiu fazer um comparativo entre dados de homens e mulheres no mercado de trabalho, através da pesquisa de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) realizada com os países membros. Nesse contexto, a pesquisa abordou o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho no século XX. A pesquisa mostrou que, mesmo com o aumento do nível educacional das mulheres, elas não conseguiram atingir igualdade de oportunidades quanto a salários com relação aos homens. Segundo a OECD, “[...] a diferença salarial por gênero diminuiu mais lentamente e até estagnou desde o

³⁸ Microeconomia é definida como um problema de alocação de recursos escassos em relação a uma série possível de fins. Os desdobramentos levam ao estudo do comportamento econômico individual de consumidores, a Microeconomia é considerada a base da moderna teoria econômica, estudando suas relações fundamentais. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Microeconomia>. Acesso em: 05 jul. 2020.

final da década de 1990” (MEIRELES, 2018, p. 20), entre os anos de 1975 a 2000. A partir disso, a autora aborda a diferenciação salarial por gênero, conhecida como “teto de vidro”, retratando a ascensão das mulheres frente às desigualdades salariais, ressaltando os cuidados domésticos e o cuidado com os filhos como consequência de posições de hierarquia relativas aos rendimentos da mulher. A autora concluiu destacando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, porém referiu que as mulheres ainda carregam a carga das atividades domésticas, enquanto os homens possuem melhor remuneração por hora e maior jornada de trabalho.

Em sua dissertação, intitulada “**Gênero e mercado de trabalho: a inserção da mulher em cargos de chefia na indústria metalmecânica de Erechim**”, Fabíula Cátia Capeletto, identificou um reduzido número de mulheres atuantes no ramo metalmecânico em Erechim.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi qualitativa e os dados coletados por meio de entrevistas.

O estudo teve como foco as mulheres do setor da indústria metalmecânica de Erechim, possuindo como objetivo principal analisar o perfil, a trajetória profissional e as barreiras que essas mulheres tiveram que superar para conseguir chegar a essas posições (CAPELETTO, 2018, p. 6).

Abordando a inserção da mulher no mercado de trabalho e pesquisando sobre gênero, desigualdades sociais e as transformações ocorridas no mundo do trabalho, a pesquisadora discutiu a força dos movimentos feministas para buscar a equidade de gênero em relação ao trabalho, o papel da mulher, sua escolaridade e sua inserção nas universidades para poder atingir melhores oportunidade de trabalho. Ela trouxe, também, comparativos entre salário de homens e mulheres. “[...] Em relação ao debate de gênero, almejou-se contribuir trazendo elementos que colaborem na identificação das diferenças existentes entre homens e mulheres no ambiente de trabalho no setor da indústria” (CAPELETTO, 2018, p. 18).

Na dissertação “**Lei Nacional de Aprendizagem profissional: problematizações de uma política em disputa no mercado da formação profissional**” (COSTA, 2019), o autor fez um estudo contextualizando a história da Lei de Aprendizagem, com o objetivo de analisar as determinações históricas da política de aprendizagem profissional brasileira e também as mudanças

estabelecidas através da lei nº 10.097/2000, Lei de Aprendizagem. Assim, buscou problematizar o papel histórico da aprendizagem na formação para o mercado, buscando a referência histórica através do levantamento bibliográfico relativo a Lei nº 10.097. Para tanto, investigou artigos, reportagens, dissertações e instituições como o Pronatec, que atuam diretamente na formação dessa política. A fundamentação teórica está baseada em autores que abordam questões sobre trabalho e educação no contexto histórico e na legislação brasileira sobre a temática. Os resultados apontam que, considerando a história da educação profissional do país, os projetos de educação destinam-se à classe trabalhadora na sociedade capitalista.

Já na dissertação de Pfaffenseller (2014), a autora aborda como temática **“A formação de jovens para o mundo do trabalho a partir da lei da aprendizagem”**. Este trabalho teve como objetivo investigar a maneira pela qual os jovens são inseridos no mundo do trabalho amparados pela Lei da Aprendizagem Lei 10.097/2000 (p.6), a partir do discurso sobre trabalho e educação. O estudo foi de cunho qualitativo, com estudo de caso. Os dados coletados por meio de observação participante e de um questionário aplicado a 114 jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz. A pesquisa apresentou o seguinte problema: *quem são esses jovens vinculados ao Programa de Aprendizagem?* A pesquisa buscou compreender também as expectativas dos jovens em relação ao Programa. A autora discutiu sobre trabalho e educação e formação humana, destacando Kuenzer (1987), Frigotto (1984) e Saviani (2007). Sobre o exercício do trabalho e a formação profissional, um dos entrevistados, chamado de Aprendiz 3, respondeu que a formação profissional é “um começo no mercado de trabalho” (p. 86). A autora destacou que:

As escolhas profissionais dos jovens, influenciadas pelo capitalismo, assim como a formação dos trabalhadores atendem às demandas do mercado produtivo. Conforme Frigotto (1984) expõe na Teoria do Capital Humano, a educação é o principal capital humano, pois potencializa o fator trabalho. O processo educativo, seja escolar ou não, se reduz à produção de habilidades, desenvolvimento de atitudes e transmissão de conhecimentos, gerando capacidade de trabalho e produção (PFAFFENSELLER, 2014, p. 135).

Pfaffenseller (2014, p.138) finalizou o trabalho apontando para os altos índices de desemprego de jovens, os quais não possuem garantia de emprego após

o Programa e concluiu que “é possível considerar que os jovens atendidos pelo Programa de Aprendizagem referência neste estudo possuíam o mínimo dos direitos atendidos, relativo ao acesso à moradia, alimentação, educação e formação profissional”.

Revisados os trabalhos selecionados, apresenta-se, a seguir, no Quadro 8, a lista das teses e dissertações cujos temas estão diretamente relacionados à temática em estudo neste dissertação.

Quadro 8 – Teses e Dissertações Relacionadas Diretamente ao Estudo

Descritor de pesquisa	Tipo de pesquisa e ano	Nome do Autor	Tema
Alunas e Mercado de Trabalho.	Dissertação 2019	FERNANDA DE FIGUEIREDO COSTA LEIRAS	SIGNIFICAÇÕES DE ALUNAS E ALUNOS COTISTAS DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO INTEGRADO DO IFMS/CAMPUS CORUMBÁ SOBRE SUAS PERSPECTIVAS DE FUTURO
Alunas e Mercado de Trabalho.	Dissertação 2013	Lucyana Sobral de Souza	Abordagem de gênero sobre a experiência de alunos Integrantes do Projovem Urbano na cidade de Aracaju- Sergipe.
Alunas e Mercado de Trabalho.	Dissertação 2019	IEDA FRAGA SANTOS	ESTUDO DE RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: desconstruindo estereótipos para promover a equidade
Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho	Dissertação 2019	Carla Santos	AS MULHERES NA INDÚSTRIA: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL
Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho	Dissertação 2019	LARISSA MARIM DA COSTA	POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: UMA ANÁLISE DO CONSELHO NACIONAL DE DIREITO DA MULHER E PRÓ-IGUALDADE DE GÊNERO.
Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho	Dissertação	GRACIELA REGINES DE PAULA NASCIMENTO SANTOS	HISTÓRIA ORAL DE MULHERES EM COOPERATIVAS: O PROCESSO DE EMPODERAMENTO PELA EDUCAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho	Dissertação	RITA DE CÁSSIA ASSIS ALVES	Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam em ensino técnico profissionalizante.
Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho	Dissertação	Jéssica Sapore de Aguiar	EXISTO PORQUE RESISTO: Práticas de re-existência de jovens mulheres aprendizes frente às assimetrias de gênero
Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho	Tese	Débora Chaves Meireles	GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL
Gênero, Mulher e Mercado de Trabalho	Dissertação	Fabiúla Cátia Capeletto	Gênero e mercado de trabalho: a inserção da mulher em cargos de chefia na indústria metalmeccânica de Erechim'
Jovem aprendiz, Aprendizagem.	Dissertação	DOUGLAS HELIODORO FIRMINO DA COSTA	LEI NACIONAL DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL: PROBLEMATIZAÇÕES DE UMA POLÍTICA EM DISPUTA NO MERCADO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Jovem aprendiz, Aprendizagem.	Dissertação	Carina Pfaffenseller	A FORMAÇÃO DE JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA LEI DA APRENDIZAGEM
----------------------------------	-------------	-------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nesta perspectiva, contou-se com outros/as pesquisadores/as que trouxeram suas contribuições na abordagem da temática em estudo. Evidenciou-se nas pesquisas que muitas mulheres trabalharam fora e buscam um futuro melhor de crescimento profissional e equidade. Algumas produções específicas com meninas jovens, que participam de curso técnico profissionalizante, jovem aprendiz e outros afins, de modo geral todas buscam um futuro melhor, necessitam ajudar nas tarefas domésticas, abandono de cursos por motivo de gravidez, é um ciclo que se repete pela falta de políticas públicas que não são para todas. Já as mulheres mais maduras, atuantes em empresas e indústria, relatam aos pesquisadores que se deparam sim com machismo de colegas de trabalho, do marido, não possuem equidade salarial em relação aos colegas de trabalhos homens. Através das teses e dissertações foi possível evidenciar a necessidade de falar sobre a temática gênero, sobre as desigualdades, da falta de políticas públicas de direitos.

Neste sentido, ser pesquisador(a) não é uma tarefa fácil, mas a busca por aquilo que é novo aos olhos de quem investiga, sem saber o que pode acontecer pelo caminho, é desafiadora. Essa atividade exige disciplina. O real objetivo é contribuir com a ciência, realizando uma quebra de paradigma. Através da pesquisa de teses e dissertações, constatou-se novos pesquisadores, que elucidaram estudos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho, principalmente para jovens mulheres. A pesquisa nos faz contribuir com a ciência traçando novos rumos e paradigmas. De acordo com Edgar Morin (2011), paradigma significa um tipo de relação do que pode ser chamado de conjunção ou disjunção, daquilo que possui natureza lógica entre um conjunto de conceitos. Nos discursos sobre ciência, o percurso metodológico deste estudo faz uma amostragem do passo a passo da coleta de dados, os desafios de uma nova pesquisadora da educação.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Ser pesquisador é mergulhar no caos das próprias incertezas, um pulo no abismo, é uma busca no meio do abstrato, cada um com sua própria subjetividade. Não se tem nada concreto até que as ideias se formulam e vão construindo novos pensamentos e reflexões que se comprovam e se descartam no caminho.

A ciência faz-se por meio da observação, da experimentação e de outros métodos como forma de comprovação. Ela é feita daquilo que é possível ver e comprovar. Assim, para Kuhn, a concepção de paradigmas acerca da ciência diz respeito a dizer que paradigmas e problemas são soluções dos praticantes de ciência. Kuhn (2006) questiona se a ciência foi descoberta ou inventada. Ele apresenta o conceito de ciência como quebra de paradigmas.

O paradigma determina dados teóricos e procedimentos que irão se confirmando. Por meio desse processo, confirma-se o surgimento de paradigmas. De acordo com Marques (1992), a evolução das ciências como atividade humana está relacionada à questão dos paradigmas no sentido abrangente da ação humana, no sentido de conhecer seus eixos de mudanças.

As contribuições de Descartes para a pesquisa, seja na educação ou em outra área, é uma filosofia como essência da alma, no sentido de pensar e fazer transcender o imaginário das ideias. A partir daí, surgem as soluções e as descobertas que às vezes parecem inimagináveis.

A história da ciência ao longo dos séculos discute maneiras como as coisas foram sendo descobertas ou inventadas por meio de experimentações e de métodos utilizados por cientistas, matemáticos, filósofos, físicos e outros. Ser pesquisador na área da educação é trilhar um caminho novo que se abre para muitas pessoas, como estudantes de cursos de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - que estão se inserindo no meio da ciência.

Ser pesquisador é perceber a amplitude e sentir inquietações que se instalam no corpo e na mente. A própria busca pelo conhecimento dá-se como uma quebra de paradigma frente a algo que se descobre com a utilização de métodos investigativos. Para Eco (2012), a evolução das metodologias trouxe uma ideia para o pesquisador sobre como estudar, saber investigar e dosar os dados.

A metodologia estrutura-se em dois momentos diferentes, primeiro a descoberta da verdade e depois a transmissão da verdade descoberta. São dois momentos marcantes da pesquisa, nos quais não se podem perder informações relevantes. “Ao contrário do que sucede no paradigma actual, o conhecimento avança à medida que o seu objecto se amplia” (SANTOS, 2008, p. 76).

De acordo com Najmonovich (2003), o contexto filosófico acerca do método e de sua construção histórica aborda rupturas na busca pelo conhecimento. O feitiço do método é a busca pelo conhecimento científico e por suas descobertas. Nesse sentido, o feitiço do método são os caminhos realizados pelo pesquisador na procura por certezas e pelo conhecimento. As chamadas regras do método são um processo de investigação na busca pelo conhecimento certo. Assim, pode-se desfazer uma opinião e começar do zero. Romper com a ideia de um único método conduz à verdade, pois a renúncia de um tipo de método significa abrir-se para uma multiplicidade de significados.

Considerando a temática em estudo e a realidade na qual a pesquisadora está inserida, definiram-se procedimentos metodológicos a fim de atingir os objetivos propostos. Este capítulo apresenta a justificativa para a escolha do tema, a descrição do campo empírico, os participantes escolhidos e os instrumentos de coleta de dados. A pesquisa busca investigar as percepções das alunas em relação às aprendizagens e à sua preparação para o mercado de trabalho através do Programa Jovem Aprendiz, considerando o contexto sócio-histórico das participantes, suas vivências a partir do curso, a busca por conhecimentos, assim como a preparação para os desafios do mercado de trabalho.

Dessa forma, a pesquisa terá cunho qualitativo, buscando compreender os significados das crenças, dos valores, do comportamento e das vivências socioculturais de seus participantes. Nessa modalidade de pesquisa, o pesquisador encontra-se aberto a ouvir as necessidades e as contribuições dos participantes. Assim, esse método permite discutir particularidades e experiências de forma subjetiva. Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não vem enumerar dados estatísticos, mas fazer uma descrição sobre as pessoas e o local, buscando entender fenômenos, expectativas dos sujeitos envolvidos.

Nessa modalidade de pesquisa, o investigador vai a campo para coletar dados, faz observação, análise e interpretação de instrumentos, utiliza a escuta para

compreender a situação problema, foco de sua investigação. Cada ser humano traz sua herança cultural, ela não é optativa, é a partir das incertezas que surge a inquietude teórica, a busca pelo saber. “Quanto mais os campos científicos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas” (BOURDIEU, 2004, p. 30).

A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada na empresa de Serviços Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituição de educação profissional que oferece às empresas parceria através do Programa Jovem Aprendiz. A instituição localiza-se na cidade de São Leopoldo/RS.

Pesquisa de campo é um termo bastante comum entre antropólogos e sociólogos, que passaram a utilizá-lo na tentativa de diferenciar os estudos conduzidos em ‘campo’, ou seja, no ambiente natural dos sujeitos, daqueles desenvolvidos em situações de laboratório ou ambientes controlados pelo investigador (GODOY, 1995, p. 58, grifo da autora).

Dessa forma, a proposta investigativa dá-se no campo das Ciências Humanas e Sociais que envolve, em seu campo de conhecimento, o comportamento humano, relações humanas e o desenvolvimento em sociedade em seu contexto sociocultural.

A escolha da instituição participante deu-se em função do trabalho desenvolvido por ela há mais de 70 anos e por sua história de contribuição para a capacitação profissional de qualidade. A instituição tem a preocupação de preparar profissionais para atuarem em diferentes áreas do mercado. O Programa Jovem Aprendiz não é diferente, seu objetivo é preparar o jovem nas bases teóricas chamadas de UC (Unidade Curricular), para realizar a prática na empresa. A instituição é bem-conceituada no Mercado por causa da oferta de cursos profissionalizantes e por buscar de fato promover a mudança na vida das pessoas. Ela tem como missão educar para o trabalho. Isso se dá por meio do desenvolvimento de competências significativas de seus(as) alunos/nas.

Refletindo sobre a temática e buscando respostas, a pesquisa aborda as aprendizagens das alunas e os interesses e os motivos que as levaram a fazer o curso de Aprendizagem Profissional. É nessa perspectiva que o gênero e a inserção da mulher jovem no mercado de trabalho serão abordados e discutidos.

Como instrumentos de coleta de dados serão utilizadas entrevistas semiestruturadas e um questionário com questões fechadas para a obtenção de dados demográficos. Realizou-se uma busca bibliográfica acerca do tema no Banco

de Dados da CAPES para a obtenção de informações relevantes acerca da temática escolhida e contribuições de outros(as) autores(as) e de pesquisadores do campo da educação.

Para discutir sobre as aprendizagens das alunas participantes do Programa Jovem Aprendiz e sobre gênero, foi analisada a Lei de Aprendizagem e a legislação sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, abordando o contexto histórico.

Ludke e André (1986) admitem que a entrevista tem vantagens sobre outras técnicas, pois permite a captação imediata da informação que se deseja com relação aos mais diversos tópicos. A entrevista semiestruturada permite que o pesquisador faça os ajustes necessários de acordo com a situação para a obtenção de informações relevantes. Assim, a entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficaz para a coleta de dados e para a obtenção das informações desejadas.

Para fazer a coleta de dados, é preciso haver harmonia, ou seja, um clima favorável de forma que todos os participantes se sintam à vontade para falar sobre suas percepções. “Uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Para responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos e para analisar o conteúdo coletado, será realizada a triangulação de dados através da Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Bardin (2016) sugere diferentes fases para a análise de conteúdo, organizadas em polos cronológicos, definidos como:

Figura 13 – Três etapas da Análise de Laurence Bardin



Fonte: Imagem Google³⁹

3.1 Etapas do procedimento da análise de Conteúdo de Bardin 2016

Pré-análise: Consiste na organização do material, na sistematização das ideias e no desenvolvimento de um esquema. Assim, essa fase permite o levantamento de hipóteses, a interpretação e a elaboração de indicadores, através da “leitura flutuante”, buscando relações do indivíduo com aquilo que está sendo dito, a afetividade desta relação, escolher os documentos e, separar o foi coletado, explorar e retomar o problema levantado.

Nesta etapa da pré-análise, a regra da exaustividade consiste em definir um corpus, unificando todos os elementos, entrevistas, questionários. Descrever também, os problemas de acesso, mantendo o rigor da pesquisa. Após usa-se o critério de representatividade dos resultados, começando de forma heterogênea, buscando nesse universo a costura homogênea. Importante levantar hipótese, refletindo sobre tudo o que foi dito na coleta de dados, assim preparando para a codificação.

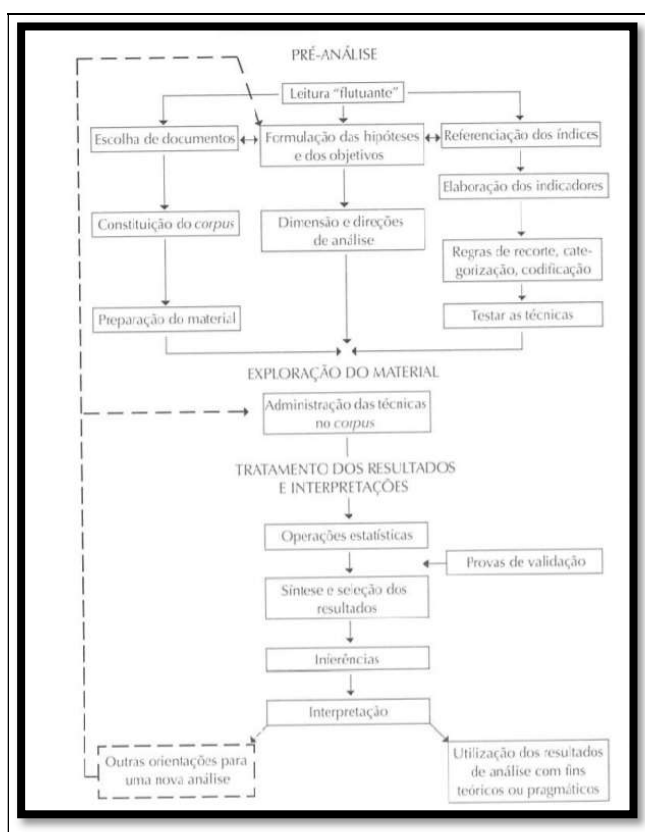
³⁹ Imagem Google. Disponível em: https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=XShheHYx&id=37C0AC64B8A068B83E4CF4FB52FE7A767E4E33A3&thid=OIP.XShheHYxnmRuoXi6sRLp1gHaDo&mediaurl=https%3a%2f%2fwww.researchgate.net%2fprofile%2fHumberto_Angelo%2fpublication%2f304711182%2ffigure%2fdownload%2ffig3%2fAS%3a379446306590722%401467478457513%2fFigura-3-Estrutura-do-metodo-de-analise-de-conteudo-Fonte-Bardin%2011.png&exph=275&expw=561&q=tripe+de+bardin+analise+conteudo&simid=608008867583100181&ck=724DC5ADA70FEB457E64B3AD0CA37F4B&selectedIndex=6&ajaxhist=0. Acesso em: 06 jul. 2020.

Exploração do material: Esse é um processo operacional de codificação e de registros. Consiste na aplicação manual de apropriação aos documentos a serem analisados. Neste momento inicia-se a transcrição das entrevistas gravadas na íntegra, mantendo sua conservação, após a identificação de códigos das participantes, através de planilha de Excel. Em seguida são analisadas as inferências.

Tratamento dos resultados obtidos: Neste momento se busca as inferências, seguindo com a interpretação controlada dos dados, a crítica da mensagem, se afastando para fazer uma leitura “aderente”. Buscando os significados, mitos, valores, o que esta no inconsciente, num discurso falsificado, uma análise psicanalítica, assim como as manifestações verbais, inferências, situações de comunicação. Analisar as atitudes, características psicológicas, crenças e ênfase política.

A Figura 14, traz as etapas da análise de conteúdo de Bardin (2016), sob a forma de um fluxograma.

Figura 14 – Desenvolvimento da análise de Bardin



Fonte: Análise de Conteúdo de Bardin (2016, p. 63).

Destaca o rigor, para obtenção dos resultados significativos, a codificação consiste no levantamento de hipóteses para enquadramento, onde o texto passa por recortes, enumeração para melhor análise das características e, definição de unidades por código para classificação das categorias.

O processo de categorização consiste na classificação dos elementos abstraídos na análise, um agrupamento por gênero para exclusão mútua (elementos repetitivos), da homogeneização da classificação das categorias, a pertinência se refere as ideias do processo de investigação, as características e mensagens da análise. Já a fertilidade procede a produtividade dos resultados obtidos, gerando novas hipóteses ou em dados exatos.

3.2 Caracterização do Estudo

A investigação foi realizada em uma escola da rede privada de ensino profissionalizante que oferece o curso de Aprendizagem Comercial, através do Programa Jovem Aprendiz (JA), promovido pela Instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituição brasileira de educação profissional voltado ao Comércio de Bens, Serviços e Turismo do País, localizada em São Leopoldo, região sul do Brasil. A escola foi escolhida em função do vínculo da pesquisadora com a instituição, pois trabalhou como Orientadora Educacional da Aprendizagem do Programa Jovem Aprendiz na Unidade do SENAC, localizada na cidade de São Leopoldo/RS.

A Instituição SENAC foi fundada em 10 de janeiro de 1946, através do decreto de Lei n^o 8.621, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. De acordo com o Art. 1^o, “fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial”. Segundo o parágrafo único, “as escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem”. Na mesma data da fundação da instituição, foi criada Lei n^o 8.622/1946, a qual “dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários,

estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências”. Segue o decreto:

Art. 4º a aprendizagem, que deverá realizar uma conveniente formação profissional dos praticantes, constará das seguintes atividades: a) estudo das disciplinas essenciais à preparação geral do empregado no comércio e, bem assim, às práticas educativas que puderem ser ministradas; b) estudo das disciplinas técnicas relativas ao setor do ramo de comércio escolhido; c) prática das operações comuns ao referido setor. Art. 5º Para a realização do disposto no artigo anterior, serão instituídas escolas de aprendizagem, como unidades autônomas, nos próprios estabelecimentos comerciais ou na proximidade deles, ou organizados cursos de aprendizagem em estabelecimentos de ensino comercial, equiparados ou reconhecidos. (BRASIL, 1946).

Assim, de acordo com o Lei n º 8.621, de 10 de janeiro de 1946, foi criada a instituição conhecida hoje como SENAC. Conforme o Art. 2º, “[...] a Confederação Nacional do Comércio (CNC), para o fim de que trata o artigo anterior, criará, e organizará o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)” (BRASIL, 1946).

A criação da Instituição SENAC teve como objetivo colaborar com o aperfeiçoamento do ensino profissional no setor de serviços de acordo com a Lei n º 8.621/1946. O Art. 3º ressalta que “o SENAC deverá também colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal”. Assim, “[...] exigindo sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos, ou estudantes a que faltarem os recursos necessários” (BRASIL, 1946).

Em 13 de Setembro de 1946, instalou-se, no Rio Grande do Sul, a primeira unidade da escola SENAC, a qual hoje com mais de 70 anos de existência, já capacitou mais de 7 milhões de gaúchos(as). A instituição tem como missão educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo. O SENAC-RS faz parte da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul – Fecomércio-RS, o que vincula a entidade ao mundo do trabalho por meio de 569 mil empresas do comércio de bens, serviços e turismo (SENAC, 2020).

Assim, a Instituição disponibiliza educação em todos os níveis, desde o Menor Aprendiz/Jovem aprendiz, cursos técnicos profissionalizantes, graduação e

Pós-Graduação. A Instituição possui duas faculdades – Faculdade SENAC, em Porto, e Faculdade de Tecnologia SENAC de Pelotas, e mais 41 escolas que oferecem cursos de educação profissional no Rio Grande do Sul. Há, no estado, 23 unidades SESC/SENAC. No total, o SENAC possui mais de 60 estabelecimentos para atender os 497 municípios gaúchos (SENAC, 2020).

Os cursos de Aprendizagem Comercial do Programa Jovem Aprendiz são oferecidos com gratuidade pelo SENAC-RS. A carga horária dos cursos varia entre 1.100 e 1.200 horas com atividades curriculares, divididas em teoria e prática supervisionada nas dependências da empresa (SENAC, 2020).

O Programa SENAC de Gratuidade (PSG) é resultado de um acordo entre o SENAC e o Governo Federal de 2008. O PSG oferece cursos de Aprendizagem e técnicos entre outros aperfeiçoamentos. Para participar do PSG, os candidatos deverão atender aos seguintes requisitos: pessoas com baixa renda, na condição de alunos matriculados ou egressos da educação básica e trabalhadores/empregados ou desempregados (SENAC, 2020).

O SENAC proporciona uma metodologia para desenvolver habilidades e atitudes, proporcionando situações de aprendizagem, assim promovendo a construção da cidadania. (SENAC, 2020).

Para participar do Programa Jovem Aprendiz (JA), o jovem necessita seguir alguns requisitos como:

adolescentes e jovens de 14 a 24 anos incompletos, que estejam frequentando escola regular, caso não tenham concluído o ensino médio. Os pré-requisitos, como idade máxima e comprovação de escolaridade, poderão ser flexibilizados no caso de jovens com deficiência (§5º e §6º do Artigo 428 e Artigo 433 da Consolidação das Leis do Trabalho) (SENAC, 2019, p.7).

O aprendiz atua nas áreas do comércio de bens, serviços e turismo, com o propósito de desenvolvimento pessoal e profissional, convivendo em diferentes contextos sociais e culturais, desenvolvendo a criatividade, a resolutividade e se apropriando das tecnologias e se engajando no mundo do trabalho.

O curso Aprendizagem Profissional em Comércio de bens, Serviços e Turismo busca promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos jovens. E também, atender à Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-

Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Essa lei dispõe, no Art. 402, que se considera “[...] menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos”. A instituição atende também ao Decreto-Lei nº 8622/46, que dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, sobre deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências; e a Lei nº 9.579/18, que dispõe sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e dá outras providências.

A partir da legislação, o SENAC, visa também colaborar com a construção das competências necessárias ao perfil dos profissionais que trabalham ou pretendem trabalhar nas diversas áreas desse segmento. A Aprendizagem Profissional em Comércio de Bens, Serviços e Turismo possui carga horária de 1.600 horas, divididas em 480 horas teóricas e 1.120 horas de prática profissional na empresa, realizadas em concomitância. O contrato do aprendiz poderá ter validade de até dois anos. (SENAC, 2020).

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atualizada pela Lei nº 10.097/2000, empresas de médio e grande porte devem cumprir uma cota que varia entre 5% e 15% de jovens aprendizes, de acordo com o número de funcionários.

3.3 Participantes do estudo

. A investigação foi realizada com 26 alunos/as, inscritos/as no Curso de Aprendizagem Profissional, através do Programa Jovem Aprendiz SENAC. Desta forma, as entrevistas semiestruturadas, realizadas com 03 alunas, onde investigou-se suas percepções, afim de responder aos objetivos. Para melhor categorização de análise, usou-se a metodologia de Bardin (2016). Já o questionário foi aplicado em 26 jovens, com 18 anos ou mais, matriculados no curso Jovem Aprendiz, onde buscou-se os dados demográficos, identificando o perfil do público matriculado no curso, em relação a situação socioeconômica familiar.

Para formalizar o aceite, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, conforme APÊNDICE A), para esclarecimento aos pais ou responsáveis pelas participantes. No caso das alunas com menos de 18 anos, o seu “aceite” foi através do Termo de Assentimentos (TA, conforme APÊNDICE B).

Já a jovem com 18 anos ou mais, assinou o termo (TCLE, conforme APÊNDICE C), e os jovens participantes do questionário deram seu aceite, assinando o termo (TCLE, conforme APÊNDICE D), destinado aqueles que possuem 18 anos ou mais.

Após receber as autorizações das/dos jovens e dos pais/responsáveis foi agendado o horário individual com cada uma das participantes, para dar início a entrevista semiestruturada, com 03 alunas e aplicação do questionário online, que foi enviado via WhatsApp para as 03 alunas entrevistadas.

Ressalta-se que as 03 jovens entrevistadas são de turma diferentes. Assim, como o questionário, também foi respondido pelos jovens de diferentes turmas, com 18 anos ou mais).

Para refletir acerca do discurso das alunas participantes do estudo, assim, identificadas como: Jovem Aprendiz (**JA1**), Jovem Aprendiz (**JA2**), Jovem Aprendiz (**JA3**).

3.3.1 Procedimentos éticos

A pesquisadora ateu-se aos cuidados éticos em relação ao estudo, assim, todos/todas as participantes obtiveram ciência do projeto através dos termos (TCLE (APÊNDICE A,C,D,) o termo TA (conforme APÊNDICE B,) de acordo com a Resolução 510/2016, que trata das pesquisas nas áreas das Ciências Humanas E Sociais, na perspectiva de abranger a diversidade e o contexto sócio-histórico dos envolvidos. Durante a investigação e a coleta de dados, não será revelada a identidade dos sujeitos participantes.

A pesquisa foi submetida a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)⁴⁰, pela Universidade – La Salle/Canoas-RS, para garantir os procedimentos éticos com todos/as envolvidos/as, garantindo o cuidado, respeito e ética, através do parecer de nº 4.748.971 e, registro CAAE⁴¹ nº 45831121.2.0000.5307 emitidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados.

⁴⁰CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do UNILASALLE. Disponível em: <http://unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1215>. Acesso em: 20 abr 2021.

⁴¹CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética.

Utilizou-se como instrumentos uma entrevista semiestruturada e um questionário com perguntas fechadas, a fim de realizar um levantamento demográfico do perfil das alunas participantes do estudo. A coleta de dados foi realizada individualmente, com cada uma das alunas inscritas do programa de aprendizagem. As entrevistas seguiram gravadas para a análise e transcrição de dados.

A escolha das alunas participantes do estudo ocorreu por meio da indicação do/a educador(a) responsável pela turma, mediante apresentação dos termos (TCLE).

As entrevistas ocorreram em um ambiente propício ao momento, de forma que cada aluna se sentisse à vontade para contribuir com suas vivências para a presente pesquisa.

Optou-se pela aplicação de questionário com perguntas fechadas de múltipla escolha para a coleta de dados demográficos sobre as alunas. O questionário (Apêndice E) disponibilizado na plataforma do *Google Forms*, foi respondido após o/a jovem consentir o “aceite” nos Termos. (APÊNDICE A, B, C e D).

As entrevistas realizadas de maneira semiestruturadas, a fim de responder aos objetivos específicos da pesquisa, com o intuito de obter as seguintes informações para análise: os fatores que mobilizaram as estudantes a participarem do Programa Jovem Aprendiz; suas percepções em relação a sua preparação para o mercado de trabalho; as contribuições do curso para sua formação; como elas veem a inserção da mulher no mercado de trabalho; suas angústias, incertezas e inquietações frente aos desafios do mercado de trabalho; sua subjetividade em relação a sua aprendizagem e à didática do professor; suas expectativas em relação ao futuro e à vida profissional; e outras situações relevantes com as quais queiram contribuir. Assim, será possível responder os objetivos propostos pela pesquisa sobre as aprendizagens das alunas e sobre suas perspectivas para o mercado de trabalho.

Destacam-se aspectos importantes analisados, a partir das falas acerca do tema abordado: desafios enfrentados, preconceitos, expectativas, aprendizagem, inserção no mercado de trabalho. Em relação aos riscos da pesquisa, a participante poderá se sentir constrangida e desconfortável em algum momento da entrevista. Caso isso ocorra a entrevistada poderá optar em não responder a pergunta. Neste sentido, haverá benefícios também, como o benefício direto, participar deste estudo,

proporcionará um espaço seguro de fala, onde será possível expressar a opinião e sentimentos. E como benefício indireto, a instituição coparticipante terá acesso aos dados do trabalho final para discussão e análise.

Assim, cada entrevista foi realizada individualmente após assinatura dos termos de Consentimento (TCLE) e Assentimento (TA), através de agendamento via WhatsApp, cada entrevista foi realizada individualmente, com a previsão de duração em torno de 20 minutos. Por último, foi aplicado o questionário para análise demográfica, com o intuito de identificar o contexto socioeconômico e cultural das alunas participantes. Nesse sentido, “uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Importante ressaltar o clima agradável e harmonioso no momento da coleta de dados.

3.4.1 Questionário

O questionário (APÊNDICE E) é um instrumento de investigação utilizado na pesquisa de campo. Pode ser utilizado tanto impresso como online. Com esse instrumento, é possível alcançar um grande número de participantes, obtendo dados relevantes como a abrangência do contexto socioeconômico e cultural das participantes. O questionário permite ao pesquisador(a) liberdade para a construção das perguntas de acordo com o estudo proposto. O questionário apresenta riscos como: participantes poderão se sentir constrangidos e desconfortáveis, assim para minimizar os riscos, o questionário será online e anônimo. Assim, como benefícios indiretos, onde a instituição coparticipante terá acesso aos dados do trabalho final para discussão e análise.

Conforme Gil (2002), um questionário consiste em traduzir os objetivos da pesquisa em itens redigidos. Não existem regras específicas para a elaboração do questionário. Essa construção é feita pelo pesquisador de acordo com suas necessidades para o alcance de seus objetivos.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 33), um instrumento utilizado para a coleta de dados, que cria uma interação com os sujeitos envolvidos, promove uma

energia recíproca entre o entrevistador e entrevistado. Assim, “na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluíram de maneira notável e autêntica”.

Na pesquisa qualitativa, antes da aplicação e da utilização dos instrumentos, faz-se necessário esclarecer os participantes acerca do tema proposto e dos objetivos, destacando a importância e a seriedade para responder as questões para que seja possível atingir os objetivos propostos, utilizando-se do estudo de caso, uma investigação empírica dentro do contexto da vida real que se apresenta, não havendo limites entre o fenômeno e o contexto. (YIN, 2015).

Gil (2002) ressalta, ainda, elementos essenciais para a elaboração do questionário, como: questões fechadas; perguntas devem estar relacionadas ao problema proposto; pergunta não deve sugerir resposta; as perguntas devem referir-se a uma ideia de cada vez; iniciar o questionário com perguntas mais simples e finalizando com as mais complexas; número de perguntas limitado; e evitar perguntas que possam influenciar a resposta.

3.4.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista (APÊNDICE F) é considerada instrumento essencial para a coleta de dados. Ela é muito utilizada em pesquisas das áreas das Ciências Sociais. Trata-se de uma atividade pedagógica que permite uma interação com os sujeitos envolvidos no estudo.

Ludke e André (1986) destacam a vantagem da entrevista sobre outras técnicas, pois permite a captação imediata da informação que se deseja relativa aos mais diversos tópicos. Conforme os autores, “[...] a entrevista semiestruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (p. 34). Ela permite ao pesquisador fazer os ajustes necessários de acordo com a situação para a obtenção de informações relevantes. Assim, a entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que se tornam eficazes na coleta de dados e para obtenção das informações desejadas.

Para Gil (2002), a entrevista é uma técnica de interrogação que apresenta maior flexibilização, podendo ser parcialmente estruturada e alterada pelo pesquisador que vai explorando o momento do discurso. A “[...] entrevista como

técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias” (GIL, 2002, p.117).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico, apresenta-se os resultados dos dados coletados através de questionário e entrevistas semiestruturada. O questionário foi enviado para uma das turmas do Senac do curso Jovens Aprendiz, considerando como critério, a turma com maior número de estudantes, assim, o questionário foi respondido por jovens do sexo feminino e masculino. A turmas escolhida possui 34 alunos/as matriculados/as, o questionário foi respondido por 26 estudantes, assim obteve-se o retorno de 92%, dos/as alunos/as pesquisados/as. Já as entrevistas, realizadas com 03 alunas, matriculadas no Programa Jovem Aprendiz, de diferentes turmas.

Ressaltando que o Programa abrange jovens estudantes na faixa etária de 14 a 24 anos, por isso, as alunas convidadas pela professora de cada turma, onde a pesquisadora acompanhou o processo, seguindo o critério das faixas etárias, então buscou-se: jovens mulheres estudantes na faixa etária de (14 a 16 anos = Jovem Aprendiz - JA-3); (17 a 20 anos = JA-2) e (21 a 24 anos = JA-1).

Por conta da pandemia no Brasil (Covid19), as aulas na Instituição estão acontecendo pela plataforma do google meet. Tanto o convite às alunas, quanto as entrevistas posteriores, foram realizadas na modalidade simultânea via google meet.

Como obtivemos empates nas escolhas, as alunas decidiram entre si, considerando o critério de suas idades. Então foram escolhidas *JA-1 com 23 anos de idade, JA-2 com 15 anos e a JA-3 com 17 anos.*

Após realizar a coleta de dados com as alunas participantes do estudo, a pesquisadora iniciou uma análise minuciosa do material coletado, a partir da análise de conteúdo de Bardin (2016). Através desta proposta, iniciou-se uma leitura flutuante, para o levantamento de hipóteses e interpretação consciente (hipóteses implícitas), seguindo a regra de pertinência dos indicadores que permitem a inferência. “A primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações,

fase chamada de leitura flutuante por analogia do psicanalista”. (BARDIN, 2016, p. 64).

4.1 Análise de dados

A análise de dados consiste no levantamento das informações, a partir da investigação de campo e interpretação a partir da proposta de Análise de Conteúdo de Bardin (2016). A partir dos dados coletados, destaca-se o rigor, para obtenção dos resultados significativos, os quais serão apresentados, iniciando pelo questionário, onde buscou-se identificar os dados sobre a renda familiar dos estudantes participantes do Programa Jovem Aprendiz da Instituição pesquisada.

4.2 Análise dos Resultados dos Questionários

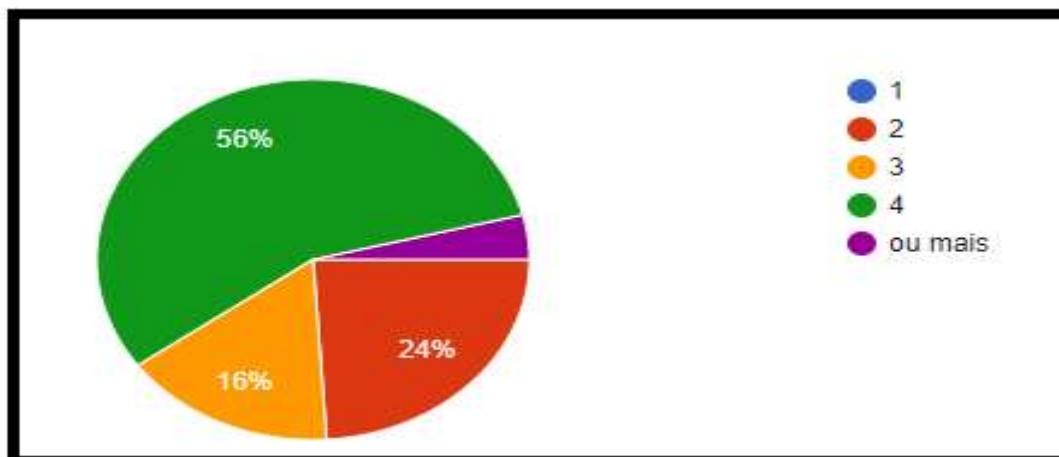
Apresenta-se neste tópico os resultados do questionário, analisados através dos percentuais, após a coleta de dados com uso deste instrumento confirme (APÊNDICE E).

Utilizou-se o questionário com perguntas diretas e fechadas para obtenção de dados sociodemográficos e identificação socioeconômica do público dos/das jovens estudantes do Programa Jovem Aprendiz, buscando respostas aos objetivos propostos. O questionário foi enviado para os estudantes inscritos no Jovem Aprendiz do Senac de São Leopoldo/RS. Assim, o questionário foi enviado para um total de 34 jovens, respondidas por apenas 26, validando a participação efetiva de 92% dos estudantes.

Os dados coletados através do questionário dissertados, onde realizou-se a análise e interpretação dos resultados. Assim, evidenciou-se o perfil do público jovem, estudante da Instituição pesquisada.

Seguindo com a análise dos dados coletados (gráfico 12), observa-se o número de pessoas residentes nas casas dos jovens pesquisados, identificando-se em média 04 pessoas por família com percentual de 56%, e 24% dos resultados apontou em média 02 pessoas por família, e 16% indicou 03 pessoas por família.

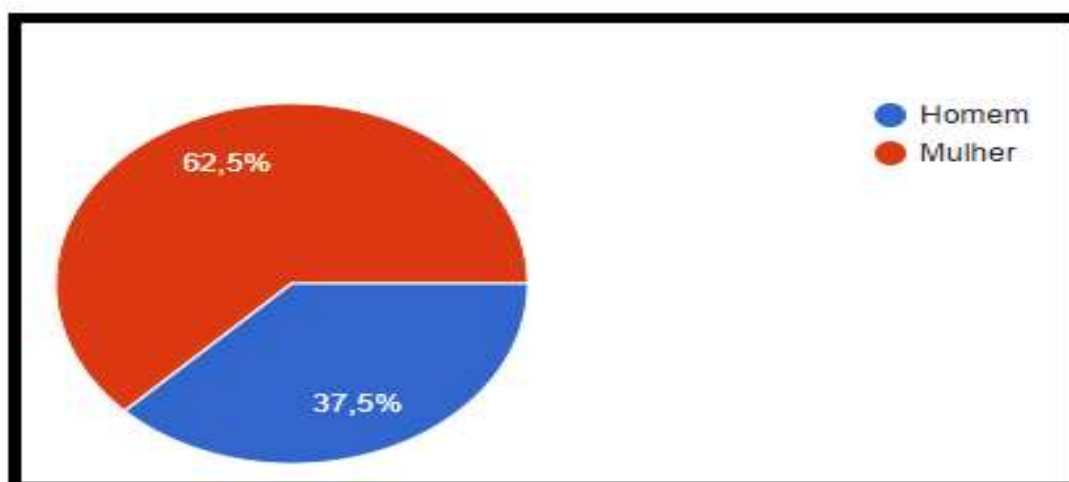
Gráfico 12 – Número de Pessoas com quem os Jovens Residem na sua casa



Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa 2021.

Em relação às responsabilidades de sustento da casa, evidencia-se uma prevalência feminina com 62,5% em relação à comparação aos homens 37,5%. Nesse sentido, entende-se que as mulheres ganham mais do que homens, pois são as provedoras do sustento do lar. Comparando com gráfico anterior, existe um número considerável de 04 pessoas residentes na mesma casa, conforme o gráfico anterior. Desta forma, o gráfico 13 aponta para a mulher como responsável pela pelo sustento familiar.

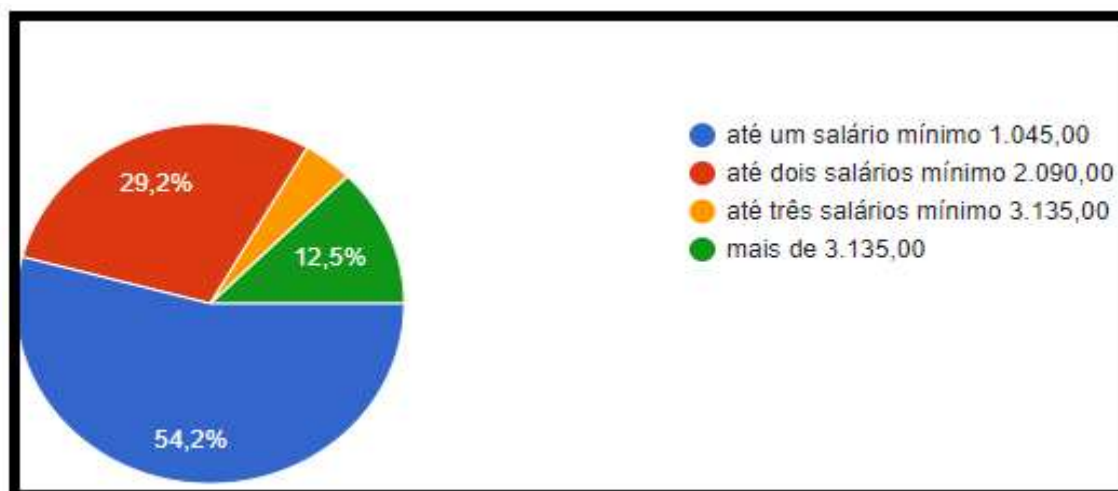
Gráfico 13 – Quem Sustenta a Casa



Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa 2021.

Assim, considerando as estatísticas de dados do IBGE (2020)⁴², proposta neste estudo em relação ao comparativo salarial por gênero, mulheres com mais escolaridade que os homens, ainda possui salário inferior, além da dupla jornada de trabalho, que incluir os afazeres domésticos. O que nos chama a atenção, é saber, que o público que faz o curso Jovem Aprendiz, apresenta vulnerabilidade social, em termos de necessidades econômicas. Evidenciou-se pela pesquisa, onde cada família possui em média 04 pessoas residentes na mesma casa. Assim, as mulheres ganham mais que os homens. O (gráfico 14), representa o valor da renda familiar, em média até um salário mínimo⁴³, ou seja, R\$ 1.100,00 para cada família.

Gráfico 14 – Renda Familiar



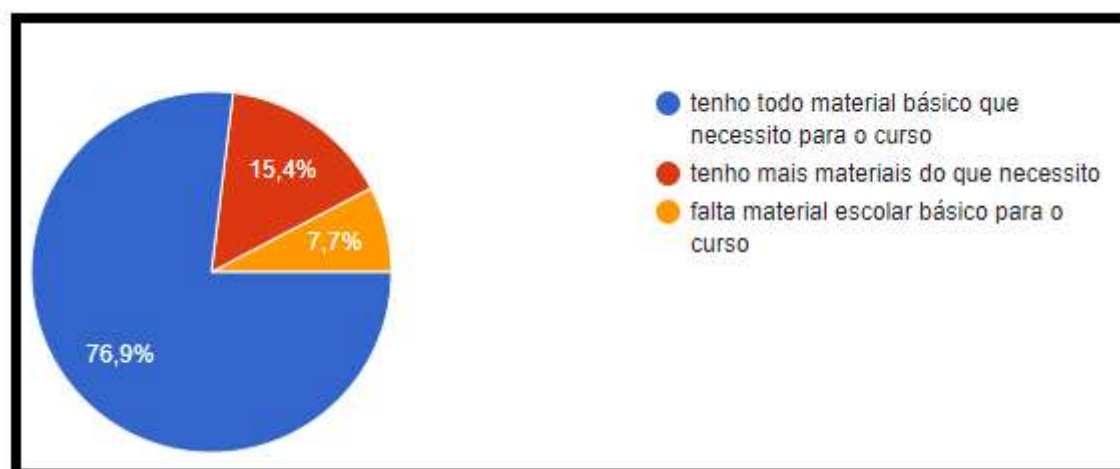
Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa 2021.

Considerando a média da renda familiar de até um salário mínimo, os jovens responderam sobre condições financeiras para suprir suas necessidades pessoais, assim, o gráfico 15, representa um número considerável de jovens que possuem apenas o material escolar básico e necessário para o curso Jovem Aprendiz do Senac.

⁴² Reportagem do Educa IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

⁴³ Ressalta-se que o projeto de pesquisa teve início em 2020, onde o valor do salário mínimo era R\$ 1.045,00. Considerando o reajuste do valor do salário mínimo no Brasil em 2021, este valor passou para R\$ 1.100,00.

Gráfico 15 – Dispõe de material escolar para o curso

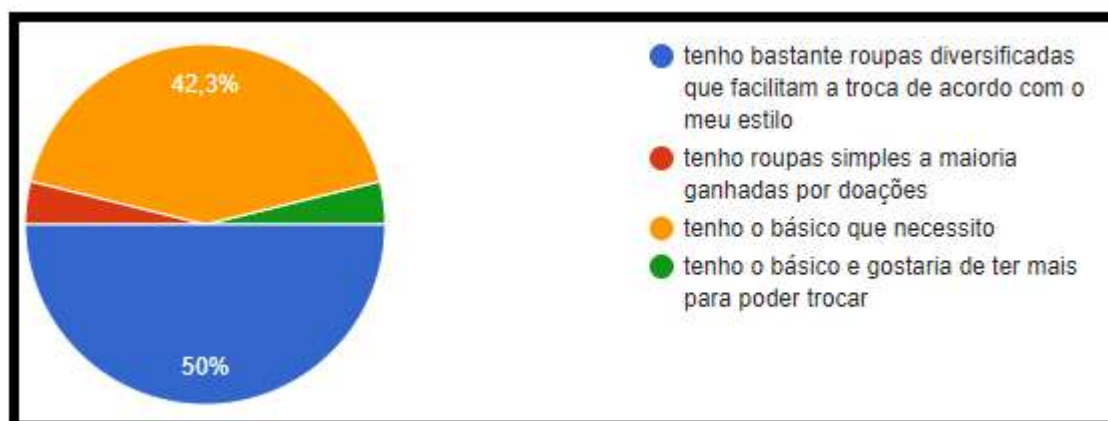


Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa 2021.

Há também um pequeno apontamento de jovens que possui um pouco mais do que o material escolar básico, em média de 15,4% respondem que tem um pouco mais do que o necessário e 7,7 responderam que falta o básico para o curso. Já 76,9% dos/as estudantes responderam que possuem de material escolar.

Assim, o gráfico 16 apresenta os dados sobre a vestimenta do/as alunos/as, em termos financeiros, no sentido de ter opções de roupas que facilitam a troca diária, de acordo com seu estilo juvenil, ou apenas o básico e necessário.

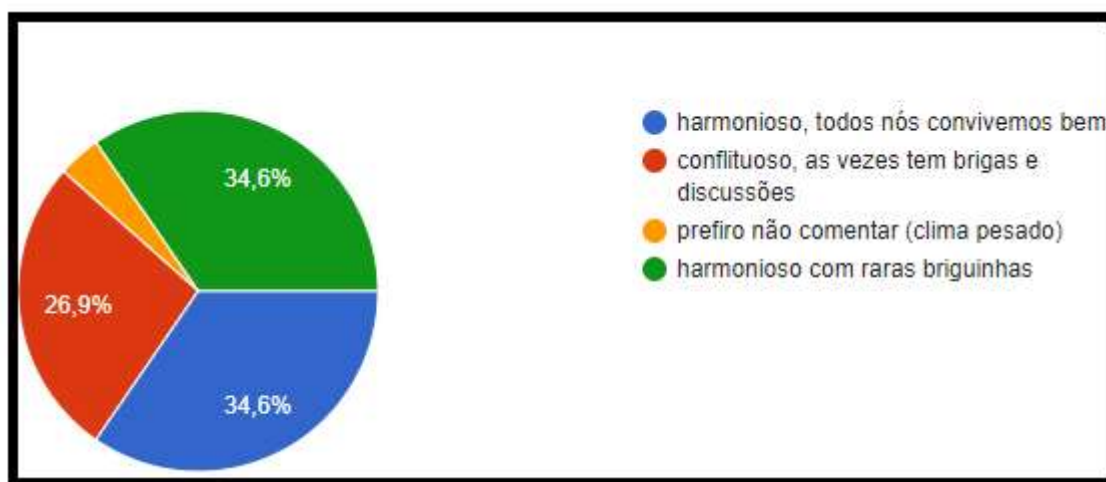
Gráfico 16 – O Jovem Possui Vestimentas Suficientes para uso



Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa 2021.

Observa-se que 50% possuem roupas diversificadas que possibilitam a troca diárias, já 42,3% possuem somente o básico, uma diferença de 7,7%. Sobre a pergunta se recebem doações ou se gostaria de ter mais roupas, não foi respondido. Considerando os aspectos sobre a situação econômica da família, questionou-se também, sobre o clima familiar, relacionado ao ambiente de convivência, conforme aponta o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Sobre o Clima de Convivência Familiar



Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa 2021.

Evidencia-se um clima familiar harmonioso e boa convivência, segundo os/as jovens que responderam ao questionário, assim em média 34,6% convivem de forma harmônica, com poucos conflitos no ambiente familiar. Importante ressaltar esta pergunta do questionário, que foi respondida em momento pandêmico mundial, onde as pessoas estão em total ou parcial isolamento para os cuidados contra o vírus da Covid19.

4.3 Análise dos Resultados das Entrevistas Semiestruturadas

As entrevistas realizadas com 03 alunas matriculadas no Programa Jovem Aprendiz, após o convite realizado em sala de aula através do google meet (devido a Covid19). As entrevistas ocorreram no mês de abril de 2021, onde a pesquisadora realizou contato com cada uma das alunas via WhatsApp para o agendamento das entrevistas, após receber os termos (TECLE e TA), conforme (Apêndice A,B,C), autorizado pelos pais/responsáveis e, consentido pelas alunas.

Cada entrevista ocorreu de forma individual com cada uma das alunas, uma das entrevistas, foi realizada durante a semana após o expediente de trabalho da jovem. Já as outras duas, ocorreram aos sábados pela manhã em diferentes dias. No dia de cada entrevista enviou-se o link do google meet via WhatsApp, para organização do momento. Antes do início de cada entrevista foi retomado os objetivos da pesquisa e orientações sobre o anonimato e, preservação da imagem de cada participante no estudo. Comunicou-se as participantes do início da gravação da entrevista, obtendo o seu consentimento. Assim, cada entrevista levou em média de 30 a 40 minutos cada. Para a preservação das alunas participantes usou-se os seguintes códigos de identificação: Jovem Aprendiz (**JA-1; JA-2; JA-3**). Partindo desta sequência, as entrevistas seguiram para a transcrição, seguindo esta lógica. Assim, a *JA-1 tem 23 anos de idade, JA-2 com 15 anos e a JA-3 com 17 anos*. O tempo das entrevistas ocorrerem em média de 20 minutos com cada uma delas.

Os dados foram analisados pela pesquisadora cuidadosamente, orientada por Bardin (2016), a fim de analisar as respostas, com as percepções obtidas durante a entrevista, e responder aos objetivos propostos.

Cabe ressaltar que através do questionário foi possível identificar do contexto socioeconômico e cultural das alunas entrevistadas. Neste sentido unificando os instrumentos, entrevistas e questionário para identificar quem são essas alunas, “O que Pensam, O que Dizem, O que Sentem” para contemplar aos objetivos específicos deste estudo. Após a leitura atenta das entrevistas, foi possível elaborar a construção de cinco categorias:

- * Curso Jovem Aprendiz: A primeira experiência de trabalho.
- * Inserção da mulher no mercado de trabalho.
- * Empoderamento feminino: aprendendo a se posicionar na empresa
- * O papel do/da docente do processo formativo e as relações de gênero no contexto escolar
- * Obstáculos a continuidade do trabalho e dos estudos.

Os resultados obtidos são tecidos na sequência, seguindo as cinco categorias, atendendo aos critérios da triangulação de dados, proposta por Bardin

(2016). Deste modo, as categorias, vem responder ao título incitante “Um Discurso Sobre Gênero em uma Escola Profissionalizante do Sul do Brasil. O Que Pensam, O Que Dizem, O Que Sentem, as Estudantes do Programa Jovem Aprendiz?”, onde buscou-se identificar, pensamentos e sentimentos através das falas das estudantes entrevistadas, sobre suas perspectivas e preparação para o mercado de trabalho.

Nestes termos, evidencia-se que a pesquisa foi realizada em período pandêmico, onde aulas passaram a ser na modalidade virtual, assim como algumas empresas aderiram a nova modalidade de trabalho home office. De acordo com a reportagem do G1, foi autorizado no estado de SC o ensino Homeschooling, pela lei autoriza a educação domiciliar, o projeto de Lei aprovado em 27 de novembro 2021, mesmo com o estudo domiciliar, estudantes serão fiscalizados pelos órgãos competentes como o Conselho Tutelar.

Assim, a categorização inicia-se pelo discurso sobre as vivências experienciadas no mercado de trabalho.

4.3.1 Curso Jovem Aprendiz: A primeira experiência de trabalho

Esta categorização, responde ao primeiro objetivo específico, onde buscou-se identificar os fatores que mobilizaram as estudantes a participarem do Programa Jovem Aprendiz. Neste sentido, receber a notícia de ser selecionada pela empresa, no cargo de Jovem Aprendiz, é o primeiro passo da inserção ao mercado de trabalho, ressalta a (JA-2)⁴⁴, *gostei bastante, pois seria a minha primeira experiência trabalhando, porque nunca havia trabalhado antes*. Todavia, obter esta visibilidade, de forma significativa e cultural, é oportunizar-se vivenciar as instabilidades de identidades de gênero simbolicamente (LOURO, 2008). Assim, oportunizando-se a vivenciar novas experiências no mercado de trabalho, enfrentando os desafios do cotidiano. Entretanto, “os jovens brasileiros são esforçados e trabalhadores e, muitos jovens têm conciliado o trabalho e estudo” (BRASIL, 2011).

De acordo com Abramo (2013), as mulheres mais jovens, tem necessidades de enfrentar seus familiares, pela falta de políticas públicas, que favoreçam a “conciliação e corresponsabilidade, no âmbito do trabalho e da família” (p. 42).

⁴⁴ A partir deste capítulo, as falas das alunas entrevistadas estarão identificadas em letra *Itálico*.

Para Santos (2019), as ideológicas sociais impactam negativamente na aprendizagem profissional, pois os jovens ingressam no mercado de trabalho já com estereótipos pela falta de experiência, reafirmados por colegas, gestores, assim dificulta o desenvolvimento de sua trajetória profissional, muitas vezes impactando em sua efetivação, após o término do curso de aprendizagem.

Realizar o processo seletivo nas empresas é um grande desafio, pois, gera sentimento de insegurança, nervosismo, ansiedade e a dúvida, conforme a entrevista da (JÁ 3), *fiz a entrevista na empresa, agora estou lá trabalhando*. Nesta perspectiva, a mulheres jovens no mercado de trabalho trazem consigo seu potencial, a criatividade, capacidade de promover mudanças, assim como a inovação e o desenvolvimento social, a erradicar as desigualdades (UNESCO, 2021). Pode-se dizer as desigualdades de gênero entre homens e mulheres, em seus postos de trabalho existe, mas não se limitam ao serviço pesado, mas ainda enfrentam a subalternidade de cargos masculinos e ao sexismo.

Para Vaz (2013), os desafios sócio-históricos enfrentados pelas mulheres, fortaleceu em sua qualificação e ingresso ao mercado de trabalho, superando obstáculos e, conquistando seu espaço, mas ainda buscam conciliar a vida pessoal com a profissional, tendo de dar conta da sobre carga de trabalho que muitas vezes não é remunerado.

Já no caso da jovem aprendiz (JÁ-1), esta relatou: *fui encaminhada pela escola, para fazer o curso de jovem aprendiz, estou gostando muito*. Percebe-se por meio das falas, a importância de participar do curso e iniciar a sua trajetória profissional, *estava em casa, quando recebi a ligação da empresa, onde deixei currículo e, perguntaram sobre o meu interesse em trabalhar nesta empresa, após a entrevista, fui selecionada*. A aprendizagem profissional, engajada ao ensino médio, tem favorecido jovens na continuidade do término dos estudos e ingresso no mercado de trabalho (OIT, 2014). Então procedeu-se os encaminhamentos, conforme enunciado: *o setor de Recursos Humanos da empresa, me explicou sobre o funcionamento o curso, onde faria o estudo teórico no Senac e a prática na empresa (JA-2)*.

Nesse sentido, ressalta-se a falta de políticas públicas de forma eficiente para todos/as os/as jovens do Brasil, realmente tivessem condições de somente estudar sem precisar trabalhar, o que é um privilégio para poucos.

Considerando a faixa etária de jovens no Brasil de 15 a 29 anos, “tal idade não deveria precisar trabalhar, mas estar apenas estudando para conseguir melhor colocação na vida e ter mais tempo para formação, ou em trabalhos que colaborassem na formação dos jovens de forma gratificante”. (ABRAMOVAY e CASTRO 2015 p.18). Corroborando, Santos (2019), “(...) a Lei da Aprendizagem (LA) colabora com esse sentido atribuído pelos jovens. Sabemos que o mercado de trabalho é, de maneira geral, intolerante a erros. Se não fosse pelo amparo da (LA), teríamos índices elevados de desligamento de aprendizes” (p.109).

O Programa Jovem Aprendiz vem oportunizar a inserção de jovens ao mercado de trabalho, de acordo com o levantamento de dados demográficos, o questionário desta pesquisa, constatou uma necessidade de trabalho para ajudar no sustento do lar e na compra de seus pertences pessoais. *Depois do término do curso Jovem Aprendiz, espero continuar trabalhando no mercado, até encontrar outro emprego melhor, para pagar meus estudos (JÁ-2)*, questionou-se no que a jovem gostaria de cursar na faculdade, assim como sua área de atuação, *gosto bastante de animais, de cuidar deles, entender um pouco sobre este assunto, acho que que optaria por Biologia (JÁ-2)*. “Vale lembrar que as mulheres e, em especial, as meninas compunham a maioria da força de trabalho dos setores mais dinâmicos da indústria, no começo do século XX em vários países da América Latina” (OIT, 2010 p.18).

Ressalta-se a inserção do jovem aprendiz na empresa sendo a primeira oportunidade de trabalho, mas se sabe que nem sempre o mesmo estará trabalhando naquilo que gosta, ou no que realmente gostaria de trabalhar. Pois, sua inserção se dá pela Lei de cotas de aprendiz, através da Lei nº 10.097/2000⁴⁵, em parceria com a Instituição formadora. Em suma, esta Lei de cotas de 5% a 15% de jovens, dependendo do número de funcionários da empresa, não oportuniza mulheres negras, pardas ou de outras etnias, assim as oportunidades de trabalho para todos/as jovens ajudam a “combater a pobreza, o desemprego e o trabalho precário também significa combater a discriminação impulsionada por estereótipos e papéis que põem as mulheres e a população negra em condição de maior vulnerabilidade” (OIT, 2010 p.83).

⁴⁵ **Lei nº 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm . Acesso em: 09 abr. 2020

De acordo com (JA-3), *a minha família tem uma lancheria, então, já trabalhava antes, mas gostaria de trabalhar em algo diferente, para crescer e evoluir em uma profissão*. Neste sentido, as tendências evidenciam que mulheres com baixa escolaridade tende a trabalhar na prestação de serviços de indústrias, enquanto a mulher de classe média, de escolarização a nível formal, tende a trabalhar na produção de itens de consumo, já as mulheres negras realizam o trabalho doméstico; onde os postos de trabalho parecem ter um certo controle do nível de escolaridade, assim como a boa aparência (CARNEIRO, 2019).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho,

[...] o mercado de trabalho no Brasil, assim como no resto do mundo, vem passando por transformações profundas. Um dos fatores responsáveis por essa mudança é o aumento da participação da mão de obra feminina. Além do mercado de trabalho, o sistema educacional também vem incorporando, ao longo do tempo, as mulheres. Esse espaço tem sido conquistado pela luta das mulheres, fazendo diminuir a distância entre homens e mulheres. Apesar de todos esses avanços, a mulher precisa estar atenta às manifestações de discriminação/preconceito, sejam de gênero ou étnico-raciais, bem como aos mitos e papéis de submissão/subordinação e de docilidade/desvalorização (OIT, 2010 p.92).

Nestes termos, as mulheres ainda lutam pela igualdade de gênero, as mais jovens sonham com um futuro promissor que garanta uma vida profissional estável, então o curso de aprendizagem “contempla adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos incompletos. Prevê uma proteção ao jovem aprendiz, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, tendo como prioridade o caráter educativo sobre o produtivo” (SANTOS, 2019 p.101), porém, não garante a efetivação nem permanência após o término.

4.3.2 Inserção da mulher no Mercado de Trabalho

Esta categoria, também se vincula ao primeiro objetivo, investigando fatores que mobilizaram as estudantes a participarem do curso, considerando aspectos importantes das falas, pois, é através do programa jovem aprendiz que ocorre a inserção das jovens ao mercado de trabalho. De acordo com OIT (2010), reforça sobre a importância da construção de uma sociedade igualitária, oportunizando trabalho para todos/as às pessoas sem discriminação, seja por sexo, etnia ou deficiência. De acordo com Pena (1981^a) a legislação trabalhista obteve-se aos

interesses do modelo de família patriarcal, onde foi estabelecido uma proteção em relação ao trabalho da mulher, direcionando-as dentro do berço familiar para melhor desempenho do seu papel (p.61). Neste sentido, identifica-se a falta de novas legislações para incluir a mulher no mercado de trabalho, com equidade, ou seja, todas as mulheres, negras, brancas, quilombolas, indígenas, deficientes e de diferentes identidades de gênero.

Durante a entrevista na escuta da fala da JÁ-1, chamou a atenção da pesquisadora, à força de vontade desta jovem de vencer na vida, falamos de uma mulher, estudante, com deficiência intelectual leve.

Atualmente as mulheres deficientes que alcançaram cargos de liderança nas empresas, durante o seu percurso acadêmico e profissional determinadas no desenvolvimento de habilidade como, a busca de qualificação, liderança, autoconhecimento e também, autoconfiança, para conviver com as diferenças. (OLIVEIRA, 2011).

Assim, a aluna JÁ-1 de inclusão relatou como foi o seu encaminhamento para a vaga, *a professora da sala de recursos, onde frequentei, solicitou meu atestado médico para dar o encaminhamento à empresa (JA-1)*, nestes termos, a pesquisadora buscou identificar o motivo da aluna frequentar a sala de recursos da escola, a mesma relatou, *frequentava salinha de recursos para melhorar minhas habilidades na sala de aula*. Ressalta-se que as mulheres e, também pessoas com deficiência, ao longo de muitos séculos, foram impedidas da participação social e de inserção ao mercado de trabalho (ANDRADE, 2021).

De acordo com a Lei nº 13.145 de 2015, dispõe sobre Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Logo após a entrevista foi solicitado para a aluna, o envio de seu laudo médico, e a mesma encaminhou pelo WhatsApp, onde consta CID 10: apresenta (F.70) que significa, Deficiência Intelectual - Transtorno do Desenvolvimento Intelectual - leve, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), desta forma a “inclusão social das pessoas com deficiência deve ser um dos objetivos nas sociedades que defendem os valores da solidariedade e da integração, além do respeito pelas diferenças pessoais” (OLIVEIRA, 2011 p.08).

Ressalta-se ao falarmos das mulheres, incluímos todas, independente de classe social, identidade de gênero, deficiência, etnia ou cor. É visível nesta jovem a sua força de vontade, o quanto o curso e o trabalho da prática na empresa, auxiliam no seu desenvolvimento de potencialidades.

A sociedade busca uma normatização de corpo perfeito, assim, “(...) a naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que comprem as sociedades e suas mais variadas especialidades (SILVA, 2009 p.26). Neste sentido, o corpo segue uma normatização social, visto como “normal”, aquele que não se encaixa com as regras sociais, sofrem estigmas, principalmente corpos de pessoas deficientes (ANDRADE, 2021).

Conforme a (JA-3) com 17 anos, *eu tinha 13 anos ainda, quando fiz meu primeiro currículo e, me inscrevi em várias vagas pela internet, mas nunca recebi nenhum retorno, desde meus 13 anos já tinha vontade de entrar para o mercado de trabalho, e continuou, minha família sempre teve lancheria, mas eu gostaria de algo diferente, então meus dindos levaram meu currículo na loja, desde então estou trabalhando lá como Jovem Aprendiz.* Assim, as mulheres jovens enfrentam dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, uma estatística brasileira preocupante, um dos motivos destacados pelos dados do IBGE seria o grau de instrução, ensino fundamental incompleto, entre aquelas que não trabalham e não estudam, são as que possuem filhos. (G1, 2015)⁴⁶. Desta forma, a OIT (2010), reforça:

as pessoas negras são maioria entre os mais pobres no Brasil e, no caso das mulheres, os determinantes de raça se entrecruzam e se potencializam com os determinantes de gênero, criando uma situação de maior vulnerabilidade à pobreza e dificuldades significativamente maiores de acesso a um trabalho decente (p. 22).

Para Louro (1997), aborda a visibilidade da mulher que parte deste mundo doméstico, partindo para o trabalho fora do lar, nas fábricas, oficinas, lavouras, ocupando outros espaços como lojas, escritórios entre outros. Neste sentido, a entrevistada (JÁ-2), ressalta sobre sua inserção no mercado de trabalho, *acho que é uma algo bom para mim, pois terei mais oportunidades, agora ultimamente é difícil*

⁴⁶ G1.COM, 2015.

encontrar emprego, ainda mais como jovem aprendiz, a maioria das empresas exigem experiência (JÁ-2).

No contexto atual, o trabalho da mulher ainda é visto como força secundária, a partir de uma hierarquização entre público e privado, no berço do núcleo familiar o homem é o provedor, a mulher é responsável pela área privativa (casa, lar, afazeres domésticos), por isso, é considerada “uma provedora secundária” (OIT, 2010 p.22).

Segundo a JÁ-3, também concorda, *acho que é um grande avanço para mim, pois, nunca tive a oportunidade de estar trabalhando em uma empresa diferente, nunca tinha me imaginado num lugar assim, que não fosse junto com meus pais.* Ressalta-se que a JÁ-3, é a jovem que sempre trabalhou auxiliando seus pais na lancheria da família.

Desta forma, observa-se uma perspectiva de futuro em busca de um trabalho melhor, reconhecendo que a sua inserção pelo Jovem Aprendiz, é uma porta de entrada, oportunizando vivenciar diferentes experiências.

4.3.3 Empoderamento Feminino: aprendendo a se Posicionar na Empresa

Está categoria também se vincula, ainda ao primeiro objetivo, onde identificou-se pelas falas das entrevistadas a importância do empoderamento feminino, também desenvolvido no curso Jovem Aprendiz, o qual objetivou-se identificar os fatores que mobilizaram as estudantes a participarem do curso. Dentro desta categoria, identificou-se outras características que fazem parte das perspectivas das alunas, como, aprendizagens sobre posturas e comportamentos, dentro do ambiente de trabalho, assim, *o curso ensina a se posicionar melhor dentro da empresa, a falar de forma correta, sou uma pessoa muito fechada, mas agora estou melhorando isto no meu trabalho (JÁ-1).* Conforme a Lei nº 13.146/2015, o Art. 34, dispõe sobre “pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. (BRASIL, 2015).

Neste sentido, a jovem continuou falando sobre seu perfil profissional, se descrevendo como uma pessoa reservada, *sou uma pessoa muito quieta, na minha, passo a impressão de estar brava, mas é apenas meu jeito de ser (JÁ-1).*

Desta forma, observou-se fatores motivadores em relação ao curso do Senac, de proporcionar a preparação para o mercado de trabalho, no desenvolvimento de aprendizagens significativas. Assim, *espero que mais a frente, diante, após o término do curso, quero colocar tudo o que aprendi em prática, como já venho fazendo, foi bom fazer este curso, porque, antes eu era muito envergonhada, tinha vergonha de falar, mas agora já melhorei bastante* (JÁ-2).

Neste sentido, “(...) prevenir a discriminação e a suprimir as desigualdades resultantes de atitudes, comportamentos e estruturas existentes, baseados em estereótipos sobre a divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres” (OIT, 2007). No entanto, estas aprendizagens, ajudam as alunas em relação ao seu empoderamento, com o intuito de promover a igualdade de gênero no mercado de trabalho, efetivando seus direitos.

Segundo a OIT (2007), o empoderamento da mulher proporciona uma autoconfiança, e um processo de conscientização e, ampliação de capacidades, assim como, poder e segurança na tomada de decisões, proporcionando ações transformadoras no ambiente em que se insere. A base deste empoderamento e fortalecimento se inicia no curso, conforme relato da JÁ-1, *está sendo uma aprendizagem muito boa, pois estou aprendendo muitas coisas e, o professor também pode ensinar mais um pouco, para aprendermos coisas novas, como por exemplo, se comportar, se defender, sobre nossos direitos*, então, neste sentido, utilizando a entrevista semiestruturada, questionou-se sobre os direitos a que se refere, *porque não conhecemos nossos direitos, muitas pessoas xingam a gente no trabalho, não nos respeitam, aconteceu uma situação no meu trabalho, onde um cliente xingou uma pessoa com deficiência (PCD), e não podemos fazer nada* (JÁ-01). No contexto social, se tornam visíveis atos de sexismo, comportamentos preconceituosos e hostilidade, para Kilomba (2019), a negação (não aceitação) do outro/a é uma defesa inconsciente do ego, uma recusa “para resolver conflitos emocionais”, a não aceitação da realidade, onde a pessoa nega ter pensamentos e sentimentos, de forma inconsciente acaba afirmando e expressando seu preconceito em relação ao outro/a (p.45).

Assim, a aluna entrevistada referiu-se aos direitos das pessoas com deficiência, e pela sua fala observou-se a importância deste fortalecimento, de uma estudante, mulher e deficiente intelectual leve, que como qualquer mulher está

exposta ao preconceito, discriminação de gênero, discriminação pela deficiência, vindas através de assédio moral, bullying ou pressão no trabalho.

Conforme a Lei nº 13.146 de julho 2015, dispões sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Assim, o Art. 5º se refere “(...) pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Infelizmente, a Lei não se desenvolve na prática, de acordo com o relato da JÁ-1, a mesma sofreu discriminação no seu trabalho. “A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio (SAFFIOTI, 2001 p.118). A pessoa que sofre assédio moral, passa por humilhação quando a situação se torna repetitiva no local de trabalho, causando hostilização e constrangimento frente aos demais (OIT, 2010).

No relato do JÁ-3, vinculado ao objetivo, que abrange os fatores que mobilizaram as estudantes a fazer o curso, observou-se suas expectativas em relação as aprendizagens, *as minhas expectativas são de aprender muito mais do que já estou aprendendo agora, para conseguir ter uma carreira, estabilidade... me deu um branco agora*. Neste momento, algo paralisou está jovem, que relatou, *deu um branco*, entende-se que não é uma pergunta fácil de responder, pois se remete a pensar no futuro, o que realmente se quer fazer da vida, suas incertezas e inseguranças, em seguida, a jovem prosseguiu, *tenho muito interesse pela área administrativa, contabilidade, algo neste sentido* (JÁ-3), se referindo as áreas do conhecimento, das ciências exatas. De acordo com a OIT (2010), “o aumento da presença feminina no mercado de trabalho, que tensiona o modelo baseado na divisão dicotômica entre a mulher cuidadora e o homem provedor, o avanço dos temas relativos à igualdade de gênero” (p.18).

O empoderamento prevê o desenvolvimento de princípios morais, na busca de uma cultura solidária e justa, na busca de democracia e igualdade entre mulheres e homens, visando a transformação social, valorização da diversidade, assim como a igualdade de oportunidades para diferentes etnias, identidades de gênero e cor no mundo do trabalho. (OIT, 2010). Neste sentido, a jovem entrevistada desabafa, *eu demorei para entrar no mercado de trabalho, porque meu pai achava que eu não conseguiria me adaptar com rotina de trabalho* (JÁ-1); pelo motivo da aluna ser uma

pessoa deficiente. Nestes termos, (...) principais fatores utilizados como argumento para limitar ou restringir a participação feminina no mundo do trabalho, ao promoverem reconfigurações nas relações de poder, também resultam na alteração de padrões de comportamento em relação ao gênero (CAPPELLE, 2004 p.13).

Importante voltar ao passado, meados da década de 70, na crescente industrialização e surgimento de novos comércios, surgem novas funções administrativas, onde os cargos vinham sendo assumidos pelas mulheres, como balconistas e secretárias (BRUSCHINI, 1981).

4.3.4 O papel do/a Docente no Processo Formativo e as Relações de Gênero no Contexto Escolar

Seguindo a análise de conteúdo de Bardin (2016), esta categoria propôs responder ao segundo objetivo específico, examinar o processo formativo e as relações de gênero no Programa Jovem aprendiz. Buscou-se investigar, aprendizagens significativas para as alunas entrevistadas, durante o curso, assim respondeu a (JÁ-1), *gostei bastante do tema sobre empatia, como valorizar nosso desempenho no trabalho, e observar como você se vê no trabalho, pois, antes do curso, eu não tinha iniciativa de entrar para o mercado de trabalho; e como ingressei agora, está sendo uma experiência nova pra mim, pois antes, nunca foi um projeto de vida.* Desse modo, motivar o aluno/a é estimulá-lo, de forma que o/a mesmo/a se sinta valorizado pelas suas contribuições, no debater, discutir, adquirindo novos conhecimentos (MASOTTO, 1937). Em seguida a aluna foi questionada, sobre o motivo de trabalhar nunca havia sido um projeto de vida, a aluna respondeu, *demorei muito para entrar no mercado de trabalho, porque meu pai pensava que não me adaptaria à rotina do trabalho.* Assim, percebeu-se uma super proteção do pai em relação à filha, que hoje trabalhando e estudando, se vislumbra em um futuro promissor, pois o curso à oportunizou em seu protagonismo e empoderamento feminino. O trabalho do docente e sua interação com o aluno/a constituem o fortalecimento das relações sociais (TARDIF, 2005).

O papel do professor/a tem uma importância significativa para o aluno/a, pois é ele quem dará muitas vezes, conselhos em relação a comportamentos, fará a escuta e sugestões de direcionamento para a vida futura, de jovens que muitas

vezes não apresentam maturidade para fazer escolhas, o curso através do programa jovem aprendiz, proporciona este fortalecimento, autonomia e segurança no ambiente de trabalho.

Já para o jovem JÁ-3, quando perguntada sobre as aprendizagens significativas, *respondeu, pra mim, está sendo importante a evolução que estou tendo, tanto pessoal quanto profissional, penso que é importante começar cedo a trabalhar, porque tem pessoas que começam só com 18 anos, assim aprender como se portar, para mim, sendo muito importante as aprendizagens do curso.* Aqui cabe ressaltar o quanto é importante a referência do docente na formação dos jovens, para oferecer orientações e direcionamentos, além da aprendizagem e desenvolvimento da maturidade. Já a jovem (JA-2) acrescentou, *gosto do curso, que contribui não só para mim, mas para todos que fazer o curso, como, por exemplo o tema sobre a nossa sexualidade.* Então, a jovem foi questionada através da pergunta semiestruturada, sobre a importância de se falar sobre a temática sexualidade no curso, *para aceitarmos não só os outros, mas também, nós mesmos, podemos ser assim. E porque sempre no mercado de trabalho tem alguém que é assim, do público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero); como se diz, até para aceitarmos os outros.* A abordagem de temas como sexualidade nem sempre fazem parte dos currículos escolares, mas é uma temática de extrema importância para a área da educação, pois, neste sentido, é uma forma de eliminar as barreiras de preconceitos na sociedade. O docente precisa se munir de informações, usando uma linguagem acessível, obtendo clareza das mudanças ocorridas na sociedade, de maneira justa, mesmo que sejam pequenas ações. (SILVA, 2016).

Destaca-se no curso a preparação dos/as estudantes, para o mercado de trabalho, baseado nas teorias e na experiência do/a professor/a, que nem sempre, tem prática de atuação na empresa em seu currículo. Sobre as aprendizagens do curso, corrobora a jovem entrevistadas, *as temáticas que nos ensinam, é para estarmos prontos, pois haverá clientes que serão mal-educado conosco, JÁ-2.* Nestes fatos, “[...] exigem conhecimentos adquiridos, habilidades de os aplicar em uma situação real” (MASETTO, 1937, p.71).

Destacou a fala da JÁ-3, *considero importante o professor, enturmar todos/as os alunos/as, para pensarmos juntos, todos os grupos os quais já participei foi muito*

produtivo e, para mim, é importante o trabalho em grupo, até na empresa, atualmente trabalho no estoque, quando todos pensam juntos, fortalece a união e a responsabilidade que precisamos ter para fazer as entregas.

Já no curso jovem aprendiz, *os trabalhos nos fazem pensar, como, por exemplo, no mês da mulher, novos conhecimentos adquiridos, para sermos responsáveis no curso JÁ-3.* No entanto, esta responsabilidade citada pela aluna se vincula ao seu empoderamento, trabalhado em sala de aula através de atividades pedagógicas, formadoras de alunos/as inseridos/as.

4.3.5 Obstáculos a Continuidade do Trabalho e dos Estudos

Já nesta categorização vem responder ao terceiro objetivo específico, onde buscou-se investigar situações, que pudessem impedir as alunas de concluir o curso dentro do Programa Jovem Aprendiz, tendo em vista sua não inserção no mercado de trabalho através do curso.

Seguindo este raciocínio, relatou a JÁ-1 sobre possíveis situações que podem ocasionar a desistência de alunas no curso, *penso que pode ser, pelo motivo de não se sentir à vontade no curso, eu me sinto bem, mas já teve colegas que não se sentiram bem no curso, ou não gostaram e acabaram saindo.* Aqui cabe ressaltar a falta de interesse⁴⁷ dos jovens, que é de fato, um dos motivos que causam a evasão escolar; como concorda a jovem entrevistada JÁ-2, *há desinteresse de alunas, por achar que terão outras oportunidades iguais, como esta ali na frente.* Assim, discorda a JÁ-3, ao relatar, *desiste por achar que é muito trabalho, muita responsabilidade e não aguentar.* Na reportagem do G1.com (2020),⁴⁸ segundo o levantamento de dados do IBGE, as principais causas do abandono escolar são, as necessidades de trabalho, gravidez, falta de interesse, trabalho doméstico. O trabalho doméstico ainda faz parte da rotina de muitas meninas conforme o relato da entrevistada, *depois do término da aula, eu ajudo em casa nas atividades do lar* (JÁ-2). Assim, outros aspectos da rotina da mulher, podem causar a desistência nos estudos até mesmo de construir uma trajetória profissional como “casamento e

⁴⁷ Falta de interesse no sentido de não se aproximar do objeto do conhecimento, dos estudos, não ter vontade de continuar estudando.

⁴⁸ Reportagem do G1.com. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/15/ibge-mede-o-problema-nacional-da-evasao-escolar.ghtml>. Acesso em: 16 Maio 2021.

maternidade sobre o trabalho da mulher, são mais sensíveis na economia urbana, onde as relações de trabalho são mais formais, com horários rigorosos e devido a deslocamento da casa para o trabalho, dificultam a conciliação de papéis (BRUSCHINI, 1981, p.59).

De acordo com a OIT (2014), sobre a força de trabalhos dos jovens no Brasil, de acordo com o sexo, homens jovens inseridos no mercado de trabalho, representam (66,4 por cento), bem mais do que as mulheres que representam uma taxa de (47,6 por cento). Deste modo, "(...) a incidência de menos mulheres quanto mais elevada é a instância de poder, ainda que o grau de instrução feminino seja superior ao masculino em todos os níveis considerados" (VAZ, 2019 p. 02).

Neste sentido, a mulher que trabalha fora acaba muitas vezes fazendo atividades parecidas com as desenvolvidas no lar, para se manter perto daquilo lhe parece familiar (LOURO, 2014), como se já tivesse experiência em algo, antes da iniciação ao mercado de trabalho, conforme relata e entrevistada **JÁ-1, que também ressaltou os afazeres domésticos como parte de sua rotina, faço as coisas de dentro de casa.** O fato é a sobrecarga para as mulheres, que além de trabalhar fora de casa, ainda dedicam seu tempo para estudar, cuidam do lar, filhos e animais de estimação. Segundo a OIT (2007), a "(...) maternidade e a divisão do trabalho com base no gênero, que atribui às mulheres a principal responsabilidade pela manutenção da casa e da família, são fatores determinantes de desigualdades de gênero entre os sexos (p.81).

Nestes termos, muitas mulheres enfrentam as desigualdades e, por necessidade enfrentam a dupla jornada é o caso das "mulheres casadas, mães muitas vezes sofrem pressão para aumentar a renda familiar, sendo uma necessidade de força maior pelo sustento, que acabam não se importando com a dupla jornada" (BRUSCHINI, 1981 p.60).

Corrobora Davis (2016), o trabalho doméstico se torna visível, devido aos cuidados, como sendo rotina, algo natural da mulher. Muitas meninas desde muito pequenas, acabam ajudando em casa em pequenas atividades, desenvolvendo habilidades como o cuidado, por exemplo. Assim, ressalta quando chego em casa é 19h, tomo meu banho, estudo um pouco, vou jantar, aí ajudo na louça e vou deitar, é isso" (JÁ-2). Segundo os dados do IBGE (2021), mulheres trabalham em média

21,3h semanais nos afazeres domésticos, incluindo o cuidado das pessoas da família.

Os cuidados domésticos passam de geração para geração, a mãe projeta na filha seu papel, visualizando-se sua continuidade, onde filha herda da mãe o cuidado, zelo se submetendo a desvalorização do trabalho doméstico (SEGATO, 1998). O processo de descolonizar o papel da mulher das marcas da história visa uma conscientização de uma sociedade abarcada pelo poder do homem branco, visto culturalmente como o chefe de família. *De acordo com o relato do (JÁ-3), sobre sua rotina, identifica-se o quanto a rotina das alunas é puxada em termos de estudo e trabalho; vou contar um pouquinho da minha rotina, então segunda de manhã, me lavo, tomo café, entro na live da minha escola, aí às 11:30 eu já me arrumo, almoço, e participo da aula do curso de tarde, após o curso, dou uma ajeitada nas minhas coisas, me organizo tomo café e faço as atividades da escola.*

Nestes termos, “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social (LUGONES, 2014, p. 940).

Para mulher é difícil a ascensão profissional, como se ela causa-se uma instabilidade de sua permanência para a empresa, visto culturalmente o marido como provedor do sustento, assim que o mesmo ganhar bem, a mulher deixará seu trabalho, no caso de gravidez a mulher acaba sendo rotulada pela sua falta de produtividade, além de correr o risco de demissão após o período de retorno da licença maternidade. Ressalta-se que “as dimensões organizacionais, perpassadas pelas relações de poder, abarcam também as relações de gênero vivenciadas no espaço de interação social, em que o homem desempenha o papel de dominador e a mulher atua como dominada” (CAPPELLE, 2004 p.03).

Apesar das barreiras das desigualdades de gênero, as estudantes entrevistadas trazem consigo, a força de vontade em lutar pelo seu espaço e alcançar seus objetivos de trabalho e estudo. Segundo a JÁ-1, *elas tão ganhando voz para mostrar que sabem fazer tudo, que elas podem trabalhar com qualquer coisa.*

Em relação as contribuições finais deste estudo, ressaltou *acho que consegui colocar tudo pra ti, de uma forma geral. Vi muita gente não querendo ir no curso,*

porque é cansativo, é de tarde, isso faz a gente desanimar, mas depois que passa a teórica, tu pensa em outras coisas no mercado de trabalho. As pessoas acham que é difícil e não tentam, tem gente que não tem interesse, vontade, eu não sabia que tinha curso pra gente (JÁ-3).

Nessa perspectiva, falta políticas públicas, para a promoção de uma visualização para o trabalho não remunerado da mulher, onde em muitos lares brasileiros, elas são submissas servindo ao homem, lhe oferecendo uma rotina confortável, onde o homem provedor, de poder, recebe pronto seu almoço, suas roupas limpas deixando a cargo da mulher os cuidados do lar e da educação dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS UM NOVO CAMINHO A PERCORRER

Ao iniciar esta etapa final da pesquisa, se conclui que os estudos não param por aqui, ainda há muito a ser investigado acerca da subjetividade de pensamento e comportamentos dos/as estudantes do Programa Jovem Aprendiz, a pesquisa foi realizada na Instituição Senac de São Leopoldo/RS.

O caminho a percorrer ainda é longo, quando se fala da inserção dos jovens no mercado de trabalho, parece se tornar algo pesado quando se falar da inserção das mulheres, um sentimento como se elas carregassem uma bagagem pesada nas costas. Pois, não é uma escolha fácil, estudar, trabalhar, ajudar das atividades de casa, enfrentar desigualdades pelo sexo feminino, cuidar de filhos ou irmãos menores. Mas acima de tudo os sonhos, o desejo de conquistar seu espaço, de vencer barreiras, preconceitos e seguir em frente. Foi isso, que percebi como pesquisadora, nas entrevistas olho no olho com as alunas JÁ-1, JÁ-2 e JÁ-3.

Assim, evidencio aqui as minhas percepções como nova pesquisadora, assumindo as responsabilidades não somente do título de Mestre e, sim o compromisso com a educação brasileira.

O título desta pesquisa tornou-se evidente em analisar *“um discurso sobre gênero em uma escola profissionalizante do sul do Brasil. O que pensam, o que dizem, o que sentem, as estudantes do programa jovem aprendiz?”* assim justificase a análise minuciosa das dos relatos sobre o que as alunas, pensam, dizem e sentem, oportunizando um espaço fala.

Ao ouvi-las foi o momento mais importante da pesquisa, a cada pergunta vinham respostas angustiantes, vontade de falar e colocar seus sentimentos para fora. Percebeu-se o quanto o curso do Senac é uma oportunidade de entrada no mercado de trabalho e vivenciar na prática toda teoria do curso. Desafios da convivência com colegas de trabalho, rotina doméstica corrida e puxada, para conciliar estudo e trabalho.

Assim, o objetivo geral, propôs-se analisar as percepções, comportamentos e vivências das estudantes participantes referente as aprendizagens e inserção no mercado de trabalho. Onde evidenciaram-se jovens vulneráveis que residem em média com quatro pessoas no seu lar, sustentado pela mulher, chefe da casa que ganha em torno de um salário mínimo.

A pesquisa responde aos objetivos específicos que foram, (a) identificar os fatores que mobilizaram as estudantes a participarem do Programa Jovem Aprendiz. De acordo com o estudo, as meninas percebem o curso como uma grande oportunidade de entrada ao mercado de trabalho, sendo protagonistas de sua própria história, vislumbrando novos horizontes a partir das aprendizagens do curso. Para responder ao segundo objetivo específico, (b) examinar o processo formativo e as relações de gênero no Programa Jovem aprendiz; a pesquisa constatou temáticas diversificadas que preparam a mulher para o mercado de trabalho. Onde são discutidos sobre o papel da mulher, diferenças salariais, sexualidade, direitos humanos. Senti as alunas fortalecidas no seu protagonismo feminino, com força de vontade de encarar a vida, realizar seus objetivos e sonhos.

Assim, as aprendizagens do curso, são preparatórias não somente para o trabalho, mas sim para a vida. Este entrelaçamento entre a educação e trabalho, como princípio educativo, traz valores e ensinamentos sendo uma base consolidada no enfrentamento de dificuldades e situações, fortalecendo os jovens, e preparado para a vida adulta.

Respondendo ao terceiro objetivo específico, (c) investigar fatos que possam impedir as alunas de concluir o curso dentro do Programa Jovem Aprendiz, tendo em vista sua não inserção no mercado de trabalho nesse momento. Evidenciou-se pelas entrevistas alguns motivos, como a falta de interesse pelo curso, ou ainda, por não se sentir à vontade ou preparada para este desafio. O estudo apontou outros fatores que podem ocasionar a desistência de jovens aos estudos, como a necessidade de trabalho, gravidez na adolescência, falta de vontade, trabalho doméstico ou até mesmo pela falta de oportunidades.

A pesquisa foi realizada em momento pandêmico, mas que não houve impedimentos, a Instituição Senac foi colaborativa com a documentação solicitada, as meninas acessaram o link da meet no dia e horário combinado. No momento de fazer a transcrição das entrevistas foi gratificante, porém cansativo, foram horas de idas e vindas na escuta dos áudios para não perder nenhum detalhe importante.

Penso que ser pesquisadora é uma escolha difícil, pois é um caminho solitário, exige abrir mão de momentos em famílias, fazer escolhas difíceis. Como mulher, tive que conciliar estudo, trabalho, cuidados da casa e da minha família. Neste período, eu também fui a provedora financeira do meu lar, os dados na

pesquisa evidenciaram que os jovens residem em média com quatro pessoas, a responsável pelo sustendo é a mulher que virou chefe de família.

Após a análise de dados, as entrevistas semiestruturadas foram organizadas em cinco categorias para responder aos objetivos propostos. Estas categorias foram motivadas pelos relatos das alunas entrevistadas. Assim, definidas: *curso jovem aprendiz: a primeira experiência de trabalho*; a segunda categoria abordou sobre a *inserção da mulher no mercado de trabalho*; a terceira sobre *empoderamento feminino: aprendendo a se posicionar na empresa*; a quarta categoria, *o papel do/da docente do processo formativo e as relações de gênero no contexto escolar* e por último, identificar sobre *obstáculos a continuidade do trabalho e dos estudos*.

Na entrevistas, foi possível perceber o quando as alunas gostam do curso, estão aprendendo novos conteúdos e temáticas inerentes a área da educação e social, como os discursos sobre gênero, mulher, sexualidade e comportamentos importantes no ambiente de trabalho.

Percebe-se que o Programa Jovem Aprendiz, fortalece essas meninas, mulheres que tem sonhos e buscam um futuro melhor. Assim, melhorar a qualidade de vida, esses elementos também aumentam a parcela do orçamento familiar para a satisfação de outras necessidades básicas, como a alimentação, vestuário e higiene. Uma das meninas entrevistadas é de inclusão, está chama a atenção da pesquisadora, pela sua força de vontade de querer trabalhar e conquistar se espaço e poder ser respeitada na sociedade.

Evidenciou-se nas falas a percepção das alunas em relação ao preconceito que muitas mulheres sofrem no mercado de trabalho, onde ainda existe discriminação quando mulheres ocupam cargos culturalmente, definido como masculinos, como cargos de liderança. Neste sentido a desigualdade se manifesta de diferentes maneiras para as mulheres, desde salários baixos, situações precárias de trabalho, humilhação em relação a sua capacidade, jornada de trabalho dobrada e dificuldade de promoção. Desta forma, existe o domínio hegemônico do homem branco, heterossexual que culturalmente tem poder.

A inserção como jovem aprendiz das empresas, dar-se-á ocupando, o cargo de Jovem Aprendiz, realizando tarefas simples como anotar recados, por exemplo, e ainda em muitos casos não se têm oportunidade de efetivação deste jovem no

término de contrato, onde as empresas buscam as contratações, apenas o fechamento de cotas. São poucos que tem uma oportunidade de efetivação, falta de políticas públicas para oportunizar estudos para os jovens, de forma que sua inserção possa ocorrer mais tardia, já direcionados para a sua área de atuação. Pois, são poucos que tem a oportunidade de fazer toda a graduação do ensino superior sem trabalhar. Esses sim, são privilegiados, pena que nem todos sabem aproveitar está grande oportunidade e acabam se perdendo em escolhas erradas.

A pesquisadora deste estudo, iniciou sua inserção no mercado de trabalho com 16 anos, trabalhando em pé, 08h por dia, numa fábrica de calçados, lembro do calor do verão, sob a telha de brasilit, estudando a noite para concluir o ensino médio.

A pesquisa também constatou que as meninas ajudam com o trabalho doméstico, nos seus lares, ajudar em casa é importante, com tarefas simples, mas importante estar atento as horas de trabalho doméstico realizado pelas mulheres, de forma que isto, não atrapalhe os estudos. Neste sentido, apesar das lutas das mulheres que não é mais pela igualdade e, sim equidade em relação aos homens, parece ainda ser um longo caminho a percorrer, as mulheres entrevistadas nesta pesquisa sabem disso, pois sentem na pele as diferença e desigualdades sociais entre homens e mulheres. Os desafios das mulheres para ocupar cargos de liderança no mercado de trabalho, se vincula a horas de trabalho a mais, onde geralmente é difícil para elas ter está disponibilidade, pois o seu compromisso no final do dia e a noite é outro, buscando filho da escola exercendo a função de dona de casa.

As desigualdades de gênero, raciais, étnicas são visíveis nos espaços de trabalhos, a mulher muitas vezes acaba desempenhando papéis simples, submissas aquele que tem o poder dominante que culturalmente se define por uma questão biológica, resquícios da cultura machista patriarcal que detém ao conservadorismo e as normatividades sociais.

Através do estudo, percebesse a falta de novas políticas públicas de eficácia voltadas para a educação profissional dos jovens, para que os mesmos possam ter mais oportunidades além do salário digno. Assim, este estudo buscou responder aos objetivos propostos, levantando inquietações sobre a falta de oportunidades as jovens mulheres, que se inserem no mercado de trabalho. E, assim, romper com

cultura do patriarcado e, as barreiras invisíveis do teto de vidro, na promoção de uma inserção justa com equidade sem sexismo.

E para finalizar este estudo, durante as entrevistas a pesquisadora entrevistou uma aluna com deficiência que foi a JÁ-2, na sua atuação como Psicopedagoga, despertou mais ainda o interesse em dar continuidade em suas pesquisas evidenciando a temática inclusão, é atual e emergente pelo enfrentamento de barreiras, preconceitos e discriminação no contexto social principalmente quando se fala de gênero.

REFERENCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: Uma força de trabalho secundária?** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade de São Paulo. 2007. Disponível em: file:///c:/users/karin/onedrive/%c3%81rea%20de%20trabalho/g%c3%8anero/tese_lais_wendel_abramo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

ABRAMO, Laís Wendel. **Trabalho decente e juventude no Brasil: a Construção de uma agenda**, em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Boletim Mercado de Trabalho, n. 55, ago/2013.

ABRAMOVAY Miriam. CASTRO. Mary Garcia. **Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira**. Cadernos Adenauer XVI (2015) nº1. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=55825619-323e-712f-2f0a-f7b2fb31b673&groupId=265553. Acesso em: 17 abr 2021.

AGUIAR, Jéssica Sapore. **Existo porque resisto: práticas de re-existência de jovens mulheres aprendizes frente às assimetrias de gênero**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social - Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Genero/Disserta%C3%A7%C3%A3o_J%C3%A9ssica%20Sapore%20de%20Aguiar.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

ALVES, Rita de Cassia Assis. **Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam em ensino técnico profissionalizante**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de Psicologia, Área de Concentração Psicologia Social Comunitária - Universidade Tuiuti do Paraná. 2019. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1763/2/SIGNIFICADOS%20ATRIBUIDOS.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

AMANTE. Vandrezza. **Catarinas: Jornalismo com perspectiva de gênero**. Disponível em: <https://catarinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/>. Acesso em: 26 abr 2021.

ANDRADE, Carolina Silva de. ARAÚJO, Josemar Figueiredo. **A dupla desvantagem da mulher com deficiência no mercado de trabalho**. Revista Âmbito Jurídico nº 141 – Ano XIX – Outubro/2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-dupla-desvantagem-da-mulher-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 27 jun 2021.

ANZALDUÁ. Gloria. **Como domar uma língua selvagem**. Traduzido por: Pinto, Joana Plaza. Santos. Karla Cristina dos. Revisão da Tradução: Vera Viviane. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, no 39, p. 297-309, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/Desktop/15->

anzaldua%C2%A6%C3%BC_como-domar-uma-lingua-selvagem.pdf. Acesso em: 26 abr 2021.

BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Persona, 1977.

BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Lane. **Mulheres na Defesa**: participação aumentou 97% nos últimos 16 anos. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/mulheres-na-defesa-participacao-aumentou-97-nos-ultimos-16-anos>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Vol 2: A Experiência Vivida, Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: BNCC.pdf. Acesso em 16 de abr de 2021.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 17- 69.

BRUSCHINI. Cristina. **Trabalho da mulher; igualdade ou proteção?** Caderno de Pesquisas (61). Maio de 1981.

BURIN. Mabel. **Género y salud mental**: construcción de la subjetividad femenina y masculina. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/G%C3%8ANERO/Burin_2010_Preprint.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.247**, 19 de Abril de 1879. Dispões sobre a Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852** de agosto 2013. Dispõe sobre Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 12 de dez 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146** de julho 2015. Dispões sobre: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 de Jul 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.071**, 1º de janeiro de 1916. Dispõe sobre o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.621**, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre: a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. SENAC. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8621-10-janeiro-1946-416555-normaatualizada-pe.html#:~:text=decreto-lei%20n%C2%BA%208.621%2C%20de%2010%20de%20janeiro%20de,rep%C3%9Ablica%2C%20usando%20da%20atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20conferi%20o>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.552**, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.121**, de 27 de Agos de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm#:~:text=Art.,forem%20insuficientes%20para%20atend%C3%AA%2Dlas. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.353**, de 29 de agosto de 1985. **Dispões sobre: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências.** Câmara dos Deputados: Brasília DF: 29 de agosto de 1985; 164º da Independência e 97º da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7353-29-agosto-1985-356957-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (ECA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Eleitoral. **Voto da Mulher**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Eleitoral, 2000. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, 09 de Jan de 2015. Dispõe sobre o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, Lei do Feminicídio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.579**, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9579.htm. Acesso em: 07 jul. 2020.

BUTLER. Judit. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER. Judit. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAPELETTO, Cátia Fabíula. **Gênero e mercado de trabalho: a inserção da mulher em cargos de chefia na indústria metalmeccânica de Erechim**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas - Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/An%C3%A1lise/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fabiula%20Parcial.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CAPPELLE. Mônica Carvalho Alves. Et al. **Uma Análise da Dinâmica do Poder e das Relações de Gênero no Espaço Organizacional**. RAE-eletrônica, v. 3, n. 2, Art. 22, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1663&Secao=FOR.ESTCRI&V olume=3&Numero=2&Ano=2004>. Acesso em: 26 de jun 2021.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

CARMO, Maria Edinalva de Oliveira. **O papel da mulher na Comunidade remanescente do Quilombo de Fojo e sua relação com a natureza**. ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. ISSN: 2525-4715 – Ano 2020, Volume 5, número 9, Janeiro – Junho de 2020.

CARNEIRO. Sueli (et al). HOLLANDA, H. B. de (Organizadora). **Pensamento feministas brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CASTRO, Vanessa M. de. **A formação humana sob o jugo do capital**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45579/1/2019_dis_vmdecastro.pdf. Acesso em: 04 fev. 2021.

CAVALHEIRO, Fernanda Tosatto. **Produção científica sobre teto de vidro: análise bibliométrica na base de dados do google acadêmico entre os anos 2010 a 2018**. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal da Fronteira Sul campus Cerro Largo. 2019. Disponível em: <file:///c:/users/karin/onedrive/%c3%81rea%20de%20trabalho/g%c3%8anero/cavalheiro%20disserta%c3%a7%c3%a3o%20teto%20de%20vidro.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.11, n.31, p. 7-18, jan/abr. 2006.

COELHO, Danilo. **Ascensão profissional de homens e mulheres nas grandes empresas brasileiras**. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260400727>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CONAQ. **Coordenação nacional de articulação das comunidades negras rurais quilombolas**. Disponível em: <http://conaq.org.br/>. Acesso em: 26 abr 2021.

COSTA, Douglas H. F. da. **Lei Nacional da Aprendizagem Profissional: problematizações de uma política em disputa no mercado da formação profissional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Análise/2019%20Dissertacao%20Douglas%20Heliodoro.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

COSTA, Larissa Marim da. **Políticas de promoção de igualdade de gênero nas últimas décadas: uma análise do conselho nacional de direito da mulher e pró-igualdade de gênero**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2019. Disponível em:

file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Genero/Costa_LM_me_fran%20(1).pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

DAVIS, Angel. **Mulheres, raça e classe**. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo. 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS – **DUDH**. UNIC / Rio / 005 - agosto 2009. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/SENAC%20UCs/DUDH.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS – **DUDH** e os OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – **ODS** – AVANÇOS E DESAFIOS. GOV.BR – outubro 2018. Disponível em: Cartilha - Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 21 abr 2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Sufrágio**: Voto em uma eleição. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sufragio/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Cogito**: Vem do verbo cogitar. Pensar insistentemente sobre alguma coisa; refletir acerca de: cogitamos uma maneira de o convencer; cogitava. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=cogito>. Acesso em: 09 ago. 2020.

DUARTE, C. Lima; CASTRO, M. Garcia; BANDEIRA, L. Maria; ARRUDA, Angela; RAGO, Margareth; HOLLANDA, H. B. de (Organizadora). **Pensamento feministas brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros: educação, cidadania e gênero pelas páginas dos jornais república e o estado em florianópolis na primeira metade do século XIX**. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Elizabete-Maria-Espindola-texto.pdf>. Acesso em: 18 de abr 2021.

FERRARI, Márcio. **John Dewey, o pensador que pôs a prática em foco**. Associação Escola Nova. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1711/john-dewey-o-pensador-que-pos-a-pratica-em-foco#>. Acesso em: 17 abr 2021.

FERNANDES, Cláudio. Família patriarcal no Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/familia-patriarcal-no-brasil.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERNANDEZ, B. P. Magna. **Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?** 2019. Disponível em: file:///c:/users/karin/onedrive/%c3%81rea%20de%20trabalho/g%c3%8anero/_tetodavidropisopegajosos.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FETTER, Shirlei Alexandra. **A “Ideologia” Do Azul E Do Rosa: Um Estudo De Caso Sobre Sexualidade E Gênero Na Percepção Dos Educadores Na Rede Pública De Ensino Em Parobé/Rs.** Projeto De Dissertação De Mestrado. Pós Graduação Universidade Lasa Ile - Unilasalle, Canoas/Rs.

FIDALGO, Fernando; MACHADO Lucília. **Dicionário da Educação Profissional.** Belo Horizonte: UFMG Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: O diário de uma hermafrodita.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. Tradução de Irley Franco.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Administração - Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>. Acesso em: 27 abr 2021.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada.** Páginas 89-95 do livro *Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil Parte II: IMPEACHMENT E RESISTÊNCIA*. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/Desktop/Capitulo-MarielleFranco.pdf>. Acesso em: 27 abr 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

FUKS, Rebeca. **Biografia de Marielle Franco.** Disponível em: [https://www.ebiografia.com/marielle_franco/#:~:text=Marielle%20Francisco%20da%20Silva%20\(1979,Liberdade\)%20no%20ano%20de%202016](https://www.ebiografia.com/marielle_franco/#:~:text=Marielle%20Francisco%20da%20Silva%20(1979,Liberdade)%20no%20ano%20de%202016). Acesso em: 26 abr 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. FIA. **Sistema S o que é, Importância e História.** 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/sistema-s/#:~:text=Surgimento%20do%20Sistema%20S,Pelo%20que%20falamos&text=O%20que%20existe%20s%C3%A3o%20institui%C3%A7%C3%B5es,o%20governo%20de%20Get%C3%BAlio%20Vargas>. Acesso em: 06 jul. 2020.

GARCIA, Campos de Adilson; DORSA, Cantero Arlinda, et al. Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória. **Revista Vozes dos Vales UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018** Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEX – ISSN: 2238-6424 – Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO.COM. G1. **Jovem Aprendiz**: empresas contrataram mais de 386 mil pessoas em 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/jovem-aprendiz-empresas-contrataram-mais-de-386-mil-pessoas-em-2017-22404353.html>. Acesso em: 13 de Set 2020.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GONDRA, José. **A emergência da escola**. Rio de Janeiro: Cortez, 2018.

GRABOWSKI Gabriel; KUENZER, Acácia Z. Perspectiva: revista do centro de ciências da educação. **Dossiê Pós-graduação em educação**: temas e controvérsias. Florianópolis: UFSC, volume 24 nº 1, janeiro/junho de 2006.

GUTIERREZ, Felipe. Desigualdades de salários entre homens e mulheres mais que dobra em 12 anos. **Folha de São Paulo**, 2005. Disponível em: <http://classificados.folha.uol.com.br/empregos/2015/05/1632713-diferenca-de-salario-de-admissao-de-homens-e-mulheres-aumenta.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.

G1 Globo.com. Esta foi a primeira mulher a se registrar como eleitora no Brasil. **Revista Galileu**, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2018/08/esta-foi-primeira-mulher-se-registrar-como-eleitora-no-brasil.html>. Acesso em: 11 jun. 2020.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 10 out. 2020.

IBGE. **PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 17 abr. 2021.

IBGE. **Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar.** Disponível em: [https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar.html#:~:text=Segundo%20a%20pesquisadora%2C%20no%20caso,%2C7%25\)%E2%80%9D%2C%20ressalta](https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar.html#:~:text=Segundo%20a%20pesquisadora%2C%20no%20caso,%2C7%25)%E2%80%9D%2C%20ressalta). Acesso em: 17 abr. 2021.

INDICA. Caderno de Boas Práticas: **Empoderamento de meninas.** 2016. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/3696/file/Empoderamento_de_meninas_caderno_de_boas_praticas.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ascensão educacional das mulheres.** Notícias de 27 de Jan 2000. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-142/21206. Acesso em: 16 jun. 2020.

KARAWAJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan-jun. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Monica%20Feminista%20artigo.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O voto feminino no Brasil.** Brasil Arquivo Nacional: Que República é essa? Portal estudos do Brasil Republicano, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html#:~:text=Em%2025%20de%20outubro%20de,do%20Rio%20Grande%20do%20Norte%20>. Acesso em: 11 jun. 2020.

KUENZER, Acácia Z.. **Educação e trabalho no Brasil:** o estado da questão. Brasília: REDUC/INEP, 1987.

KUENZER, Acácia Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Neusa C. **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

KUENZER, Acácia Z.. **Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psic. Clin**, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 409 – 425, set-dez/2018.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEIRAS, Fernanda de Figueiredo Costa. **Significações de alunas e alunos cotistas do ensino médio técnico integrado do IFMS/campus corumbá sobre suas perspectivas de futuro.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2019.

Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/ALUNAS/Dissertacao_Fernanda%20Figueiredo%20Costa%20Leiras.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (orgs.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 144-147

LOPES, E. M. Teixeira; FILHO, L. M. de Faria; VEIGA, C. Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre a sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Copyright 2014 by Revista Estudos Feministas. Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010. Traduzido ao português com o consentimento da autora. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIOTTI, Humberto. **Organizações de Aprendizagem: educação continuada e a empresa do futuro**. São Pulo: Atlas, 1999.

MARQUES, M. O. Os paradigmas da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.73, n.175, p.547-565, set./dez. 1992.

MATUOKA, Ingrid. **Anísio Teixeira e a democratização da escola brasileira**. Centro de Referência em Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/anisio-teixeira-e-a-democratizacao-da-escola-brasileira/>. Acesso em: 17 abr 2021.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. Amor y Juego: Fundamentos Olvidados de lo Humano - Desde el patriarcado a la democracia, traduzido e publicado no Brasil como **Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano - Do patriarcado à democracia** (São Paulo: Palas Athena, 2004). Transcrição do tópico intitulado Cultura Patriarcal do capítulo Conversações Matrísticas e Patriarcais Disponível em: [http://www.noos.org.br/userfiles/file/CulturaPatriarcal\(Maturana\).pdf](http://www.noos.org.br/userfiles/file/CulturaPatriarcal(Maturana).pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

MEC. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, SECAD, 2009.

MEIRELES, Débora Chaves. **Gênero e mercado de trabalho no Brasil**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Economia - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Genero/TESE_FINAL_Debora.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

MASETTO, Marcos T. **O Professor na hora da Verdade: A prática docente no ensino superior**. São Paulo: Avercamp, 2010.

MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: O fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MERY KAY. **Para Imprensa 2018**. Disponível em: file:///C:/Users/karin/Downloads/PressKitCorporativo2018%20(1).pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Manual da Aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar um aprendiz. Edição revista e ampliada, 2014.

MOSER, Rudolf. Emancipação e Paridade de Direitos da Mulher Casada no Brasil e nos outros Países do Sistema Jurídico Francês. Disponível em: file:///C:/Users/karin/Downloads/66483-Texto%20do%20artigo-87870-1-10-20131125%20(3).pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NAJMONOVICH, Denise. O feitiço do método. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método; Métodos; Contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 25-62.

NASCIMENTO, Toni. **Quando meninos foram associados ao azul e meninas ao rosa?** Imagem. Segredos do mundo R7, 2019. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-na-historia-nem-sempr-foi-assim/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

NORONHA, A. P. P.; RUEDA, F. J. M.; BARROS, M. V.C.; RAAD, A. J.. Estudo transversal com estudantes de psicologia sobre conceitos de avaliação psicológica. **Psicologia Argumento**, v.27, n.56, p. 77-86, 2009.

OIT. **ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e igualdade de gênero**. 2. ed. Organização Internacional do Trabalho, 2007.

OIT. **Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil**. Work4Youth Série de publicações n. 25. Organização Internacional do Trabalho, 2014.

OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios / Organização Internacional do Trabalho.** - Brasília: OIT, 2010 ca. 216 p. ISBN: 9789228234763;9789228234770 (pdf) Organização Internacional do Trabalho; Escritório no Brasil igualdade de oportunidades no emprego / igualdade de gênero / mulheres trabalhadoras / raça / Brasil 13.02.3

OLIVEIRA, Thiago Candido de. Et al. **A empregabilidade da mulher com deficiência.** Evento: XXII ENANGRAD, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273693949>. Acesso em: 04 Jul 2021.

ONU Mulheres Brasil. **Sobre a ONU Mulheres.** 2010. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ONU Mulhers Brasil. **ElesPorElas - (HeForShe).** 2014. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/esporelas/>. Acesso em: 18 abr 2021.

PAIVA, Mariana M. de. **Produção científica sobre gênero em orientação profissional: uma análise das publicações da Revista Brasileira de Orientação Profissional.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-18092019-170630/publico/paiva_me.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

PENA. M.V.J. **Revolução de 30, a família e o trabalho feminino.** Caderno de Pesquisas (37). Maio de 1981.

PEREIRA. Zeni Terezinha Gonçalves. **As alunas aprendem só porque são esforçadas? o imaginário social das/dos docentes de um curso Técnico em Administração, Porto Alegre-RS.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação Universitário La Salle – UNILASALLE de Canoas, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/Desktop/PSICOP/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20teses%20Pp/DISSERTA%C3%87%C3%95ES/zeni%20DEFESA%20%202019-%20Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20ZP.pdf>. Acesso em: 27 abr 2021.

PFaffenSeller, Carina. **A formação de jovens para o mundo do trabalho a partir da lei da aprendizagem.** Dissertação de Mestrado. 2014. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/CAPES/Carina%20Pfaffenseller.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

POZZEBOM, Cristiane; SILVEIRA, Samarone Guedes. **Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade La Salle.** 2. ed. Canoas, 2019.

QUARESMA DA SILVA, D. R.; SARMENTO, F. D. E FOSSATTI, P. (2012) Género y sexualidad: ¿qué dicen las profesoras de educación infantil de Canoas, Brasil? **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, 20 (16). Disponível em: <file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Quaresma%20espanhol%20escola.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

QUARESMA DA SILVA, D. R.; BERTUOL, Bruna. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? Pedagogias de gênero na educação infantil. **Revista Iberoamericana de Educación**, vol. 68 (2015), pp. 137-150 - OEI/CAEU. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Semin%C3%A1rio%20Genero%2001/pedagogia%20de%20g%C3%AAnero%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

QUARESMA DA SILVA, D. R. **Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações.** *rev.estud.soc.* [online]. 2016, n.57, pp.78-88. ISSN 0123-885X. <https://doi.org/10.7440/res57.2016.06>.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.115-136.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS. Graciela Regines de Paula Nascimento. **História oral de mulheres em cooperativas:** o processo de empoderamento pela educação social na educação de jovens e adultos. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos - Universidade Estadual do Estado da Bahia – UNEB. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Genero/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20GRACIELA%20FINAL-mesclado%20(1).pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

SANTOS, Ieda Fraga. **Estudo de relações de gênero e educação profissional:** desconstruindo estereótipos para promover a equidade. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Sergipe. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/ALUNAS/ProfEPT%20IFS%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20leda%20Fraga%20Santos.pdf. Acesso em: 25 jun.2020.

SANTOS, Carla. **As mulheres na indústria:** estudo das representações sociais e estratégia como prática social. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) - Universidade estadual do centro-oeste – UNICENTRO. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Genero/Carla%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Mestrado%20em%20Administra%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 26 jun. jun. 2020.

SANTOS, C. M. Mota; TANURE, Betania; NETO, A. M. de Carvalho. Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo.** São Paulo: RAD Vol.16, n.3, Set/Out/Nov/Dez 2014, p. 56-75.

SANTOS, Vanessa Carolina Neves. **Trabalho (do) menor: os sentidos do trabalho para o aprendiz.** Dissertação de mestrado, BH , 2019. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **SP sanciona lei para promotoria de combate à violência contra mulher.** Portal do Governo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/criacao-da-1-delegacia-de-defesa-da-mulher-do-pais-completa-30-anos/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SARAIVA, Adriana; BELLO, Luiz; RENAUX, Pedro. **No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SCHAWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHEUERMANN, Aniele Elis; JUNG, Hildegard Susana; CANAN, Silvia Regina. **Educação de tempo integral no Brasil, passos e descompassos: de Ruy Barbosa e Anísio Teixeira aos dias atuais.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara/SP, v.12, n.1, p. 422-439, 2017. Disponível em: E-ISSN: 1982-5587.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário escolar de língua portuguesa: 60.000 verbetes.** Brumenau SC: Todolivre, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **Série antropologia 236 os percursos do gênero na antropologia e para além dela.** Brasília 1998. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1083_588_SEGATO-Rita-Laura-Os-percursos-do-genero-na.pdf. Acesso em: 26 abr 2021.

SENAC. **Guia de orientação às empresas: Aprendizagem profissional em comércio de bens, serviços e turismo.** Núcleo de educação profissional, versão 02, 2019.

SENAC. **Serviço de Aprendizagem Comercial.** 2020. Disponível em: https://www.senacrs.com.br/institucional_historico.asp. Acesso em: 23 abr. 2020.

SEXISMO: **Atitude de discriminação fundamentada no sexo.** Disponível em: https://www.google.com.br/search?sxsrf=alekk00kmdtfofmbb0qoeg60sxb17y6iug%3a1604333885072&source=hp&ei=ptggx9aratbc5oups02bgae&q=sexismo&oq=sexismo&gs_lcp=cgzw3ktywiqazoeccmqjzoecc4qjzoicc4qsmqgwe6bqgaeledogiiadoccc46bqgueledoggiabcxaxcdatokcaaqsqmqrh5atohcaaqrhd5avcxbfydmdsewga

cab4aiabiwgiadugkgedmc43maeaoaebqgeh3dzlxdpeg&sclient=psyab&ved=0ahu
kewiwpma6oetsahvwibkghbb2abaq4dudcac&uact=5. Acesso em: 02 nov. 2020.

SILVA, K. D. **Educação nas empresas: treinamento ou formação continuada?** Trabalho de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia pela Universidade Feevale/RS, 2007.

SILVA, Denise Regina Quaresma da. SILVA, Karina Dias da; SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. **Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero.** Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 115-123, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1967>. Acesso em:

SILVA. Diego Barbosa da. **A contradição discursiva no processo de universalização do sujeito de direitos humanos.** Entretextos, Londrina, v.13, nº 02, p. 415 - 430, jul./dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/karin/Desktop/Universal.pdf>. Acesso em: 21 de abr 2021.

SILVA. Alexandra Lima. **Aprendendo a transgredir: um convite à leitura de bell hooks** Pensar a Educação em pauta: Um jornal para a educação brasileira. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/aprendendo-a-transgredir-um-convite-a-leitura-de-bell-hooks/>. Acesso em 25 abr 2021.

SILVA, Josele Maria. **Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade.** Ponta Grossa-PR: Todapalavra, 2009.

SOUZA, Warley. **Carolina Maria de Jesus.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/carolina-maria-jesus.htm>. Acesso em 25 de abril de 2021.

SOUZA, Duda Porto. CARARO, Aryane. **Extraordinárias : mulheres que revolucionaram o Brasil.** São Paulo : Seguinte, 2017.

SOUZA, Lucyana Sobral de. **Abordagem de gênero sobre a experiência de alunos integrantes do Projovem Urbano na cidade de Aracajú-Sergipe.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Sergipe. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/ALUNAS/LUCYANA_SOBRAL_SOUZA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/ALUNAS/LUCYANA_SOBRAL_SOUZA%20(1).pdf). Acesso em: 25 Jun. 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho do docente. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humana.** Petrópoli, RJ: Vozes, 2005.

UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. **Direitos da Mulher.** Disponível em: <http://www.uniaodemulheres.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNESCO. **Juventude no Brasil.** Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/youth-brasil>. Acesso em: 08 de mai 2021.

VAZ, Daniela Verzola. O Teto de Vidro nas Organizações Públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.22, n.3(49), p.765-790, dez. 2013.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 19, e 068, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942019000100509&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos responsáveis legais das jovens participantes do estudo

Estou realizando uma pesquisa intitulada “Um Discurso Sobre Gênero em uma Escola Profissionalizante do Sul do Brasil. O que pensam, o que dizem, o que sentem, as Estudantes do Programa Jovem Aprendiz?”, coordenada por mim, Karina Dias da Silva, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Denise Quaresma da Silva, do Programa de Pós- Graduação em Educação, do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Sua filha está sendo convidada entre as alunas do Programa Jovem Aprendiz, da Escala SENAC de São Leopoldo/RS, para participar desta pesquisa, onde se encontram jovens alunas na faixa-etária entre 14 e 24 anos. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode retirar o consentimento, contatando com a pesquisadora. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a você ou a participante em suas relações com a pesquisadora ou com a instituição onde está pesquisa será realizada. O objetivo deste estudo é problematizar as questões de gênero sobre aprendizagens e inserção das alunas no mercado de trabalho. A participação da adolescente do qual você é responsável consistirá em prestar depoimento oral sobre o tema central desta pesquisa respondendo à entrevista e ao questionário aplicados. A pesquisa será realizada com as alunas do SENAC, que serão entrevistadas e responderão a um questionário. As entrevistas serão realizadas através da plataforma google meet, na modalidade online, devido ao momento pandêmico, e será gravada somente o áudio pelo celular. Cada entrevista será realizada individualmente após, assinatura do TCLE, onde será realizado o agendamento de horário via whatsapp com a aluna, o tempo previsto em torno de 20 min para cada entrevistada. O questionário elaborado através do google forms, será enviado pelo whatsapp.

No momento da entrevista e do questionário, poderão ocorrer alguns riscos como: a participante poderá se sentir constrangida e desconfortável em algum momento. Caso isso ocorra durante a entrevista, ela poderá optar em não responder a pergunta. E o questionário, será realizado na modalidade online e anônimo.

Há também riscos na modalidade online, de vazamento de informação, de acesso de outra pessoa não convidada na meet, em função das limitações da tecnologia utilizada. Assim, para minimizar os riscos, a entrevista não será gravada na meet e sim via celular. Após a

gravação, os arquivos não serão armazenados em nuvem, apenas transcritos e em seguida, serão deletados.

Mas há coisas boas que podem acontecer, como benefícios direto as participantes deste estudo, a qual se proporcionará um espaço seguro de fala, onde será possível expressar sua opinião e sentimentos. E como benefício indireto, o SENAC a instituição coparticipante terá acesso aos dados do trabalho final para discussão e análise.

Não haverá qualquer forma de remuneração ou benefício material. Asseguramos que a identificação da participante será mantida em sigilo, apenas os dados obtidos através desta pesquisa serão utilizados na publicação de dissertação e de artigos. Assim, haverá um tempo de guarda deste documento TCLE de 5 anos e após será devidamente descartado. Você obterá o número do telefone da pesquisadora principal e o de sua respectiva orientadora, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento, assim como o contato do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), para maiores informações e esclarecimentos. Uma cópia deste documento ficará com os pais/responsáveis, outra cópia com a pesquisadora.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2021.

Karina Dias da Silva
Pesquisadora

Assinatura do responsável Legal pela adolescente

Contatos: Pesquisadora e Mestranda Karina Dias. Fone: (51) 9 9279-7256. Email: karinadias.psicop@hotmail.com - Prof.^a Dr^a. Denise Quaresma da Silva. Fone: (51) 9 - 9305-1454. E-mail: denise.silva@unilasalle.com.br.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): E-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br e telefone: (51) 3476.8452). Horário de atendimento: Segunda-feira: 10h às 13h e das 15h30 às 19h30
terças, quartas e sextas: 10h às 12h e das 13h às 18h30
quinta-feira: 10h às 12h e das 14h30 às 19h30

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO (TA)

Prezado(a), Jovem!

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “*UM DISCURSO SOBRE GÊNERO EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DO SUL DO BRASIL. O QUE PENSAM, O QUE DIZEM, O QUE SENTEM, AS ESTUDANTES DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ?*”. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber sobre as percepções, comportamentos e vivências das estudantes participantes do Programa Jovem Aprendiz, referente as suas aprendizagens e inserção no mercado de trabalho. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita na instituição coparticipante SENAC, caso você aceite participar será realizada uma entrevista e a aplicação de um questionário através da plataforma google meet, na modalidade online, devido ao momento pandêmico, e a entrevista será gravada somente o áudio pelo celular. Cada entrevista será realizada individualmente após agendamento de horário via whatsapp, com tempo previsto em torno de 20 min para cada entrevistada.

No momento da entrevista e do questionário, poderão ocorrer alguns riscos como: você poderá se sentir constrangida e desconfortável em algum momento. Caso isso ocorra durante a entrevista, poderá optar em não responder a pergunta. E o questionário, será realizado na modalidade online e anônimo.

Há também riscos na modalidade online, de vazamento de informação, de acesso de outra pessoa não convidada na meet, em função das limitações da tecnologia utilizada. Assim, para minimizar os riscos, a entrevista não será gravada na meet e sim via celular. Após a gravação, os arquivos não serão armazenados em nuvem, apenas transcritos e em seguida, serão deletados.

Mas há coisas boas que podem acontecer, como benefícios direto será proporcionado um espaço seguro de fala, onde será possível, você expressar sua opinião e sentimentos. E como benefício indireto, o SENAC instituição coparticipante, terá acesso aos dados do trabalho final para discussão e análise.

Caso aconteça algo errado, ou até mesmo para esclarecer mais alguma dúvida, você pode nos procurar pelos telefones (51- 99279-7256) ou pelo e-mail: karinadias.psicop@hotmail.com, e também poderá contar com o apoio do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através dos seguintes contatos: E-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br e telefone: (51 3476.8452) de Segunda-feira: 10h às 13h e das 15h30 às 19h30, Terças, quartas e sextas: 10h às 12h e das 13h às 18h30, Quinta-feira: 10h às 12h e das 14h30 às 19h30.

Os resultados da pesquisa serão publicados, mas sem identificar seu nome. Quando terminarmos a pesquisa, você e seus familiares responsáveis poderão obter uma cópia se assim desejarem. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar ou a pesquisador/a (Karina Dias da Silva). Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto. Eu _____ aceito participar da pesquisa (*UM DISCURSO SOBRE GÊNERO EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DO SUL DO BRASIL. O QUE PENSAM, O QUE DIZEM, O QUE SENTEM, AS ESTUDANTES DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ?*), que tem como objetivo: analisar sobre as percepções, comportamentos e vivências das estudantes participantes do Programa Jovem Aprendiz, referente as suas aprendizagens e inserção no mercado de trabalho.

A pesquisadora, Karina Dias, tirou minhas dúvidas e conversou com os meus pais. Assim, uma cópia deste termo, será entregue a você, e a outra ficará com a pesquisadora.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do jovem

Assinatura do(a) pesquisador(a)

APÊNDICE C -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido as jovens participantes do estudo com 18 anos ou mais.

Estou realizando uma pesquisa intitulada “Um Discurso Sobre Gênero em uma Escola Profissionalizante do Sul do Brasil. O que pensam, o que dizem, o que sentem, as Estudantes do Programa Jovem Aprendiz?”, coordenada por mim, Karina Dias da Silva, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Denise Quaresma da Silva, do Programa de Pós- Graduação em Educação, do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Você está sendo convidada entre as alunas do Programa Jovem Aprendiz, da Escala SENAC de São Leopoldo/RS, para participar desta pesquisa, onde se encontram jovens alunas na faixa-etária entre 14 e 24 anos. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode retirar o consentimento, contatando com a pesquisadora. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a você ou a participante em suas relações com a pesquisadora ou com a instituição onde esta pesquisa será realizada. O objetivo deste estudo é problematizar as questões de gênero sobre aprendizagens e inserção das alunas no mercado de trabalho. Sua participação consistirá em responder à entrevista e ao questionário aplicados. As entrevistas serão realizadas através da plataforma google meet, na modalidade online, devido ao momento pandêmico, e será gravada somente o áudio pelo celular. Cada entrevista será realizada individualmente após, assinatura do TCLE, onde será realizado o agendamento de horário via whatsapp com você, o tempo previsto em torno de 20 min para cada entrevistada. O questionário elaborado através do google forms, será enviado pelo whatsapp.

No momento da entrevista e do questionário, poderão ocorrer alguns riscos como: você poderá se sentir constrangida e desconfortável em algum momento. Caso isso ocorra durante a entrevista, você poderá optar em não responder a pergunta. E o questionário, será realizado na modalidade online e anônimo.

Há também riscos na modalidade online, de vazamento de informação, de acesso de outra pessoa não convidada na meet, em função das limitações da tecnologia utilizada. Assim, para minimizar os riscos, a entrevista não será gravada na meet e sim via celular. Após a gravação, os arquivos não serão armazenados em nuvem, apenas transcritos e em seguida, serão deletados.

Mas há coisas boas que podem acontecer: como benefícios direto será proporcionado um espaço seguro de fala, onde você poderá expressar sua opinião e sentimentos. E como benefício indireto, o SENAC a instituição coparticipante terá acesso aos dados do trabalho final para discussão e análise.

Não haverá qualquer forma de remuneração ou benefício material. Asseguramos que sua identificação será mantida em sigilo, apenas os dados obtidos através desta pesquisa serão utilizados na publicação de dissertação e de artigos. Assim, haverá um tempo de guarda deste documento TCLE de 5 anos e após será devidamente descartado.

Você obterá o número do telefone da pesquisadora principal e o de sua respectiva orientadora, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento, assim como o contato do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), para maiores informações e esclarecimentos. Uma cópia deste documento ficará com os pais/responsáveis, outra cópia com a pesquisadora.

São Leopoldo, _____ de _____ de 2021.

Karina Dias da Silva
Pesquisadora

Assinatura da jovem participante

Contatos: Pesquisadora e Mestranda Karina Dias. Fone: (51) 9 9279-7256. Email: karinadias.psicop@hotmail.com. Prof.^a Dr^a. Denise Quaresma da Silva. Fone: (51) 9 9305-1454. E-mail: denise.silva@unilasalle.com.br.
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): E-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br e telefone: (51 3476.8452). Horário de atendimento: Segunda-feira: 10h às 13h e das 15h30 às 19h30 Terças, quartas e sextas: 10h às 12h e das 13h às 18h30 Quinta-feira: 10h às 12h e das 14h30 às 19h30

APÊNDICE D -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes do estudo, com jovens 18 anos ou mais.

Prezado/a Jovem!

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada “Um Discurso Sobre Gênero em uma Escola Profissionalizante do Sul do Brasil. O que pensam, o que dizem, o que sentem, as Estudantes do Programa Jovem Aprendiz?”, coordenada por mim, Karina Dias da Silva, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Denise Quaresma da Silva, do Programa de Pós - Graduação em Educação, da Universidade La Salle. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, contatando com a pesquisadora. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição onde esta pesquisa está cadastrada. O objetivo deste estudo é problematizar as questões de gênero sobre aprendizagens e inserção das alunas no mercado de trabalho. Sua participação consistirá em responder um formulário online do google forms, enviado pelo whatsapp, referente a informações socioeconômicas de sua família.

Questionário: você poderá se sentir constrangido/a e desconfortável, assim para minimizar os riscos, o questionário será online e anônimo.

Há também riscos na modalidade online, de vazamento de informação, em função das limitações da tecnologia utilizada. Assim, para minimizar os riscos, após a análise e categorização de dados, o questionário do google forms será deletado.

E como benefício indireto, o SENAC instituição coparticipante, terá acesso aos dados do trabalho final para discussão e análise.

Não haverá qualquer forma de remuneração ou benefício material. Os dados obtidos, através desta pesquisa serão utilizados na publicação de dissertação e de artigos. Assim, haverá um tempo de guarda de 5 anos, deste termo, após será devidamente descartado. Você obterá o número do telefone da pesquisadora principal e o de sua orientadora, podendo esclarecer suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento, assim como o contato do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), para maiores informações e esclarecimentos. Uma cópia deste documento ficará com você e outra cópia com a pesquisadora.

São Leopoldo, _____ de _____ de 2021.

Karina Dias da Silva
Pesquisadora

Jovem participante

Contatos: Pesquisadora e Mestranda Karina Dias. Fone: (51) 9 9279-7256. Email: karinadias.psicop@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a. Denise Quaresma da Silva. Fone: (51) 9 9305-1454. E-mail: denise.silva@unilasalle.com.br.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): E-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br e telefone: (51 3476.8452). Horário de atendimento: Segunda-feira: 10h às 13h e das 15h30 às 19h30

Terças, quartas e sextas: 10h às 12h e das 13h às 18h30

Quinta-feira: 10h às 12h e das 14h30 às 19h30

APÊNDICE E – Questionário

Questionário para a obtenção de dados demográficos e de gênero.

1 – *Quantas pessoas residem em sua casa?*

- 1
- 2
- 3
- 4
- ou mais

2 – *Quem sustenta a casa?*

- Homem
- Mulher

3- *Renda familiar:*

- até um salário mínimo 1.045,00.
- até dois salários mínimos 2.090,00.
- até três salários mínimos 3.135,00.
- mais de 3.135,00 .

4- *Você tem material escolar necessário para o curso Jovem Aprendiz?*

- Tenho todo material básico de que necessito para o curso.
- Tenho mais materiais do que necessito.
- Falta material escolar básico para o curso.

5- *Como me visto para vir ao curso?*

- Tenho bastantes roupas diversificadas que facilitam a troca de acordo com meu estilo.
- Tenho roupas simples, a maioria ganhadas por doações.
- Tenho o básico de que necessito.
- Tenho o básico e gostaria de ter mais para poder trocar.

6- *Como é o clima familiar em sua casa?*

- Harmonioso, todos nós convivemos bem.
- Conflituoso, às vezes tem brigas e discussões.
- Prefiro não comentar (clima pesado).

() Harmonioso com raras briguinhas.

APÊNDICE F - Roteiro De Entrevista Semiestruturada

1. Como foi sua escolha pelo curso Aprendizagem Profissional - Jovem Aprendiz?
2. Como vê sua inserção no mercado de trabalho?
3. Quais são suas expectativas no curso?
4. O que você pensa sobre as aulas do (a) professor (a) do curso?
5. Quais são as aprendizagens do curso que contribuem para sua inserção ao mercado de trabalho?
6. Como vê a inserção da mulher no mercado de trabalho?
7. O que acha que pode provocar a desistência de uma aluna no curso de aprendizagem?
8. Me conte um pouco sobre sua rotina, o que faz desde a hora que acordo até a hora de ir dormir.
9. Tem mais alguma coisa, que você gostaria de contribuir?